



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania – PPGDH

Pobreza Política e Sobrevivência:
Um olhar para as mulheres moradoras da Estrutural

KÉSSYA SIQUEIRA DA SILVA DE SOUZA

BRASÍLIA/DF
2022

Késsya Siqueira da Silva de Souza

**Pobreza Política e Sobrevivência:
Um olhar para as mulheres moradoras da Estrutural**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do grau de Mestra em Direitos Humanos e Cidadania, da linha de pesquisa: Educação em e para Direitos Humanos e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Demo.

BRASÍLIA/DF
2022

Dedico para todos aqueles que lutam contra qualquer sistema opressivo e busca a libertação dos oprimidos e uma sociedade mais justa e igualitária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que fizeram parte da construção deste trabalho, em especial ao meu orientador, que com toda paciência e perseverança acreditou no meu potencial construtivo e analítico para esta pesquisa e chegou até aqui, sempre com palavras que reforçaram a minha construção enquanto pesquisadora. Ao meu companheiro, que me encorajou a todo tempo, principalmente na reta final com o cuidado da nossa filha, como um cônjuge que participa dos cuidados da família. À nossa pequena Eloá, que chegou na metade desse percurso, potencializando minha compreensão sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres chefes de família, público alvo da pesquisa.

Agradeço aos meus pais, que foram ponte para chegar até aqui como a primeira aluna de mestrado da família e a primeira a estudar em uma Universidade pública; rompi com ciclos geracionais e pude mostrar a outros membros da família que é possível viver o diferente do que nos é oferecido.

Agradeço aos colegas de turma e amigos que contribuíram com palavras de ânimo em momentos de angústia, com questões norteadoras para a pesquisa, assim como todo corpo docente que fez parte da construção deste trabalho, direta ou indiretamente.

Agradeço imensamente a todas as mulheres que entrevistei, que abriram o livro de suas histórias e me expuseram suas dificuldades, angústias, segredos e esperanças; acredito em um futuro melhor para vocês e escrever sobre você é um caminho para mostrar a minha verdade. Gratidão pelo tempo que me destinaram e por confiarem em mim.

E por fim, agradeço a mim, que por diversas vezes pensei em desistir ao longo do caminho, que diante das dificuldades me achei incapaz; de certa forma, chegar até aqui é um ato heroico e de superação, de mostrar que há sim outras formas de superar, de crescer e pensar. Cada palavra escrita desta pesquisa contribuiu para o processo de emancipação que é constante, ampliando a capacidade de autonomia enquanto pesquisadora e um novo olhar sobre a pobreza no mundo.

RESUMO

Esta dissertação é como requisito avaliativo do Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos e Cidadania - PPGDH da Universidade de Brasília que se insere na linha de pesquisa – Educação em e para Direitos Humanos e Cidadania. Pretende desenvolver-se a partir das inquietações acerca de como a pobreza política afeta a sobrevivência das mulheres moradoras da periferia Estrutural, buscando, sobretudo, compreender as dificuldades que elas têm de se emanciparem politicamente. O conceito de emancipação será analisado a partir do olhar de Paulo Freire, que parte das relações humanas e da cultura para compreender a emancipação do sujeito. Para o autor, é por meio da educação que se constroem práticas libertadoras que conseguem promover o sujeito à formação da consciência crítica, desconstruindo os discursos presentes nos sistemas neoliberais diante das condições de opressão. Além do foco de discussão ser entorno da pobreza política, uma das pobrezas mais cruéis presentes na sociedade, que é pouco abordada e discutida, além descrever as dificuldades que giram das mulheres pobres para se emanciparem, tendo em vista as análises e debates feitos por Pedro Demo, que trouxe luz sobre a temática e sua construção para a pesquisa.

Palavras-chave: Pobreza Política. Mulheres. Direitos Humanos. Educação. Emancipação.

ABSTRACT

This master's dissertation requirement for the Postgraduate Program in Human Rights and Citizenship - PPGDH of the University of Brasília, which is part of the research line – Education in and for Human Rights and Citizenship. It intends to develop from the concerns about how political poverty affects the survival of women living in the Structural periphery, seeking, above all, to understand the difficulties they have to emancipate themselves politically. The concept of emancipation will be analyzed from the perspective of Paulo Freire, who starts from human relations and culture to understand the emancipation of the subject. For the author, it is through education that liberating practices are built that manage to promote the subject to the formation of critical consciousness, deconstructing the discourses present in neoliberal systems in the face of conditions of oppression. In addition to the focus of discussion being around political poverty, one of the cruelest poverties present in society that is little approached and discussed, in addition to describing the difficulties that turn poor women to emancipate themselves, in view of the analyzes and debates made by Pedro Demo, which shed light on the theme and its construction for the research.

Keywords: Political poverty. Women. Human rights. Education. Emancipation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Rendimento domiciliar per capita médio e mediano das pessoas, por Grandes Regiões - 2012-2019

Tabela 02 – Mulheres responsáveis por domicílios que viviam com filhos de qualquer idade ou que viviam com pelo menos um filho de até 14 anos e sem cônjuge, em valores absolutos e relativos. Brasil e Grandes Regiões - 2000

Tabela 03 – Situação laboral e apoios financeiros

Tabela 04 – Mudança de vida das 08 entrevistadas

Tabela 05 – Levantamento sobre desigualdade social por parte das 08 entrevistadas

LISTA DE SIGLAS

CEP – Código de Endereçamento Postal

CNS – Conselho Nacional de Saúde

COVID/19 – Doença do coronavírus

DF – Distrito Federal

ESPII – Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IBGE – Instituto Brasileiro Geografia e Estatística

IDHM – Índices de Desenvolvimento Humano e Material

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG's – Organizações não Governamentais

PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PPC – Paridade do Poder de Compra

PPGDH – Programa de Pós-Graduação Em Direitos Humanos

PT – Partido dos Trabalhadores

SCIA – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UDH's – Unidades de Desenvolvimento Humano

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância

UnB – Universidade de Brasília

WB – *World Bank*

SUMÁRIO

MEMORIAL	10
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 01	19
I. DESAFIOS E DILEMAS ACERCA DA POBREZA POLÍTICA	19
II. LIMITES PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA	26
III. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA EXERCÍCIO DA CIDADANIA	31
CAPÍTULO 02	37
I. NEOLIBERALISMO E A POBREZA	37
II. POBREZA E EXCLUSÃO	43
III. É POSSÍVEL ERRADICAR A POBREZA NO CAPITALISMO?	48
CAPÍTULO 03	54
I. DELINEAMENTO DA PESQUISA	54
II. ABORDAGEM METODOLÓGICA	55
III. REFERENCIAL METODOLÓGICO	56
IV. A QUALIDADE POLÍTICA DA ANÁLISE DE DADOS	58
V. PÚBLICO-ALVO DA PESQUISA	64
VI. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS	69
VII. DESCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS	71
VIII. ANÁLISE PRELIMINAR DO PÚBLICO ALVO	71
IX. HISTÓRIA DE VIDA	75
X. POBREZA POLÍTICA E SOBREVIVÊNCIA	79
CAPÍTULO 04	85
I. POBREZA POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS - EDUCAÇÃO	85
II. POBREZA POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS - EMANCIPAÇÃO	92
III. POBREZA POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS - PARTICIPAÇÃO SOCIAL	96
CONCLUSÃO	102
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	106
APÊNDICES	111

MEMORIAL¹



O que me move a escrever esta pesquisa é o atravessamento que o objeto deste estudo se deu na trajetória da minha vida. Escrever sobre mulheres pobres e moradoras de uma periferia é uma forma de olhar para o contexto que vivi com minha família no Recanto das Emas e para o que vivo atualmente na Cidade Estrutural. Em 2016, foi o início da minha atuação na comunidade Santa Luzia – SCIA /Estrutural; comecei como voluntária de um projeto social chamado EducAmar que impulsionou minha paixão pelo local e motivação em querer ser agente de mudanças.

A primeira pesquisa que fiz no local foi o trabalho de conclusão de curso, intitulado como: “O (não) direito à educação da Comunidade Santa Luzia – Estrutural/DF” (2016), durante a graduação em Serviço Social na UnB. O que me motivou, na época, a pesquisar sobre o tema, foi o nível ostensivo de crianças e adolescentes em evasão escolar, percebi durante o período da pesquisa que não era apenas a falta da escola na cidade que provocava a evasão, era isso e muitas outras demandas, como a própria exclusão e desigualdade social, que vêm sendo refletidas por gerações. Conheço famílias que estão indo para a quarta geração

¹ Foto: EducAmar - Grupo de mulheres da Comunidade Santa Luzia; 2019.

filhos e netos vivendo sobre as mesmas circunstâncias de vulnerabilidade social e de pobreza, inclusive política.

Daí, surge o interesse em analisar a pobreza política de mulheres pobres que vivem na comunidade Santa Luzia. A possibilidade de mudar o olhar para a ausência de renda, que tem gerado pobreza a essas famílias, de modo a entender as dificuldades no acesso a uma educação emancipadora capaz de gerar para esse sujeito compreensão política e autonomia sobre sua realidade social. Logo, estudar sobre pobreza política e sobrevivência das mulheres que moram na Estrutural é uma das formas de compreender e ter subsídios para melhor atuar no local.

Faz cerca de 5 (cinco) anos que atuo como voluntária, educadora, assistente social e coordenadora de projetos sociais na comunidade Santa Luzia; nesse período tive a oportunidade de fazer parte de um projeto com mulheres, que desenvolve um trabalho a partir da arte marcial, onde sou professora de 'jiu-jitsu'. Esse projeto nasceu no coração da professora Uédama e, devido ao seu afastamento, atualmente faço parte da coordenação, pois entendemos que por meio desse esporte podemos trabalhar o autoconhecimento, a autoestima, a disciplina, o empoderamento, a qualidade de vida, entre outros; além de ser uma porta de entrada para conhecer de perto a realidade onde essas mulheres vivem. Percebo ser na coletividade, com o grupo de mulheres, onde posso contribuir para a formação no mundo, de maneira a trazer um novo olhar para a realidade social. Estudar sobre pobreza política está diretamente ligado à possibilidade de conhecer melhor e ter mais subsídios para atuar em comunidade. É a partir da coletividade que vamos nos construindo e reconstruindo. Para tanto, é no processo formativo e a partir da educação que emancipa, sendo autônoma, que somos capazes de nos fazer politicamente e reconhecemo-nos como agentes políticos.

Precisamos crer em mudanças, em mundos diferentes, ter um motivo para fazer parte do mundo é de suma importância para conseguir viver nele. Como diz meu querido orientador, o mundo não é para todos; se sabemos disso, o que podemos fazer para melhorar, contribuir para que o outro viva bem? Embora seja apenas uma formiga em meio a um grande formigueiro, é de maneira gradual que plantamos e colhemos sementes. Trabalhar com mulheres, para mim, é algo que alegra, pois, é no ventre delas, que nasce a humanidade e, por meio delas, que se formam cidadãos. Percebo, enquanto mulher, que estamos cansadas e desanimadas, pois nos desdobramos para garantir a sobrevivência; a maioria de

nós, vivenciou o abandono e fomos responsabilizadas pela sociedade, pelo Estado e por nós mesmas. Precisamos mudar esse quadro, mesmo que essa mudança demande muito esforço, o pouco que se faz, como dito anteriormente é uma semente em meio ao Amazonas, que fará parte de toda a fauna e quiçá influenciará outros.

Diante deste cenário, é importante que essas mulheres estejam nos espaços de poder, principalmente nos de produção do conhecimento, de modo que falem sobre suas histórias, vivências e perspectivas. Com o intuito de que, inclusive, o único lado abordado das relações sociais não seja o da dor e do sofrimento, mas para que também sejam contadas as histórias de resistência. Contudo, apenas o aumento da presença de mulheres não é suficiente, é preciso que a gestão do conhecimento - repassado e produzido - seja feita de maneira estratégica, de modo a promover uma educação autônoma e emancipadora capaz de repensar o cenário de pobreza no Brasil. Para que, assim, o conhecimento produzido não se restrinja aos papéis e muros da academia e da sociedade, mas que seja também instrumento de enfrentamento às desigualdades e pobreza e de transformação social.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se insere na linha de pesquisa – Educação em e para Direitos Humanos e Cidadania, do Programa de Pós-Graduação Em Direitos Humanos – PPGDH da Universidade de Brasília e pretende desenvolver-se a partir das inquietações acerca de como a pobreza política afeta a sobrevivência das mulheres moradoras da periferia Estrutural, buscando, sobretudo, compreender as dificuldades que elas têm de se emanciparem politicamente. O conceito de emancipação tem como base as análises de Paulo Freire, que compreende as relações humanas e a cultura como parte do processo emancipação do sujeito. Para o autor, é por meio da educação que se constroem práticas libertadoras, que conseguem promover o sujeito à formação da consciência crítica, desconstruindo os discursos presentes nos sistemas neoliberais diante das condições de opressão.

O ponto inicial para ter uma educação emancipadora, conforme aponta Freire, é o processo de compreensão das diversas culturas existentes e das realidades vividas, onde a cultura passa a ter mais sentido para a pessoa que aprende a partir do momento em que ela se sente parte da leitura do mundo, portanto, é essencial interpretar profundamente a realidade, ou seja, não é possível instruir um educando sem o conhecer antes, sem mapear cientificamente em qual universo o mesmo está inserido. Para tanto, ao analisar o cenário onde as mulheres pobres estão inseridas, é necessário compreender a pobreza política que as envolve; logo, esta pesquisa seguirá uma análise de mulheres, com lares matrifocais, que possuem filhos menores de idade, que são chefes de domicílios e que vivem no Setor de Chácara Santa Luzia, a partir de uma abordagem metodológica qualitativa (Demo, 2001), que será mais bem abordada ao longo deste estudo.

Nesse percurso, focaremos no conceito e compreensão sobre o tema: pobreza política dessas mulheres, conforme algumas teorizações de Demo (2003, 2006) que compreendem acerca da temática:

Politicamente pobre é o escravo que se vangloria da riqueza de seu patrão, não atinando que esta riqueza lhe é devida, pelo menos em parte; é o oprimido que espera sua libertação do opressor; é o ser humano reduzido a objeto e que mendiga direitos; é quem faz a história do outro, a riqueza do outro, os privilégios do outro e, com isso, é coibido de história própria. Não só é destituído de ter, é principalmente destituído de ser, ainda que não seja o caso interpor qualquer dicotomia entre ter e ser. Presume-se, porém, que a esfera do ser é mais profunda e comprometedora, donde segue que o

conceito de pobreza política certamente é mais explicativo desta complexidade. (DEMO, 2006, p. 24).

A importância em estudar a pobreza política se deu pelo ato de compreender que o público-chave da pesquisa está inserido em um cenário de vulnerabilidade socioeconômica e política, vivenciando múltiplas opressões do mercado neoliberal em seu cotidiano. Essas mulheres, além de residirem em um território irregular, conforme a classificação do IBGE (2020), que define esse lugar como carente de serviços públicos essenciais e estão localizadas em áreas com restrição à ocupação. As pessoas que vivem no local são vítimas do não acesso a múltiplos direitos, como: saneamento básico, segurança alimentar, frequência e aprendizagem escolar, e também como vítimas da violência doméstica, intrafamiliar, violação de direitos da criança e adolescentes, entre outros fatores que caracterizam a desigualdade e pobreza dessa comunidade.

Esse território irregular nomeado como setor de chácara Santa Luzia tem uma longa trajetória, entre apropriação e desapropriação das terras; ela surgiu em meados da década de 1960 junto com a cidade Estrutural e permanece resistindo às ameaças governamentais e suas promessas em anos eletivos, desde então, aproximadamente, 60 anos que esse local existe e resiste. Já foram inúmeras as tentativas de soluções urbanísticas, contudo, nenhuma foi capaz de gerar para a comunidade local, soluções plausíveis de melhoria ou resposta à cidade e para a comunidade. Entre vielas pequenas e esburacadas, esgoto ao ar livre, casas de madeirites reutilizáveis, ligações de água e energia clandestinas, o bairro Santa Luzia foi formado. Não apenas disso, mas também por pretos, pretas, pardos, brancos, mulheres, homens, crianças, jovens e adolescentes. Por catadores e catadoras de materiais recicláveis, domésticas, mestres de obra, cabeleireiras, entre as diversas formas de produzir e gerar renda para a família. (SOUZA, 2016).

Esse grupo de pessoas vive em seu cotidiano os reflexos de várias questões sociais presentes na sociedade atual. Os lares compostos por famílias matrifocais, que estão inseridas dentro de uma construção social patriarcal, intensificam a pobreza quando há ausência do cônjuge, companheiro ou genitor; sobrevém uma sobrecarga, principalmente na contribuição do provento para a família, quando estes se beneficiam desse modelo social que pré-determinam as funções entre os gêneros, dando à mulher o maior encargo com o cuidado da família e afastando o homem do seu papel de responsabilidade com os membros desse grupo, gerando

uma deficiência no complemento da formação do lar, educação dos filhos, provisão da renda, partilha de cuidados, sobretudo domésticos, e em sua sobrevivência (DEMO, 2003).

Existem diversas falas do contexto social que legitimam essa construção patriarcal em relação às mulheres, que tendem a justificar que elas são capazes de superar tais questões, desvalidando a contribuição do cônjuge neste processo. Embora saibamos que existem, de fato, inúmeras mulheres que foram e são parte de lares matrifocais, que conseguiram e/ou estão superando a ausência do cônjuge nesse cenário, é importante enfatizar que tudo se torna mais complexo e difícil para elas, contudo, não procuramos deslegitimar a sua superação e dedicação, mas salientar que esse “déficit” gera uma sobrecarga à família em vários sentidos (financeiro, psicológico, social, moral, educacional, político). Para tanto, as mulheres que fazem parte desse grupo, que vive de maneira precarizada, mesmo com condições educacionais superiores aos homens, se submetem às situações reguladas pelo mercado liberal de modo a conseguir a sobrevivência da família, e, como consequência desse caminho, elas se tornam, em sua maioria, pobres politicamente. Conforme descreve Demo (2003).

Talvez seja uma das condições mais injustas desta sociedade regulada pelo mercado liberal, quando o peso da condução de uma família é largado sobre os ombros da mulher apenas, recaindo sobre ela toda a responsabilidade de sobrevivência, educação e evolução do grupo. Tomando em conta ainda que a inserção no mercado da mulher é, como regra, inferior à do homem em termos de remuneração, a mulher tem mostrado seu lado heroico de modo marcante: diante de tamanha dureza, é capaz de conjugar múltiplas jornadas, manter a dedicação aos filhos, lutar pela sobrevivência em condições kafkianas. (DEMO, 2003, p. 02).

Contudo, a pobreza material e de renda não se configuram como a única dimensão da pobreza, pois a pior de todas é a pobreza política, conforme aponta Demo (2003, p. 02): “o que mais oprime esta mulher responsável sozinha pela família é a destituição política, consignada na condição de massa de manobra, vivendo em dependência múltipla de tudo e de todos, sem projeto próprio de vida”. Esse tipo de pobreza pode ser considerado um dos mais lastimáveis do ser humano, oprimido em condições hostis para garantir a sobrevivência material da família e que, na maioria das vezes, se vende enquanto mercadoria política em troca de pequenas migalhas de pão. A pobreza política se aprofunda de tal maneira nessas

famílias, a ponto de se expandir por gerações, até que não seja mais identificada como pobreza política e se camufle por gerações como massa de manobra².

[...] Quando as pessoas não conseguem manejar seu próprio destino, este confina-se ao talante de outros e isto se torna tanto mais duro, quando o regulador final de tudo passa a ser o mercado capitalista. Nada seria mais atual nesta discussão do que o conceito marxista de alienação, em particular do trabalho alienado – manietado ao valor de troca e ao caráter abstrato da mercadoria (DEMO, 1999). Marx prioriza, por conta do materialismo histórico, a dimensão material visualizada em especial no conceito de mais-valia (apropriação que o capitalista faz do trabalho alheio), mas é claro que se inclui aí o horizonte político, já que, reduzido à mercadoria, o trabalhador não perde apenas condição de sobrevivência material, mas é roubado tanto mais de sua cidadania. Pior do que não ganhar seu pão, é não ter o destino nas próprias mãos. (DEMO, 2003, p. 03).

Talvez seja cruel fazer essa análise, no contexto dessa pesquisa, contudo, a destituição do ser humano de sua própria história é a mais dura verdade que ninguém está disposto a ver. Demo (2003) compreende que é no centro da pobreza que está o massacre da cidadania. Logo, ter a pobreza política como objeto para esse estudo, é compreender para além da escassez ou o não acesso a bens e materiais no mundo capitalista; é ir onde a ideologia está posta. É na mente humana que a pobreza política se manifesta em primeiro lugar e como consequência nas relações materiais e sociais (PIKETTY, 2015).

Para tanto, a importância de desenvolver uma pesquisa sobre pobreza, a partir da dimensão política, se deu por compreender que existem diversas pesquisas com a temática pobreza que apontam a desigualdade de renda como eixo central de investigação, e poucos estudos que explorem como objeto a pobreza política. Quanto ao local que a pesquisa foi desenvolvida, se justifica pelo fato de ser um território com alto índice de vulnerabilidade socioeconômica; de acordo com dados de 2010 do IPEA, a Cidade Estrutural, teve os piores Índices de Desenvolvimento Humano e Material – IDHM, sendo, 0,616 para 6 Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH's), em comparação com outras regiões administrativas como Asa Norte e Sudoeste/Octogonal que teve o maior índice de 0,957. Para além da relação material e renda, foram analisadas as relações de dependência territorial, bem como as condições da habitação, sendo: a ausência de energia, água e esgoto tratados; e também, questões relacionadas à gravidez precoce, nível de desemprego entre os

² O termo “massa de manobra” indica que o pobre está nas mãos de outrem, deixando de acreditar em si mesmo. (DEMO, 1999, p. 02).

jovens e educação. Com todas as avaliações feitas em comparação com a cidade Estrutural, que teve resultados inferiores ao esperado, em relação às outras regiões administrativas, segundo IPEA (2015).

Para tanto, buscou-se identificar peculiaridades existentes em porções menores do território, estratégia viabilizada pelos dados disponibilizados no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Pnud, Ipea, FJP, 2013), mediante a subdivisão do território do DF em UDHS, i.e., territórios relativamente homogêneos em termos sociais. (IPEA, 2015, p. 01).

Outro fator que corrobora para o objeto de estudo da pesquisa é que conforme os dados da PDAD de 2019, do total de 35.520 (trinta e cinco mil e quinhentos e vinte) habitantes da RA SCIA/ Estrutural, tendo 50,7% do sexo masculino, a cidade apresentou 19,3% de arranjo monoparental (feminino), ou seja, de lares compostos por mulheres chefes de famílias, embora seja um território composto majoritariamente pelo sexo masculino, as famílias se estruturam como matrifocal. É importante salientar que a amostragem desses dados foi contabilizada a partir de famílias que possuem código de endereçamento Postal (CEP), isto é, os grupos que residem no bairro Santa Luzia não fazem parte dessa contagem porque não possuem esse código, o que torna a pesquisa ainda mais interessante, porque o território a ser analisado apresenta poucos dados e nenhuma informação sobre pobreza política das mulheres que vivem no local. A falta de endereçamento já é um marco de exclusão para os moradores do local.

Para além dos dados apresentados, outro aspecto que motivou a escolha do tema e local para a pesquisa, se deu pela aproximação que a pesquisadora tem com o território, onde a mesma vem de uma trajetória com outras pesquisas sobre o local, o que gera uma afinidade com o público-alvo a ser analisado. Por conseguinte, este trabalho poderá gerar uma compensação política e um novo olhar e avaliação sobre a construção e melhoria das políticas públicas para as mulheres que vivenciam esse cenário. E, no campo dos direitos humanos, percebe-se que a sociedade vive em relações e posições desiguais, tanto local como globalmente falando; para isso, os direitos humanos têm uma proposta de relativizar ou equiparar essas posições desiguais existentes, mediante estratégias antagonistas que nos sirvam de guia ou metodologia de uma ação emancipadora. Essas estratégias, que são afirmadas diante da ordem social hegemônica, contribuem para as situações de tensão social.

Os direitos humanos têm um papel importante para a sociedade, conforme apresenta Herrera (2009): A primeira são as estratégias de reprodução das relações de força hegemônicas, ou seja, há uma desigualdade socioeconomicamente. Segundo, a hegemonia tenta reproduzir três ideias como ordem social, sendo i) a eliminação de alternativas que possam alterar o campo social frente às desigualdades, ii) as obrigações morais com referência as estruturas hegemônicas de posições e disposições, e iii) a construção de um aparato legal, normativo e estatal que denuncie e viabilize as manipulações simbólicas que ocorrem por meios educativos, culturais e mediáticos, porque as forças hegemônicas tendem a naturalizar as influências sobre a sociedade. Por último, o autor considera que é necessária a construção de sistemas de garantias jurídicas, políticas e econômicas de dita reprodução/dominação, que se apresentam como “cláusulas pétreas” que não admitem transformação. Portanto, a busca em compreender como a pobreza política afeta a sobrevivência das mulheres moradoras da periferia Estrutural, pode contribuir para diversas estratégias de enfrentamento do controle social sobre elas, a começar pela afirmação dos direitos humanos e finalizando com uma educação emancipadora capaz de gerar, a esse público, ciência das circunstâncias que lhe são impostas e enfrentá-las por meio de uma capacidade crítica capaz de fortalecer politicamente esse grupo.

CAPÍTULO 01

I. DESAFIOS E DILEMAS ACERCA DA POBREZA POLÍTICA

O subdesenvolvimento brasileiro no contexto das ciências sociais do século XX se norteia por meio das questões relacionadas ao personalismo, familismo e patrimonialismo, de modo a fundamentar a ideia de uma sociedade pré-moderna, conforme aponta Souza (2004). Ao analisar a pobreza dos países periféricos, é possível perceber que há uma naturalização e marginalização das desigualdades sociais de uma parcela da população, onde o mercado competitivo é visto como eficiente, em oposição à pobreza como a ausência de uma ordem democrática. Para tanto, a disputa presente no mercado se justificaria “pela expansão pré-moderna de modelos familísticos para todas as esferas sociais” (SOUZA, 2004, p. 79). Essa é uma análise da sociologia quanto aos norte-americanos do século XX, que compreende a esfera da pobreza e desigualdade social como parte de uma cultura homogênea baseada em critérios de favor e subcidadania. Conforme aponta Souza:

Se antes a corrupção como herança maldita era o principal, temos agora que pensar a nossa desigualdade e suas mazelas, como a subcidadania permanente para grande parte da população, como a resultante de um processo histórico que impossibilitou aprendizados sociais e políticos decisivos, sem qualquer relação com a sociologia do vira-lata que uma elite inimiga do povo e uma imprensa de latrina nos transmite. A categoria que se contrapõe à noção de “herança maldita” imutável do racismo culturalista é a noção de “aprendizado coletivo”. Se existem aspectos importantes da vida social nos quais nos distanciamos de outras sociedades, isso se deve a aprendizados morais e políticos não realizados. (SOUZA, 2018, p. 21)

Portanto, o que se pretende discutir nesta pesquisa é o outro lado da moeda, isto é, as consequências da naturalização da desigualdade social em um mundo de “não-cidadão”, ou seja, como produto da própria elite brasileira. Como define Souza (2018), a ausência de cidadania está relacionada não apenas a uma crítica a corrupção do Estado, de maneira a ocultar os interesses econômicos do mercado, mas também a demonstração de como a escravidão está presente nos dias atuais, visto que ela não se extinguiu há 500 anos e sim se modernizou e se personificou, com novas regras, tanto nas relações familiares, quanto nas formas econômicas, simbólicas e morais de exploração. Para tanto, é importante compreender que a exploração das classes periféricas não é somente econômica, ela está presente de

maneira simbólica e moral, ou seja, quando se é retirado a autoconfiança dos pobres, a capacidade de reação vistas as mazelas sociais, levando-os ao processo de humilhação cotidiana. Conforme descreve Demo:

O desafio maior da cidadania é a eliminação da pobreza política, que está na raiz da ignorância acerca da condição de massa de manobra. Não-cidadão, é sobretudo quem, por estar coibido de tomar a consciência crítica da marginalização que lhe é imposta, não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa e de organizar-se politicamente para tanto. Entende a injustiça como destino. Faz a riqueza do outro sem dela participar. (DEMO, 1995, p. 02).

A cidadania é fundamento para os direitos humanos, porque a mesma dispõe de um sujeito que tenha oportunidade e possa, a partir disso, alcançar a emancipação, isto é “fazer-se sujeito competente e não admitir tutela, e também dispensar assistência” (DEMO, 1995, p. 03). Porém, apenas cidadania por si só não é suficiente para emancipar um sujeito, existem diversos fatores que contribuem para se pensar na intervenção na pobreza política.

Um dos fatores que deve ser considerado, tendo em vista o êxito de uma classe social, está na socialização familiar, pois desde o berço, a pessoa é estimulada em sua capacidade de concentração, leitura, pensamentos abstratos, construção crítica da realidade e definição da própria identidade, que podem ser vistas como privilégio para formação de um cidadão que irá se desenvolver com uma perspectiva de mundo capaz de se posicionar e intervir. Contudo, o que se percebe é que todo esse incentivo tem destaque no contexto da classe média; em contrapartida que as classes menos favorecidas, desde o nascimento, ou até mesmo antes, estão expostas a humilhações e discriminação, além de serem esquecidas. Isso se torna ávido quando analisamos o contexto histórico da população escravizada. A construção parental, desde a escravidão, e os resquícios na atualidade de todo esse processo respingam em uma classe com dificuldade no desenvolvimento dos membros de sua família, ou seja, a marginalização não o exclui apenas do mercado laboral, mas também da possibilidade de criar uma unidade familiar com instância moral e social básica. Conforme cita Souza (2018, p. 195) “uma continuidade com a política escravocrata brasileira, que sempre procurou impedir qualquer forma organizada familiar ou comunitária da parte dos escravos”. Para esse grupo social, não é apenas a renda ou a falta de acesso e bens materiais que o classifica como pobres:

Na realidade, a pauperização, acarretada pela inadaptação social, e a anomia, causada pela organização familiar disfuncional, condicionam-se mutuamente. A submersão nas lavouras de subsistência e a concentração nas então nascentes favelas das cidades seriam, para Florestan, antes que fuga da realidade, uma espécie de “desespero mudo”. (SOUZA, 2018, p. 195).

Outro fator está ligado em separar o social do econômico e político, como se ambos fossem distintos, contudo, eles são um conjunto de ferramentas que contribuem para o fomento da cidadania. O mercado também é fator contribuinte, visto que ele promove a qualidade de vida, equidade, justiça social, ética, entre outros. A educação e o acesso ao conhecimento também são meios de fazer-se oportunidade para o sujeito, contudo, é preciso ter em mente uma educação com qualidade é capaz de desenvolver o sujeito para assumir o destino da sua própria trajetória. E, por fim, a própria democracia, pensada a partir do bem-comum, de modo a promover a emancipação (DEMO, 1995). Para tanto, percebe-se que a cidadania por si só não consegue trazer soluções às questões sociais. E nem sempre o mercado deve ser visto como o culpado dessas mazelas, muito menos o Estado como única resposta. A questão em cheque é como as instâncias superiores e a elite usam da pobreza, e até a fomenta para benefício próprio, e, a partir disso, impõem à toda sociedade que a transferência de renda para as classes subalternas seria o suficiente para acabar com a pobreza. Será mesmo?

Ao discutir pobreza, na maioria das vezes, relacionamos com a insuficiência de renda de determinados grupos ou de pessoas; contudo, abrimos porta para alguns questionamentos: Como é possível ser pobre em um país rico? Por que a comparação da pobreza sempre está atrelada à questão da renda? Seria o acesso à renda capaz de gerar ao pobre a possibilidade de se emancipar politicamente e ter o destino em suas próprias mãos? Ou melhor, ele seria sujeito da própria história? Está evidente que a pobreza do mundo não se relaciona somente à ausência de renda e/ou recursos e programas de caráter compensatório, isto é, de transferência ínfima de renda aos mais pobres, ou ao impulsionamento precário da economia nos países mais pobres. Esta percepção de pobreza não consegue desenvolver soluções ou iniciativas de modo a diminuir a pobreza, mesmo que pensada a partir da renda. Para tanto, esta pesquisa aborda outros aspectos da pobreza, que não estão baseados apenas na ausência de renda, e sim nas relações políticas e sociais. Portanto é preciso compreender porque é tão importante analisar a politicidade da pobreza, conforme define Demo:

Politicidade sugere a capacidade da vida de autoformar-se, pelo menos em parte, aprender, mudar seus rumos, tomar o destino em suas mãos. Vida não é apenas destino que se sofre, é também destino que se reconstrói. Todo ser vivo tem habilidade de se apresentar como sujeito de história própria, sempre em circunstâncias limitadas, não necessariamente como defeito, mas como condição evolucionária: somente seres incompletos evoluem, se aperfeiçoam, sem se tornarem perfeitos (Deacon, 2012. Budiansky, 2021). Politicidade aponta para potencialidades emancipatórias que a vida abriga em suas entranhas, como condição natural, afrontando, em certo sentido, a segunda lei da termodinâmica – toda vida também morre, mas o impulso da vida se sobrepõe, a ponto de postularem os humanos uma “pós-vida” eterna (Shermer, 2018). A vida luta ostensivamente para viver, sobreviver, florescer, expandir-se, diversificar-se, complexificar-se (Davies, 2019. Lane, 2015. Carroll, 2016. Damasio, 2018). (DEMO, 2021, p. 01).

A renda tende a ser o foco central para se pensar a pobreza, contudo, é importante considerar que existem diversas formas para caracterizá-la, conforme apresenta Demo (2006), há três principais maneiras para definir a pobreza: 1) Pobreza absoluta - também chamada de pobreza extrema, sendo a comparação dos pobres entre si; 2) Pobreza relativa - observada na comparação entre ricos e pobres; 3) Pobreza Política - é uma categoria de pobreza pouco discutida, já que a pobreza é focada na insuficiência de renda, em linhas gerais ela pode ser compreendida como “substancialmente, um processo de segregação social, exclusão forjada e mantida, prepotência e supremacia de uns poucos sobre muitos.” (DEMO, 2021; p. 01), sem esquecer de como o capitalismo utiliza as pessoas mais desfavorecidas como massa de manobra politicamente, conforme aponta Demo (2006, p. 04): “pobreza é atacada como proposta tecnocrática, de cima, sem a participação do pobre, conservando a este como beneficiário, de quem espera-se que se acomode e vote”.

É no campo do ser que a pobreza política se apresenta, ela mergulha em um aprofundamento histórico e social para revelar a desigualdade social. Não basta apenas ter - bens materiais para sobrevivência - sem compreender o seu pertencimento ao mundo, o motivo real que define os desiguais e os privilegiados. Nesse quesito, a cidadania torna-se um caminho fundamental para o processo de intervenção à pobreza política, visto que ao Estado compete fortalecer o controle democrático, conforme apresenta Demo (2003, p. 04) “A sociedade que é minimamente capaz de controle democrático pode privilegiar o bem comum acima do mercado e do Estado”. Contudo, o Estado apropriou-se da cidadania de maneira a deslegitimar a participação efetiva dos trabalhadores.

Desse modo, apresenta-se a cidadania tutelada:

Cidadania tutelada expressa o tipo de cidadania que a direita (elite econômica e política) cultiva ou suporta, a saber, aquela que se tem por dádiva ou concessão de cima. Por conta da reprodução da pobreza política das maiorias, não ocorre suficiente consciência crítica e competência política para sacudir a tutela. A direita apela para o clientelismo e o paternalismo principalmente, com o objetivo de manter a população atrelada a seus projetos políticos e econômicos. O resultado mais típico da cidadania tutelada, que, na prática, é sua negação/repressão, é a reprodução indefinida da sempre mesma elite histórica. (DEMO, 1995, p. 06).

A efetiva participação social é uma questão complexa, embora existam conselhos, conferências e ouvidorias públicas de representatividade, percebe-se uma enorme distância entre os processos decisórios e os cidadãos. O que ocorre na sociedade atual é o equívoco que se tem sobre o exercício da cidadania, eliminando todo processo de consciência crítica do cidadão, o tornando cada vez mais pobre político e reduzindo sua participação social ao consumo capitalista. Nesse caso, há uma regulação da cidadania pelo mercado. Sendo assim, a participação política na sociedade está embasada em uma perspectiva de cultura, firmada em uma determinada realidade e/ou período histórico, isto é, mesmo diante de todos os desafios que os espaços de participação democrática têm, se configuram como estratégia para a conquista da legitimação das diferentes expressões culturais autônomas, seja de partilha de ideias, de interesses, de poderes, de ideologia, enquanto parte de uma vivência democrática, na qual os cidadãos terão livre exercício de direito, ao passo que, utilizarão o Estado e o mercado em prol da coletividade.

No entanto, o que está por trás desse interesse comum e legalmente democrático são os interesses hegemônicos, lutas pelas quais as classes subalternas podem alcançar sua emancipação. A participação democrática é uma correlação de forças antagônicas, entre o capital e trabalho, que se materializa no campo da disputa política. Neste sentido, podemos apontar a contribuição de Alvarez, Dagnino e Escobar (2000, p. 25) onde dispõem que “A cultura é política porque os significados são constitutivos dos processos que, implícita ou explicitamente, buscam redefinir o poder social”. Para tanto, a participação coletiva é entendida como base para cidadania como meio de partida e de chegada, ou seja, existe uma organização coletiva, cujo Estado funcional está imbricado a uma cidadania participativa, que deve considerar como eixo-centro da base, o bem-estar comum, visando que as políticas públicas são promoções sociais e de qualidade de

vida, a fim de contribuir para que o sujeito consiga comandar a sua própria história (DEMO, 1995). Por exemplo, a Comuna de Paris:

A Comuna de Paris rejeita frontalmente toda forma de cidadania tutelada, porque os trabalhadores associados e livres devem comandar a história, bem como a cidadania assistida, por conta da valorização que faz da capacidade de auto-sustentação e de autopromoção. (DEMO, 1995, p. 16).

No entanto, existem diversos conflitos sobre o papel do Estado. Do ponto de vista do socialismo, a questão produtiva se tornou fator chave para a sociedade, dado que a mercantilização era vista como “raiz do conflito de classes” (DEMO, 1995, p. 14). Contudo, para o próprio Marx, a ideia não era a uniformização da pobreza e sim a distribuição democrática da riqueza. Nesse contexto de sociedade, é evidente a repressão política e um totalitarismo Estatal, “em vez de ser instância delegada de serviço público, passou a ser concentração absoluta de poder, ao qual o proletário como tal já não tinha acesso e muito menos controle” (DEMO, 1995, p. 15), promovendo assim a ditadura do partido, o Estado como centro do controle de tudo, tendo como consequência a estagnação produtiva e econômica do país, aumento da burocracia para acesso aos serviços públicos, que se encontravam à medida que a população não produzia e como consequência dependia cada vez mais do Estado; em termos educativos, o instrucionismo monopolizado, todos os fatores resultaram em uma cidadania tutelada, onde o sujeito se torna dependente do Estado.

Seja como for, o modelo do Estado Socialista Total mostrou-se inviável, porque prejudicou profundamente as duas colunas mestras do desenvolvimento, a saber, a capacidade produtiva e a cidadania. Feriu ostensivamente os anseios do bem-estar material, e sobretudo os de liberdade e equidade. Os dois países mais importantes que ainda praticam este tipo de paradigma de Estado, China e Cuba, passam por revisões radicais, sinalizando também, com o tempo, seu ultrapasse. Cuba visivelmente agoniza, metida em crise econômica incontornável, além de temer pela continuidade política do regime. China busca, apressadamente, modernizar-se na direção da economia de mercado, enquanto mantém uma das ditaduras estatais mais rígidas do mundo. (DEMO, 1995, p. 18).

O capitalismo, outro sistema econômico gerido pelo neoliberalismo, se apresenta como solução para o socialismo, como resposta às demandas de produtividade e educação, promovendo o desenvolvimento do país. Atualmente, ele é o principal sistema de produção do mundo, e sua atuação tem ênfase no mercado laboral e a pouca atuação do Estado. Para isso, utiliza a privatização das instâncias públicas e promove a competitividade para fomento da riqueza e, nesse sentido, cabe ao Estado viabilizar políticas públicas compensatórias para os sujeitos que não

conseguem se inserir no sistema. O papel do Estado é coibir e acalentar o sujeito pobre, para que o mesmo não contrarie a ordem, ao passo que o mesmo também é controlado pelo mercado, considerando que a riqueza produzida é em prol da sociedade. Sendo assim, a cidadania se estabelece como bens e serviços, o cidadão é aquele que possui patrimônios e acumula riqueza, típico do que vemos no contexto atual, você é visto pelo que possui. (DEMO, 1995).

Para o sistema capitalista, tudo vale em prol do desenvolvimento, até mesmo a destruição do meio ambiente, “a expectativa de lucro é a única “ética” que, ao final das contas, se impõe” (DEMO, 1995, p. 23). O capitalismo mascara toda perversidade que gera, em prol da produção, disfarçado de uma falsa liberdade social a partir de uma democracia participativa, pautada na meritocracia. As questões sociais presentes nas comunidades subalternas são de ordem moralista e individual, elas se encontram em tais circunstâncias por ausência de capacidade e habilidades que geram as próprias conquistas.

No Terceiro Mundo, a imitação deste paradigma de Estado Mínimo tem favorecido sobretudo sua privatização corrupta, porque, não havendo controle suficiente por parte da sociedade, a elite literalmente “pinta e borda”. Tem muito pouco a ver com o bem-estar comum, caracterizando-se como oferta pobre para o pobre, o que pode ser visto principalmente nos setores da educação e saúde. Dificilmente se encontram políticas sociais que não sejam apenas compensatórias, no sentido estrito de salvaguardar as relações de mercado e compensar mazelas frente às massas marginalizadas através de ofertas clientelistas ou assistencialistas. (DEMO, 1995, p. 23).

A face de uma falsa moral e ética predomina no Estado Capitalista a partir da democracia, ou seja, uma cidadania controlada pelo Estado. Contudo, a questão primordial não é discutir a pobreza e a miséria, e sim gerar respostas plausíveis sobre as mesmas, com possíveis soluções que, ao invés de retirar o sujeito desse cenário, apenas o mantêm vivo. Há uma valorização da educação e do conhecimento que contribuem para o mercado, não se diz em uma educação crítica e emancipadora, e sim aquela que mantém a boa convivência e civilização entre os cidadãos, e gere tecnologias para que o mercado tenha mais lucratividade. Uma ética dos direitos humanos que moraliza e manipula a sociedade por uma cidadania assistida e controlada pelo Estado, através da ‘desassistência’ e ‘desproteção’³

³ Desassistência e desproteção, porque o Estado não está preocupado em de fato assistir o sujeito, e sim com seu próprio sucesso, percebe-se a partir do mau uso dos recursos públicos e a ausência de transparência à população dos gastos públicos, a burocracia é a primeira limitação para se ter algum

mediadas pelas políticas públicas. Para tanto, nesse cenário, a democracia só existe em favor do capital, uma democracia que não promove igualdade e oportunidade, mas sim, retoma ao indivíduo a responsabilidade pelo próprio sucesso.

Para ter o exercício livre da democracia, conforme os pensamentos de alguns intelectuais, é imprescindível a tomada de consciência crítica acerca da função social; sem essa percepção crítica e fundamentada, corre o risco de desmoronar a democracia e todos os processos decisórios, pois a democracia tem relação com a supremacia cultural e a política da sociedade, a partir de seu modo operante institucional e constitucional é mais maleável exercer o controle popular, dando liberdade de atuação para um estado totalitário, que se insere no contexto social de maneira lenta e desapercibida, tomando controle democrático e formando sua cultura política liberal. (PIKETTY, 2014).

II. LIMITES PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

O Brasil está à frente de um novo período histórico, há um retrocesso na participação política e dos direitos; ter voz e atuar nas tomadas de decisões e na formação da política tem sido desafiador. Porém, conforme observado, este acontecimento histórico, que o Brasil está vivenciando, tem como um dos elementos processuais centrais a cidadania, ou melhor dizendo, a dificuldade de exercer a cidadania emancipatória. Em face à sua importância, mostra-se necessário compreender e entender o que é exatamente a cidadania e qual sua implicação para a coletividade. A liberdade e a justiça estão diretamente relacionadas com cidadania, pois pensar na cidadania a partir da sociedade capitalista é ter em vista que todos esses elementos estão articulados ao consumo e à rotatividade do mercado de trabalho. Conforme apresenta Demo:

O contrário de pobreza política é “*qualidade política*”, designando em especial a dinâmica da cidadania individual e sobretudo coletiva. Implica a capacidade de construir consciência crítica histórica, organizar-se politicamente de modo a emergir o sujeito capaz de história própria, e arquitetar e impor projeto alternativo de sociedade. Esses três passos nutrem-se, em grande parte, da habilidade de saber pensar, compreendido tanto como capacidade crítica, quanto como capacidade prática: conceber e realizar alternativas e oportunidades. (DEMO, 2006, p. 24).

retorno do mesmo, ao passo que esse sujeito se torna tão dependente do Estado que não consegue se emancipar, tanto politicamente quanto financeiramente.

Entretanto, conforme o sociólogo citado, para obter a participação política mais eficiente, é necessário pensar em uma educação de qualidade, “acesso à informação, à comunicação social, cultivo de identidades e oportunidades culturais e de esfera pública de discussão e negociação democrática” (DEMO, 2006, p. 24). Além disso, o papel do Estado é fundamental no processo democrático, contudo, se o Estado for corrupto, faz com que a sociedade descredite em sua eficiência e na sua autonomia política, porque não há mais tanta legitimidade na fala do candidato à política, ou seja, não há crença que a maioria das propostas serão, de fato, concretizadas em ações. A falta de compreensão do contexto histórico, que levou todo esse descontentamento político na sociedade brasileira é um dos fatores de esquecimento da luta; durante muitos anos, vários movimentos sociais se organizaram, em meio à opressão do Estado, contra as imposições dele e em busca de uma nova cidadania.

No Estado democrático moderno, a participação do indivíduo está vinculada à capacidade de participar do exercício no poder político através das eleições, implicando sua condição de membro pelo sufrágio universal e, conseqüentemente, numa sociedade civil com base na lei. Esta generalização leva a entender que todos são iguais perante a lei, não havendo privilégios, no entanto, a própria desigualdade de classes não garante a participação, na prática, dos desfavorecidos. Ademais, o próprio transcurso histórico pelo qual a cidadania perpassou, corrobora com este fato.

A participação social faz parte de uma construção processual e diária, existe um conjunto de pessoas que podem contribuir, tais como: pesquisadores, planejadores, universidades, o próprio Estado, considerados como instrumentos para se pensar o exercício da cidadania e participação social. Contudo, os sujeitos essenciais para esse cenário são as classes subalternas, para que os mesmos compreendam os processos de conquistas e rompam com o assistencialismo e a tutela do Estado, dando-lhes a oportunidade de acessar informações, adquirir conhecimento sobre os processos sociais e econômicos, de modo a obter capacidade de pensar por si e decidir pela sua trajetória. Toda conquista política só é legítima quando há a participação do pobre (DEMO, 2022).

Marshall (1967) é um nome de referência nos estudos do processo de formação da cidadania, para ele, a cidadania e o sistema de classes interagem um com o outro. Pela oposição entre cidadania e desigualdade de classe, há uma

contribuição para obter a modificação uma da outra. Para o sociólogo britânico, a classe social representa um sistema de desigualdade baseado num conjunto de ideias, crenças e valores, tendo, portanto, interesses e princípios opostos ao seu crescimento que coincide com o desenvolvimento do capitalismo, sendo um sistema de desigualdade. Ele afirma que, umas das linhas de abordagem e análise das classes sociais é a hierarquia de *status*, expressando diferenças entre classes com base nos direitos legais e nos costumes que estabelecem o caráter coercitivo da lei, uma classe social aceita como ordem natural. Marshall (1967), ultrapassa a ideia convencional de que a cidadania é unicamente uma questão política. A cidadania também é caracterizada como um prestígio e como um conjunto de direitos. Os direitos atribuem às pessoas certas capacidades especiais em virtude de um *status* legal ou convencional, indicando, por meio destes, o que cada um pode fazer e quais são as suas capacidades.

Portanto, quando consideramos que a cidadania e democracia caminham em consonância e estão legitimadas como *status* social pautadas nos direitos sociais, a cidadania pode ser colocada em risco, quando há uma falsa compreensão da cultura política firmada a partir da participação social, pois para exercer essa participação por uma escolha representativa, existe um embate ideológico e de lutas entre as classes sociais no qual o capitalismo e os trabalhadores, através de uma falsa ideologia persuasiva, atraem os grupos menos favorecidos e colocam em risco toda a contra hegemonia existente.

Para se obter cidadania, é preciso pensar nos processos para alcançar a emancipação, e os desafios impostos pelos mesmos. Para Demo (1995), se emancipar é algo complexo e profundo de caráter político, um processo simultâneo, que perpassa a coletividade e se situa no campo do sujeito, pois o mesmo precisa ter controle sobre seu destino e para isso é necessário ter consciência crítica.

Tudo começa com a capacidade e a coragem de dizer **NÃO**. Não à condição de massa de manobra. Não à manipulação imposta pelas elites. Não aos governos clientelistas e corruptos. Não ao Estado tutelar e assistencialista. Não à pobreza política e material (DEMO, 1995, p. 133).

A ativação enquanto sujeito participante da sociedade é um bom início para o processo emancipatório. “A cidadania tem, por isso, como primeiríssima tarefa um desafio negativo: destruir a pobreza política.” (DEMO, 1995, p. 133). Para tanto o Estado precisa ser reavaliado em sua atuação, pois não é ele quem controla a população e sim o contrário. O Estado é a consequência de uma população

organizada e consciente, capaz de definir seu destino e compreender a pobreza como injustiça social, ou seja, dar ao pobre a capacidade de se defender e falar por si. Cabe ao Estado instrumentalizar e informar a população, potencializando os grupos populares organizados e oferecendo serviço público de qualidade como educação básica, promoção cultural e acesso aos meios de comunicação, (DEMO, 1994).

A cidadania organizada delega ao Estado funções importantes em termos de sedimentação de canais de participação, a começar pela educação. A escola pública tem como função imprescindível garantir acesso irrestrito ao 1º grau, como reza a Constituição, porque se admite como condição básica de exercício da cidadania. Entretanto, é fundamental perceber que educação não é propriamente "coisa" do Estado, mas exigência da sociedade civil organizada. O Estado a efetiva sob delegação, e a qualidade da oferta educacional está especificamente na capacidade de controle e avaliação da sociedade mais do que em alguma virtude prévia pública. Ao contrário, o Estado abandonado à sua lógica do poder, obstaculiza processos democráticos, pois prefere o laçoi ao cidadão (Siebeneichler 1989, Raichels 1988, Silva 1988, Reymão 1986, Wolff 1990). (DEMO, 1994, p. 38).

Embora pareça que a reestruturação do Estado e a autonomia de uma sociedade organizada sejam simples, encontramos várias lacunas ao longo desse percurso: a primeira é o formato da educação, que por ser influenciada pela economia e pela história do país, em seu processo de colonização, já denota um ensino focado em disciplina, controle e organização; segundo, a pedagogia baseada na instrução, que vem desde o século XIX, provoca uma série de consequências à formação brasileira, pois se não há uma educação que comunica e ensina, há apenas uma educação centrada no repasse de conteúdo para os alunos e na subordinação, estes alunos possuem pouca capacidade de agir e pensar sobre si, dificultando todo processo de emancipação.

Portanto, é necessário planejar a participação social, compreendendo que reduzir a pobreza possui diversas complexidades. De acordo com Demo (1994), um planejamento participativo inicia-se pelo reconhecimento da cidadania, entendendo ser uma conquista. É no campo da subjetividade que se inicia o debate para as mudanças sociais, como, por exemplo, o acesso à informação, identidade cultural, movimentos sociais de base, qualidade política, atuação dos sindicatos, entre outros; fatores estes que são importantes para formar uma sociedade democrática. Diante disso, é imprescindível romper com as condições objetivas de submissão, que consideram as circunstâncias como parte do destino, e se conformam com determinadas situações, isto é, é necessário entender ser possível construir um

futuro intermediado pela conquista, alterando a realidade ao redor e rompendo com ciclos. Sendo assim, ao avaliar a atuação de um mercado de trabalho menos desigual, é preciso de uma produção econômica adequada, no campo objetivo, por outro lado, uma cidadania organizada e participativa no campo subjetivo.

Dito isso, é fundamental acentuar que planejamento participativo não pode esconder sua tessitura típica de proposta de intervenção na realidade. Todo planejamento significa intervenção, pois parte da convicção de que é possível direcionar o curso da história, pelo menos em parte. O que diferencia planejamento participativo de outros não é uma pretensa supressão da intervenção, mas atitude alternativa ante a intervenção: consciente de que é intervenção, trata de reduzi-la, compondo uma cena de atores produtivos na qual a discriminação entre sujeitos e objetos diminua ao mínimo possível. Planejamento participativo, em termos realistas e dialéticos, é aquele que democratiza a intervenção. Como na democracia, não se suprime o poder, mas se busca domesticar o poder, por meio de controles federativos (Demo 1985c, Motta 1981). (DEMO, 1994. p. 90-91).

Para o Estado⁴, embora dotado de contradições devido à sua construção histórica, ele pode contribuir se dispondo aos grupos sociais, que estão se organizando, promovendo o acesso às informações e estratégias para exercer a cidadania, por exemplo: fornecer dados orçamentários, articular direitos específicos para cada grupo, contribuir para o processo de formalização para as instâncias de participação social etc. É necessário oportunizar o acesso a estruturas físicas para os setores públicos; no âmbito administrativo, gerenciar, preservar e equalizar os espaços públicos, como escolas, órgãos de saúde, segurança e os demais direitos previstos na Constituição de 1988⁵, bem como mediar e fortalecer o acesso aos direitos fundamentais para que os cidadãos possam alcançar de forma legítima, sem burocracia ou clientelismo (DEMO, 1995).

No campo da educação, o processo formativo é essencial, visto que, ele contribui, também, para criar competência política, além de humanizar o sistema, que está diretamente ligado ao exercício da cidadania, com instrumentos importantes para lidar com os paradigmas do capitalismo. Embora a educação, por si, não seja a salvação do mundo e da sociedade, ela, com a ciência e a tecnologia, traz um diferencial para o avanço e desenvolvimento do cidadão; ainda que não erradique os fenômenos sociais, o desenvolvimento em conjunto com a educação

4 Estado democrático é aquele que favorece seu próprio controle a partir da base nesse pressuposto há uma "santidade" histórica que jamais poderia ser imposta ou concedida, mas exige construção acérba de baixo para cima e permanece intrinsecamente periclitante (Demo 1988c). (DEMO, 1994, p. 89).

⁵ É importante salientar que a Constituição de 1988 é resultante de um processo democrático político e de participação social. Uma conquista significativa no campo dos direitos humanos e sociais.

possibilita reavaliar os valores sociais e serem o pontapé inicial para alcançar efetivas mudanças na sociedade (DEMO, 1995).

III. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Portanto, uma das maneiras de conseguir a participação social efetiva é através da educação. Conforme aponta Monasta (2010).

Finalmente, com referência ao sistema tradicional de educação, o posicionamento de Gramsci não significa que a educação escolar e universitária seja irrelevante no contexto da estratégia da educação orientada para o pensamento crítico. Trata-se, porém, de inovar os métodos, os conteúdos e a organização do estudo com base nas seguintes advertências: uma vinculação mais estreita entre a escola e o trabalho, entre a teoria e a prática; uma atenção maior à história da organização do trabalho e da cultura e, conseqüentemente, um maior interesse no estudo da “fortuna” dos clássicos e das teorias, isto é, no estudo das diferentes interpretações que tiveram na história. Finalmente, mas de grande importância: um debate aberto sobre os objetivos da educação e sobre os valores subjacentes à ação educativa em uma determinada sociedade. (MONASTA, 2010, p. 34).

Conforme apontado anteriormente, a educação contribui para se pensar na participação política. Por isso, pensar na efetividade das políticas educacionais a partir da educação e educação popular, é compreender que ela precisa estar inserida no contexto da sociedade em sua vivência cotidiana, e também, considerar a formação da consciência crítica como parte desse processo. Outra forma, seria a partir da participação social, pois esta atividade pode auxiliar nas transformações diante das democracias liberais, sejam históricas, políticas, econômicas ou culturais; é uma forma de tomada de posição da sociedade civil, para bem operacionalizar o contexto onde estão inseridos. Essa forma de participação se fez presente na *polis* grega em que todos aqueles que eram cidadãos comuns participavam na arena política, exceto crianças, mulheres e escravos.

Contudo, para os sujeitos que são pobres politicamente, a educação é um dos fatores mais escassos. De acordo com Demo (2006), quem é pobre não se reconhece como tal, e não lhe são dadas possibilidades para que se identifique enquanto pobre, resultando em políticas assistencialistas como moedas de troca. Nas palavras do autor:

[...] esta condição de ignorância permite políticas pobres para os pobres, bem como aceitação de rendas mínimas quase invisíveis, sem falar na tendência de esperar a libertação do próprio alçó; esta ignorância é cultivada de várias maneiras, desde a opressão do professor básico em sistemas educacionais corruptos e ineficientes, passando pela falta de

informação e comunicação, restrições e manipulações do associativismo, até destruição de identidades culturais; (DEMO, 2006, p. 25).

Logo, a pobreza política desconstrói a cidadania, porque, à medida que a pessoa pobre não se reconhece como tal, não consegue participar politicamente das decisões com o Estado e sugerir mudanças. Sua incapacidade de tomar consciência crítica o suficiente para questionar posições assistencialistas, por exemplo, e sua dificuldade de propor alternativas para o bem comum, isto é, que vise o coletivo e não apenas a individualidade, os tornam inativos perante a construção de uma política efetiva. O pobre político, pensa em si mesmo, e concorda com favoritismo, além de não ser capaz de questionar determinadas posições políticas de caráter clientelista, aceita qualquer tipo de solução rentável para alimentar sua miséria. (DEMO, 1995).

Portanto, é necessário repensar a questão das desigualdades sociais e pobreza, algo que foi discutido no decorrer deste estudo. A pobreza não é apenas a ausência de renda, ela é consequência da pobreza política, isto é, a falta de se reconhecer enquanto pobre, gera consequências drásticas nas relações sociais, pois as pessoas nessa posição se submetem às pequenas migalhas de direitos sociais e se contentam com isso. Este cenário social gera a ideia de que pessoas que são como marés, levadas de um lado para o outro sem encontrar sua identidade e reforçando os padrões estabelecidos socialmente pela elite.

Uma das estratégias para romper com essa visão do pobre político, apresentada por Demo (2006) é o confronto de si para si, isto é, o pobre político primeiro precisa se identificar como tal. “Confrontar-se é a habilidade da cidadania democrática, feita dentro das regras do jogo do Estado de direito, mas plantada na capacidade do pobre de fazer história própria” (DEMO, 2006, p. 27). Outro enlace é a redistribuição de renda, mas de maneira que o ciclo seja contínuo, a possibilidade do pobre se qualificar de modo a saber como utilizar dessa redistribuição para não retornar a mesmice, para ter capacidade de tomar decisões horizontais, compreender que a sociedade ainda terá questões desiguais, porque não somos iguais, nem por natureza, nem politicamente; outra questão é sair da zona de objeto político para sujeito político. É preciso sempre retornar ao primeiro ponto, se reconhecer enquanto pobre político.

Sobre a emancipação política, para Freire (2000), significa uma grande conquista para a sociedade, a libertação dos indivíduos. No mundo neoliberal,

existem diversas formas de opressão e exclusão que dificultam a emancipação do sujeito, para tanto, essa autonomia é mediada pelo comprometimento com a desopressão (ZITKOSKI, 2006), mediante uma luta libertadora, como bem define Freire: “só faz sentido se os oprimidos buscarem a reconstrução de sua humanidade e realizarem a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e os opressores” (FREIRE, 2002, p. 30). A luta pela transformação social está vinculada ao multiculturalismo, apresentado pelo autor, pelo direito de ser diferente, a partir de uma sociedade democrática. E também se compreende que a emancipação contribui para superar a pobreza política, conforme descreve Demo:

A razão básica deste desempenho está na formação do sujeito histórico competente, com qualidade formal e política. Esta é a condição essencial para a superação da pobreza política, para dupla intervenção concatenada: de um lado, formação da competência política para pensar e efetivar uma sociedade mais equalizada; de outro, formação da competência econômica para civilizar o mercado. Trata-se da capacidade coletivamente organizada para reduzir as desigualdades sociais ao mínimo possível, sobretudo trata-se da capacidade emancipatória. (DEMO, 1995, p. 152).

O neoliberalismo utilizou e utiliza por anos o conhecimento como ferramenta para elevar cada vez mais o mercado e a obtenção de lucro, camuflando-se enquanto neutralidade científica, para praticar um mercado ainda mais prepotente, e tanto mais inovador. Sua sagacidade está em potencializar uma educação capaz de melhorar e inovar os sistemas de produção, ao invés de promover a formação crítica. Em contrapartida, os ideais esquerdistas reforçam o papel da educação crítica, politizada, fundada em uma ideologia ostensiva, como respostas às mudanças e mazelas sociais, (DEMO, 1995). Porém, nem a tecnologia e nem a formação política, regidas separadamente, conseguem promover mudanças efetivas, pois os sujeitos precisam saber escrever, tendo aulas de português, mas, também precisam saber questionar o que escrevem, a partir da formação crítica.

Conforme descreve Demo (1995, p. 153): “a competência completa advém dos dois termos matricializados estrategicamente, ou da qualidade formal (conhecimento) e política (educação)”. Logo, quando inserimos o mercado como parte da construção social, ao invés de demonizá-lo, compreendemos que o trabalhador é o principal agente de mudança, então a ótica do mercado muda, não é a mais-valia, lucro e competitividade ostensiva que representam o fator predominante, ele passa a ser um empreendimento coletivo, todos contribuem e lucram. É nesse quesito que a proposta educativa se mostra necessária, pois ela irá

gerar dignidade aos trabalhadores, pois quem se educa pode se organizar politicamente, aumentando a competência e construindo seu projeto de vida com autonomia, conforme define o sociólogo:

No mínimo, é um passo essencial para o amadurecimento do sistema produtivo, rumo a alternativas mais humanizadas. Pois, não se supera o neoliberalismo fechando-lhe os olhos ou pretendendo pular por cima, mas passando por dentro dele como sujeito histórico capaz. (DEMO, 1995, p. 154).

Portanto, a educação, conforme descreve Freire (2017), contribui para as questões: ontológica, política, ética, epistemológica e pedagógica; educar não é transferir conhecimento, mas promover respeito à autonomia, dignidade ao sujeito e, acima deste, uma tomada de posição frente aos sistemas sociais, que fazem o sujeito perceber o mundo que vive, e não apenas viver, fazem-no entender que as relações sociais são desiguais porque o sistema as tornam assim, e não por um falso moralismo de que não são todas as pessoas que conseguem ocupar determinados espaços, conforme dito nos discursos meritocráticos. A educação pode libertar o oprimido, quando este deixa a ignorância compreendendo as dinâmicas sociais e consegue tomar suas próprias decisões. Conforme o filósofo:

A raiz mais profunda da politicidade da educação se acha na educabilidade mesma do ser humano, que se funda na sua natureza inacabada e da qual se tornou consciente. Inacabado e consciente de seu inacabamento, histórico, necessariamente o ser humano se faria um ser ético, um ser de opções, de decisão. Um ser ligado a interesses e em relação aos quais tanto pode manter-se fiel à eticidade quanto pode transgredi-la. É exatamente porque nos tornamos éticos que se criou para nós a probabilidade, como afirmei antes, de violar a ética. (FREIRE, 2017, p. 108).

A politicidade da educação se opõe à neutralidade, pois assumir esse campo é como colocar 'vistas grossas' a toda injustiça social, é revelar o medo do embate e reforçar o papel do opressor. A educação não é a chave das transformações sociais, contudo, não pode ser reprodutora da ideologia dominante, ela é um direcionamento para podermos enxergar novas possibilidades de mundo. Para tanto, é preciso reinventar os processos educacionais a partir dos contextos que se apresentam à sociedade, isto é, conforme aponta Freire, cada época tem suas peculiaridades:

Uma coisa, por exemplo, foi trabalhar em alfabetização e educação de adultos no Brasil dos fins dos anos cinquenta e começos dos sessenta, outra, foi trabalhar em educação popular durante o regime militar. Uma coisa foi trabalhar no Brasil, na fase do regime populista que, por sua própria ambiguidade, ora continha as massas populares ora as trazia às ruas, às praças, o que terminava por lhes ensinar a vir às ruas por sua conta, outra, foi trabalhar em plena ditadura militar com elas reprimidas, silenciadas e assustadas. Pretender obter no segundo momento o que se

obteve no anterior na aplicação de uma certa metodologia revela falta de compreensão histórica, desconhecimento da noção de limite. Uma coisa foi trabalhar no início mesmo da ditadura militar, outra, nos anos setenta. Uma coisa foi fazer educação popular no Chile do governo Allende, outra é fazer hoje, na ditadura. Uma coisa foi trabalhar em áreas populares no regime Somoza na Nicarágua, outra, é trabalhar hoje, com o seu povo se apossando de sua história. (FREIRE, 2001, n.p).

Todo educando precisa de um educador, que compreenda sua realidade e entenda suas dores. Quando compreendemos as circunstâncias que as classes sociais estão expostas, percebemos o tamanho da consequência que isso gerou por anos: as classes sociais vivenciam por um longo período a violência de seus opressores e de sua dominação, que se tornaram como raízes profundas em sua formação. Conforme aponta Freire (2001), esse longo tempo de exploração gera um “cansaço existencial” para essas classes, o que o filósofo associa como “anestesia histórica”, ou seja, o sujeito se perde no percurso da vida sobre suas necessidades, sonhos e projetos futuros. É evidente quando analisamos o final da escravidão no Brasil e percebemos que os ex escravos se dispõem de uma espécie de vazio existencial. Dado que, por anos, serviram ao seu senhor e por um curto período ele não é mais seu senhor e aqueles escravos são livres, mesmo que por anos eles e toda sua descendência viveram sobre os comandos de outro alguém. Nesse sentido, abolição da escravatura não projetou a inserção dos mesmos ao mundo e nem mesmo trouxe mudanças de mentalidade para construir uma nova realidade, o que temos como resultado deste movimento, é a mente de um escravo, que não consegue se libertar do seu senhor, mesmo após a abolição.

Isso ocorre porque as classes subalternas vivenciam o que chamamos de “a escravidão moderna”, apresentada por Souza (2004), na qual se perde o sentido do amanhã, que se prolonga por gerações, uma classe destituída de tudo, até do seu próprio sentimento de viver, um grupo que vive resquícios de uma história que os violentou, oprimiu e usurpou sua identidade, cultura e vida. Por isso, o papel do educador é primordial para a educação e formação cidadã, a leitura do mundo que o outro está inserido contribui e acrescenta para entender a sua linguagem e também suas limitações, apreender os medos e os desafios que os prendem. Nas palavras de Freire:

Daí a necessidade da intervenção competente e democrática do educador nas situações dramáticas em que os grupos populares, demitidos da vida, estão como se tivessem perdido o seu endereço no mundo. Explorados e oprimidos a tal ponto que até a identidade lhes foi expropriada. (FREIRE, 2001, n.p).

São as relações de diálogo entre o educando e o educador que permitem a compreensão de sua história e a intervenção do mesmo. Embora a educação também tenha limites, afinal, ela por si só não muda o mundo, gera certa eficácia e impacto, quando depreendida a teoria com a prática e suas dimensões políticas. A clareza política é indispensável, embora não seja suficiente, conforme a competência científica, a horizontalidade do ensino, assim a cientificidade e a educação popular conseguem abordar o mesmo assunto e as classes conseguem se informar. Por meio da educação e do conhecimento, o sujeito consegue se organizar e reavaliar suas condições sociais e políticas no mundo, questionar e intervir no sistema produtivo; o mesmo consegue argumentar e se posicionar frente aos empresários. Sobre esta abordagem, DEMO (1995, p. 30) afirma que “é um passo essencial para o amadurecimento do sistema produtivo, rumo a alternativas mais humanizadas”, a emancipação é uma boa estratégia para lidar com o mercado, contudo não pode ser definido apenas para essa relação, emancipar-se é um caminho para reestruturar a sociedade como um todo, de forma a evoluir eticamente e humanamente, em prol do bem comum.

Para tanto, é no conceito de emancipação política, firmado por Demo (2006) e Freire (2000, 2002, 2017) que esta pesquisa seguirá como parâmetro para avaliar a pobreza política que afeta a sobrevivência das mulheres no que se diz a respeito da qualidade de vida, acesso aos direitos, autonomia na decisão, participação política, discriminação, entre outros enlaces provocados pela pobreza política. De forma a avaliar a qualidade de política, esta pesquisa se debruça e se constrói, compreendendo que saber pensar e aprender a pensar são grandes passos para a emancipação política; mas antes disso é preciso se reconhecer enquanto pobre político. Dessa forma, é factível perceber que diante das instâncias neoliberais nos posicionamos de modo a enfrentar e deixar de ser massa de manobra, esse tema será melhor abordado no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 02

I. NEOLIBERALISMO E A POBREZA

A pobreza é apenas uma das ‘interfaces’ de apropriação do neoliberalismo, que utiliza da condição humana para se legitimar, seu maior intento está em controlar a “reprodução social”. Conforme aponta Lazzarato (2019), no período do governo do PT, houveram diversos incentivos às finanças estatais de inclusão, isto é, que visavam gerar oportunidades aos pobres a partir do aumento do consumo e apropriação de créditos; em argumento a essa questão, justifica-se como o meio mais eficaz para intervir na pobreza do país, em outras palavras, endividando o pobre e o incentivando a consumir. Dado que essa estratégia, ao invés de intervir na raiz da pobreza, leva o pobre ao próprio ardil, aplicou-lhe uma sentença vista como oportunidade e igualdade. Como ele poderia se ver livre da pobreza com mais dívidas? Essa tentativa esquerdista de “erradicar” a pobreza se tornou autodestrutiva, para o autor “[...] cuidadosamente mascarado por uma esquerda que lhe atribui um potencial de progresso e de modernização que ele nunca teve, manifesta-se de novo: tratar a crise com as técnicas financeiras que a produziram”. (LAZZARATO, 2019, p. 30). E completa:

A relação credor-devedor como técnica para conduzir e controlar os comportamentos é transversal aos grupos sociais, já que funciona tanto com o pobre quanto com o desempregado, o assalariado e o aposentado. Não é apenas um meio para se chegar a um objetivo qualquer, mas uma técnica tremendamente eficaz que desloca o terreno da luta de classe para um espaço onde as organizações dos assalariados não sabem se posicionar. (LAZZARATO, 2019, p. 29).

O que está oculto na dinâmica da pobreza é a desigualdade social, política, econômica, cultural, educacional, entre outras. Dessa maneira, o capitalismo se apropria, se mantém e se reforça do trabalho humano; é no campo ideológico, conforme Piketty (2014), que ele se legitima, ao transformar a relação de mercado como razão de ser da sociedade reduzida a instrumento da mais-valia⁶, numa relação não só econômica, mas fundamentalmente política de exclusão. Em outras palavras, é principalmente “no terreno das ideias que as lutas foram travadas e vencidas. [...]” (PIKETTY, 2014, p. 38).

⁶ Em linhas gerais esse termo é um conceito criado por Marx (1818 – 1883), para entender as relações entre o tempo necessário para realizar um trabalho e sua remuneração.

A pobreza se manifesta de maneira peculiar no capitalismo e se esconde como se fosse apenas a insuficiência de acesso a bens materiais e renda; mas seria isso a pobreza? Bom, a pobreza a partir do cenário capitalista vai além do acesso a bens materiais, embora este acesso seja extremamente relevante na teoria; na prática, somos um dos países mais desiguais do mundo, tanto no sentido político, quanto na renda.

Existem diversas tentativas de intervir na pobreza, uns argumentam a necessidade de incluir o pobre no mercado laboral, outros defendem a necessidade de dar ao pobre (condições) financeiras como resposta à sua situação social, o tornando endividado⁷ e/ou empreendedor de si. A resposta à pobreza se resume a distribuição de renda, seja por microcréditos, por programas de transferência de renda, por meio de políticas sociais ou inclusão ao mercado de trabalho... Todas as questões mencionadas se transformam em oportunidades para que o pobre consiga se enquadrar na lógica neoliberal, se sinta incluído socialmente. Ao passo que a pobreza é um dos maiores elementos para a exploração do capital sobre a sociedade⁸, algo que observaremos no decorrer desta pesquisa.

Outra questão importante salientar, é que ao analisar a Síntese de Indicadores Sociais (2020), percebe-se que a inserção em atividades econômicas é tema central para se discutir as desigualdades sociais, compreendido como resultante do processo de desenvolvimento do país:

A análise da distribuição de rendimentos de uma população é o ponto de partida para os estudos de desigualdades econômicas e pobreza monetária. O formato da curva de distribuição, seus indicadores estatísticos básicos, os rendimentos apropriados por parcelas da população e indicadores de concentração de renda permitem delinear um conjunto de perspectivas importantes para a avaliação do desenvolvimento socioeconômico de um país. (IBGE, 2020, p. 49).

⁷ Os "riscos sociais" que tinham sido assumidos de forma coletiva, primeiro pela mutualização operária e depois pelo *Welfare state*, recaem agora sobre o indivíduo (embora estatizasse as modalidades da solidariedade entre trabalhadores como meios de controlá-los, o *Welfare* mantinha ao menos o princípio da socialização dos riscos). Cobrir os riscos sociais assumindo o risco individual do endividamento é concebido pelas instituições financeiras como uma técnica de sujeição, pois os reembolsos regulares impõem aos devedores uma disciplina, uma forma de vida, uma maneira de pensar e de agir. Tal controle de si é essencial aos olhos do Banco Mundial para transformar o pobre em empreendedor, capaz de gerir os fluxos de rendimentos irregulares graças ao crédito. (LAZZARATO, 2019, p. 31).

⁸ A exploração do capital é para além do trabalhador, ele se apropria de todas as mazelas sociais para se legitimar e manter no poder e controle social, ele utiliza do trabalhador explorado, dos desempregados, das mulheres, do racismo, deficiência, xenofobia, homofobia, entre outros para reforçar sua ideologia, que ao invés de gerar equidade, compreendendo que a sociedade é formada por desiguais e diferentes, os condicionam como massa de manobra, criando um padrão socialmente aceitável e inalcançável.

As pesquisas acerca da temática pobreza apresentadas pelo IBGE têm como parâmetros avaliativos a definição do Banco Mundial⁹, bem como o acompanhamento de políticas públicas implementadas pelo governo, principalmente os programas de transferência de renda. As avaliações para a Síntese dos Indicadores Sociais são levantadas e avaliadas por meio de métodos quantitativos, embora seus avaliadores admitam que, para melhor precisão dos dados acerca da temática pobreza, seja necessária uma análise multidimensional, ou seja, complementar os dados para além da renda, como educação, por exemplo.

Contudo, embora seja uma forma de ampliar o caráter avaliativo da pobreza no Brasil, percebe-se que as pesquisas do IBGE apresentam uma certa superficialidade quanto aos dados levantados, pois não há alvura se existem entrevistas para além de análise bibliográfica ou dados terceiros¹⁰, e se as questões apresentadas aos “participantes” da pesquisa são de caráter discursivo. Não se pode afirmar se são questionados quanto às dificuldades de permanência no emprego, ou se o trabalho é suficiente para arcar com todas as demandas socioeconômicas, se a educação gera um retorno a família em termos de conhecimento e autonomia, o que a família entende por educação, quais as dificuldades que as crianças apresentam na escola, se a alimentação da família tem boa base nutritiva, quais os avanços significativos que tiveram na estrutura familiar nos últimos anos, o desenvolvimento psicossocial e financeiro, se eles precisam da tutela do Estado para sobreviver etc.

Essas questões apresentadas, demandam muito mais tempo e compreensão para avaliar, além de recurso físico e financeiro; para se obter respostas a essas perguntas é necessária uma análise profunda, porque os dados para essas respostas serão a partir de uma análise qualitativa¹¹ e para as pesquisas científicas

⁹ O WB, utiliza da Análise Social do País (CSA, na sigla em inglês) é uma ferramenta de diagnóstico adotada pelo Banco Mundial. Ela utiliza a análise social, econômica, política e institucional para melhorar a compreensão dos vínculos entre as dinâmicas do desenvolvimento socioeconômico, de um lado, e as estruturas sociais e políticas que moldam os resultados do desenvolvimento nos níveis local e nacional. A ASP utiliza bases de dados comparativos existentes, tais como as Estatísticas de Desenvolvimento Social (Social Development Statistics (SD Stats)) do Banco Mundial. Saiba mais: http://web.worldbank.org/archive/website01031/WEB/0__CO-69.HTM acesso dia 07 de abril de 2022.

¹⁰ Dados resultantes de avaliações sobre a implementação ou execução das políticas públicas. Diz sobre dados com coletas indiretas, por pesquisa de satisfação ou questionários com questões fechadas.

¹¹ Não é questão, por outro lado, de estabelecer entre qualidade e quantidade uma polarização radical e estanque, como se uma fosse a perversão da outra. Cada termo tem sua razão própria de ser e age na realidade como uma unidade de contrários. Ainda que possam se repelir, também se

é muito mais vantajoso apresentar análise quantitativa, mesmo que estes não correspondam de fato ao que pesquisam, porque os números brilham os olhos e trazem supostamente resultados mais práticos, gerando respostas imediatistas e supérfluas às demandas sociais. Esses dados não podem ser considerados fidedignos, primeiro porque nenhum dado se apresenta em sua neutralidade, e segundo porque é uma análise superficial. A partir do momento em que não é avaliado todo contexto de forma minuciosa, observando a raiz do problema de forma dialética¹², o Estado e mercado atuam em torno de si e não de um bem comum, até porque para assumir as reais questões que geram a pobreza no mundo seria necessário contrariar a proposta tecnocrática capitalista e assumir toda sua estrutura de exploração e perversidade, sabendo, pois, que todos os dados, embora sejam ancorados em uma cientificidade, não podem ser considerados neutros.

Para tanto, ainda sobre os indicadores sociais do IBGE, os dados apresentados acerca do padrão de vida e distribuição de renda tiveram variadas fontes de dados, sendo: os rendimentos e consumo de pessoas, informações sobre o imposto de renda de pessoas físicas e pesquisas domiciliares como a PDAD, para obter uma análise acerca do nível de desigualdade financeira no Brasil, segundo as bases científicas do IBGE, a colheita de dados são feitas de duas formas: a primeira, se refere ao rendimento bruto recebido no mês de trabalho e a segunda, se refere ao rendimento bruto normalmente recebido pelo trabalho, o público alvo das entrevistas possuem faixa etária a partir de 14 anos, sobre os outros rendimentos são pesquisados posteriormente em outras fases da pesquisa, os valores são analisados

necessitam. Quantidade não é uma dimensão inferior ou menos nobre da realidade, mas simplesmente uma face dela. *Neni* qualidade precisa inevitavelmente significar enlevo, espiritualidade, divindade. Para andarmos um pouco em frente, colocamos uma discussão em torno da qualidade formal e da qualidade política. A primeira refere-se a instrumentos e a métodos; a segunda, a formalidade e a conteúdos. Uma não é inferior à outra; apenas cada uma tem perspectiva própria.

¹² O método dialético, tal como proposto por Hegel e Marx, é justamente uma tentativa de pensar o mundo integrando as diferentes esferas contraditórias do real. Pressupõe-se que pensar dialeticamente seja pensar por contradições e que ao separar as diferentes esferas da realidade tem-se um empobrecimento da percepção do real por perder-se a totalidade. Sobre a necessidade de integrar as esferas contraditórias do real escreveu Hegel (2007:26) “O botão desaparece no desabrochar da flor, e poderia dizer-se que a flor o refuta; do mesmo modo que o fruto faz a flor parecer um falso ser-aí da planta, pondo-se como sua verdade em lugar da flor: essas formas não só se distinguem, mas também se repelem como incompatíveis entre si. Porém, em simultâneo, sua natureza fluida faz dela, momentos da unidade orgânica, onde, longe de se contradizer, todos são igualmente necessários. E essa igual necessidade que constitui unicamente a vida do todo. Mas a contradição de um sistema filosófico não costuma conceber-se desse modo; além disso, a consciência que apreende essa contradição não sabe geralmente libertá-la – ou mantê-la livre – de sua unilateralidade; nem sabe reconhecer no que aparece sob a forma de luta e contradição contra si mesmo, momentos mutuamente necessários.

consoante o mês de referência e distribuído para todos os moradores da família. Conforme apresentado na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Rendimento domiciliar *per capita* médio e mediano das pessoas, por Grandes Regiões (2012 a 2019)

Grandes Regiões	Rendimento domiciliar <i>per capita</i> das pessoas (R\$)								Variação percentual (%)	
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2019/ 2012	2019/ 2018
Médio										
Brasil	1 304	1 341	1 391	1 345	1 334	1 333	1 387	1 406	7,8	1,4
Norte	885	886	904	887	824	851	921	872	(-) 1,5	(-) 5,4
Nordeste	799	830	881	873	841	848	846	884	10,6	4,5
Sudeste	1 584	1 623	1 687	1 618	1 638	1 597	1 702	1 720	8,6	1,0
Sul	1 584	1 634	1 672	1 617	1 593	1 643	1 662	1 701	7,4	2,3
Centro-oeste	1 528	1 583	1 599	1 535	1 506	1 566	1 578	1 580	3,4	0,1
Mediano										
Brasil	776	818	861	839	806	806	835	861	11,0	3,2
Norte	503	511	551	531	493	512	520	511	1,6	(-) 1,8
Nordeste	467	491	526	521	495	501	502	506	8,5	0,8
Sudeste	955	982	1 012	985	983	1 001	1 008	1 012	6,0	0,4
Sul	1 035	1 091	1 127	1 116	1 080	1 090	1 090	1 141	10,3	4,7
Centro-oeste	892	946	964	929	932	956	982	998	11,9	1,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras entrevistas.

2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2019.

A tabela acima, nos permite perceber a relação comparativa de pobreza no Brasil, atrelada à questão econômica, que revela a desigualdade social que vivemos, sendo a ênfase das questões políticas pensar na redistribuição como solução. Os dados acima descrevem os rendimentos domiciliares *per capita* no Brasil, para tanto, é possível perceber que a região do Sul (R\$ 1.720) e Sudeste (R\$ 1.701) se destacam com os maiores rendimentos, de uma média de R\$ 1.406 para o total da população brasileira, em contraponto com as regiões Norte (R\$ 872) e Nordeste (R\$ 884), observa-se que houveram poucas alterações nos patamares de rendimento domiciliar *per capita* desde 2012. É notório que as condições econômicas permaneceram com o mesmo perfil desde 2012, as regiões localizadas ao sul (como os municípios de Vitória e Florianópolis) com melhores rendimentos (acima de R\$ 3.000 e R\$ 1.800, respectivamente), em contraponto ao estado do Maranhão que apresentou os menores rendimentos (R\$ 637 e R\$ 406). (IBGE, 2019).

Isso ocorre devido à grande concentração de renda no país, ou seja, que os 50% mais pobres ganham 29 vezes menos do que recebem os 10% mais ricos no Brasil. Em termos de mercado, é irrefutável que não basta apenas ter acesso a emprego e renda para “sair” do estado de pobreza, principalmente em um país tão desigual como o Brasil, que permite a alta concentração de renda. Mesmo com medidas governamentais, como as políticas de transferências de renda (Bolsa Família) e/ou de inserção laboral e aumento do salário mínimo, o Brasil ainda segue com dados discrepantes em relação aos rendimentos, desde a década de 1990 os níveis extremos de desigualdade patrimonial no país continuaram aumentando, e as respostas diante de tamanha pobreza que o país enfrenta, nos últimos anos, retomam ao acesso a mais trabalho e capacitação profissional. (CHANCEL, 2022).

Para tanto, o mercado é visto como resposta tanto às questões sociais, quanto à personificação para as relações sociais, familiares, amorosas, entre outras. O que se torna ênfase em toda estrutura de poder que o neoliberalismo se apropria, é a obtenção de lucro, sendo a única postura racional e aceitável. De acordo com Casara (2021; p. 08): “Desaparecem os laços intersubjetivos: o outro passa a ser visto como um concorrente que precisa ser destruído ou um objeto que pode ser usado e descartado”. No que lhe concerne, o poder político e o poder econômico tentam fragmentar e manipular a realidade, a fim de naturalizar as questões de exploração, opressão ou destituição humana, os mesmos que criam as mazelas sociais, apresentam supostas respostas em prol de si e do lucro; mesmo diante dos embates ideológicos, ainda há um manejo que condicione as novas formas de dominação.

Vivemos em uma constante luta política entre as frentes ideológicas liberais e esquerdistas. Conforme aponta Piketty (2014), o liberalismo acredita que apenas o alto desenvolvimento econômico, que está imbricado ao aumento da produtividade, pode gerar uma melhora efetiva na renda e na condição de vida dos pobres, validando a ideia da intervenção mínima estatal e atuação implacável do mercado produtivo. Já para os de esquerda, que se opõem ao liberalismo, compreendem que as lutas sociais e políticas são o cerne do embate contra a desigualdade e miséria, conforme aponta o autor:

Assim, a ação pública de redistribuição deve, ao contrário, permear o âmago do processo de produção, contestando assim a maneira como as forças de mercado determinam os lucros apropriados pelos detentores do capital, bem como a desigualdade entre os assalariados — por exemplo,

com a nacionalização dos meios de produção ou o estabelecimento de grades salariais compulsórias —, sem se limitar à cobrança de impostos para financiar transferências fiscais. (PIKETTY, 2015, p. 09).

Contudo, as forças ideológicas, são apenas formas de “[...] perceber como uma determinada racionalidade condiciona os imaginários e a normatividade, significa naturalizar as diversas opressões e as novas formas de dominação, bem como aceitar ser tratado como gado pelos donos do poder.” (CASARA, 2021, p. 08). Vivemos em uma sociedade que legitima um governo privado sobre a vida de todos, que não se baseia em leis, mas no lucro. Respondendo às críticas sociais de modo a silenciá-las com respostas plausíveis, “sem alterar a base do processo de lucro”. Tudo gira em torno do capital, disfarçado de mercado laboral e oportunidades, como respostas à pobreza.

II. POBREZA E EXCLUSÃO

Tendo em vista a erradicação da pobreza, o *World Bank* (2018) fez várias pesquisas com a finalidade de comprovar ser possível extinguir a pobreza até 2030. Contudo, recentemente, os dados apresentados pelo banco apontaram que essa meta está em risco. Seria essa uma promessa promissora demais por parte do *World Bank*? Seria apenas a pobreza material alvo de erradicação? Em 2018 o WB fez um estudo sobre a pobreza global e apresentou uma possível medida de pobreza social: as análises das pesquisas estão baseadas na pobreza multidimensional, que está ancorada no consumo doméstico e na linha internacional de pobreza de US\$1,90 por pessoa, por dia; conforme os especialistas, esse cálculo foi feito a partir da base de dados da *International Comparison*, um programa estatístico independente que determina a Paridade do Poder de Compra por pessoa (PPC). Essa avaliação se reflete no dinheiro necessário para satisfazer as necessidades mínimas, tais como: alimentação, vestuário e alojamento; essa base de cálculo determina uma moeda comum entre os países mais pobres do mundo, sendo esse valor, um limiar utilizado como padrão para avaliar a pobreza no mundo.

A comparação é feita, primeiramente, a partir de uma visão de pobreza absoluta, ou seja, a comparação entre os pobres; em seguida avalia-se a renda por pessoa, reduzindo a pobreza apenas à ordem material. Contudo, ser pobre também é ser excluído socialmente, quando avaliada na perspectiva da pobreza relativa, comparando os pobres com os ricos (DEMO, 2007). Para tanto, o WB tenta

apresentar soluções que visem a acabar com a pobreza absoluta até 2030, todavia, parece ser algo mais difícil do que se imagina, pois não é possível acabar com a pobreza pensando apenas no âmbito material e renda.

A pesquisa apresentada pelo banco demonstra dificuldade em alcançar o objetivo proposto, primeiro porque ao retornar a uma análise feita em 1990, percebem-se poucos avanços nesse cenário em 2018, conforme o WB descreve:

Apesar do enorme progresso na redução da pobreza extrema, as taxas permanecem teimosamente altas nos países de baixa renda e naqueles afetados por conflitos e convulsões políticas. Nos 25 anos de 1990 a 2015, a taxa de pobreza extrema caiu em média um ponto percentual ao ano - de quase 36% para 10%. Mas a taxa caiu apenas um ponto percentual nos dois anos de 2013 a 2015. Na verdade, o número total de pobres na África Subsaariana tem aumentado. Em 2015, havia mais pessoas extremamente pobres naquela região do que no resto do mundo combinado. Em 2030, em todos os cenários, exceto os mais otimistas, a pobreza permanecerá em dois dígitos na África Subsaariana. (WORLD BANK, 2018, n.p.).

Para justificar esses dados, WB afirma que teve um retrocesso econômico que interferiu no avanço da erradicação da pobreza, ou seja, alguns dos países mais pobres do mundo não conseguiram elevar a economia a ponto de minimizar a pobreza entre a população. Logo, compreende-se uma das dificuldades de erradicar a pobreza até 2030. Contudo, sabemos que não basta extinguir a pobreza material, embora tenha essa possibilidade, o mais difícil é acabar com a exclusão social a partir dessa meta, conforme apresenta Demo (2018):

[...] Em muitos países os 40% debaixo da população estão ficando para trás, com seu nível de vida declinando. A região destacada em geral é a África subsaariana. Entra então uma condescendência comum: eliminar a pobreza extrema significa reduzi-la a menos de 3%! Embora seja meta memorável, cede-se que algum nível de pobreza extrema vai persistir. Ainda, reconhece que, vivendo a maioria dos pobres em países de ingresso médio, a pesquisa indica que tais países elevaram sua expectativa de superação da pobreza (emerge o lado “relativo”, sem dúvida). A linha de pobreza está sendo elevada, claro, porque as pessoas não só vivenciam suas carências materiais, mas também se comparam com outra parte bem aquinhoadada da sociedade e passam a perguntar-se pela razão da “exclusão”. (DEMO, 2018, p. 02).

O WB compreendeu as dificuldades que existem para eliminar a pobreza no mundo, sendo a justificativa para esse fato as mudanças no cenário econômico de alguns países. Porém, não há uma compreensão nítida por parte da instituição, que o modelo de sociedade que vivemos gera essa pobreza, ou seja, o neoliberalismo é uma das causas da conjuntura socioeconômica atual. Pelo contrário, o WB afirma ser factível suprimir a pobreza no mundo apenas com intervenção econômica, em uma espécie de distribuição de renda entre os pobres, mas esse cálculo exclui a

comparação entre ricos e pobres, o que já é uma contrariedade, que contribui para legitimar a cultura política liberal no mundo, ou seja, capaz de mediar as questões sociais apenas com a renda, sendo que a economia é um dos fatores que levam o sujeito a viver em pobreza absoluta e conseqüentemente se tornam pobres políticos, massa de manobra do capital e, na maioria das vezes, compram a ideia de que o estado de pobreza é a ausência de recursos financeiros e materiais, e defendem o discurso do “eu sou pobre porque não tenho um bom salário”.

Para obter esses dados sobre a pauperismo no mundo, o *World Bank* monitora a pobreza de 125 países, considerando que, do total de países, o Sul da Ásia e a África Subsaariana são onde se concentra a pobreza extrema, locais que apresentam desafios econômicos limitando a redução da pobreza, segundo eles: “[...] um progresso significativo na redução da pobreza mundial só ocorrerá se se fizer progresso nesses países onde a pobreza é maior” (WB, 2018). Para tanto, compreendendo que a pobreza não é apenas a falta de bens materiais, é importante ter uma análise para além da renda, conforme define Demo (2018); embora seja mais fácil mensurar dados quantitativos acerca da pobreza material, é importante que haja estudos que analisem a pobreza política, de forma a gerar qualidade nos dados. Ambos os lados poderão gerar melhores resultados quando a ideia é reduzir a pobreza. De acordo com o autor: “percebia-se que desigualdade poderia ser “reduzida”, não erradicada, como é de reconhecimento mais ou menos geral entre analistas, mas continua trivial, para não dizer sonsa, a expectativa de que, logo no capitalismo periférico, seja viável acabar de vez com pobreza.” (DEMO, 2002, p. 78).

Tanto a esquerda quanto a direita, tentam deslegitimar uma à outra, conforme aponta Piketty (2015): enquanto os liberais apoiam a autonomia da economia e pouca interferência do Estado, a outra posição desconsidera a atuação do mercado e justifica a redistribuição de renda por impostos, capazes de gerar uma equidade na renda. Outra questão, seria aumentar as oportunidades e condições mínimas de vida para os mais pobres; nesse quesito, consideram o Estado como principal componente desse discurso. Para tanto, percebe-se, então, que as noções de justiça social são avaliadas de maneiras distintas por ambas as posições ideológicas, mas ao considerar a lógica do sistema capitalista, conforme descreve Piketty (2015, p. 26), “é alargar incessantemente a desigualdade entre duas classes sociais opostas, os proletários e os capitalistas, e isso tanto no âmbito dos países industrializados como entre países ricos e países pobres”. Logo, a crescente urbanização e

industrialização, que indicou o crescimento abrupto do mercado liberal, fez com que houvesse uma disparidade na renda entre os países em meados da década de 1970, no qual os mais desenvolvidos tiveram uma constância na renda, enquanto nos países mais pobres esses dados comparativos foram alarmantes.

Conforme analisa Piketty (2015), para alguns pensadores liberais, a distribuição econômica seria suficiente para solucionar tal questão, o que implica repartir o que foi produzido entre o capital e a quantidade de trabalhadores, compreendendo que para uma boa produção funcionar, existe um número específico de funcionários, “coeficientes fixos”, (PIKETTY, 2015, p. 34), logo, a quantidade de vagas disponíveis para o trabalho é determinada pela capacidade de produção da economia. Portanto, o autor considera que se não houver uma intervenção pública redistributiva, a divisão da renda dependerá da negociação feita pelos sindicatos e da apropriação dos trabalhadores de uma boa margem de renda, o que normalmente ocorre, porém: “os valores pagos ao capital e ao trabalho não terão consequência alguma sobre o nível de produção e o volume de emprego. A divisão da renda entre capital e trabalho envolve um puro conflito distributivo” (PIKETTY, 2015, p. 34). Desta forma, a distribuição da renda não traz um questionamento ao sistema capitalista, isto é, reduzindo a participação dos trabalhadores no lucro total. Para tanto, é importante que tenha uma redistribuição de renda, a partir de outro olhar para essa questão, conforme compreende de Demo (2003, p. 82): “Redistribuir implica tocar decisivamente no espectro da desigualdade, reduzindo-a visivelmente, ou seja, tornando os pobres menos pobres comparativamente aos mais ricos”. A redistribuição equipara as relações de poder econômico entre pobres e ricos, sendo necessário que quem possui mais recursos, reparta com quem tem pouco, ao passo que o rico fica menos rico à medida que o pobre tem mais acesso à renda, tendo como consequência uma redução significativa da pobreza absoluta.

Tendo em vista que o aspecto da distribuição de renda se dá pelo acúmulo da maior parte da renda pelo capital, a desigualdade pendurada no Brasil se dá pela alta concentração de renda nas mãos de poucas pessoas e a maioria da população com pouca renda, conforme descreve Demo (2002):

Tudo se torna ainda mais kafkiano com o reconhecimento, aparentemente veemente, de que a desigualdade brasileira é das mais elevadas do mundo, retendo abaixo da linha da pobreza cerca de 40% da população nos últimos 20 anos. Desigualdade exibiria “estabilidade surpreendente”. O grau de desigualdade de 1998 era “dos mais elevados nas últimas décadas, sendo apenas inferior aos valores observados no final dos anos 70” (Id.:23), à

revelia do Plano Real. “Constatamos ainda que, ao longo dessas duas décadas, os indivíduos que se encontram entre os 10% mais ricos da população se apropriam de cerca de 50% do total da renda das famílias. No outro extremo, os 50% mais pobres da população detêm, ao longo de todo o período analisado, pouco mais de 10% da renda. Vemos, ainda, que o grupo dos 20% mais pobres se apropria, em conjunto, somente de cerca de 2% do total da renda. Por fim, o seleto grupo composto pelo 1% mais rico da sociedade concentra uma parcela da renda superior à apropriada por todos os 50% mais pobres. Resumindo, vivemos em uma perversa simetria social onde os 10% mais ricos se apropriam de 50% do total da renda das famílias e, como por espelhamento, os 50% mais pobres possuem cerca de 10% da renda. Além disso, 1% da população, o 1% mais rico, detém uma parcela da renda superior à apropriada por metade de toda a população brasileira” (Id.:24). Em que pese este reconhecimento contundente, o desenho das soluções continuava simplista, até para ser também bem calculável: “A estimativa do impacto do crescimento econômico revela que, ao longo de um período de 10 anos, um crescimento da renda *per capita* de 2,75% ao ano, neutro do ponto de vista redistributivo, reduziria a pobreza em nove pontos percentuais. Na hipótese de um crescimento de 4% ao ano, sustentado ao longo de 10 anos consecutivos, a redução na pobreza seria de 12,5% pontos percentuais” (Id.:27). Em termos de cálculos econométricos, talvez plausível; em termos de cenário histórico concreto, mágica simplista. (DEMO, 2002, p. 81).

A desigualdade social é uma estrutura de poder. Distribuir, seria então, uma forma de controlar a economia e, por sua vez, a população; como citado anteriormente, se relaciona pobreza à ausência ou insuficiência de renda, o pensamento de distribuir a renda no contexto do neoliberalismo, conforme apresenta Casara (2021), é uma estratégia de incluir o Estado como parte do controle social, ou seja, “razão pela qual a ação governamental deve assegurar um quadro jurídico-político estável que permita o seu bom funcionamento, garantindo-lhe ainda as condições monetárias e orçamentárias para permitir a circulação e a acumulação do capital.” (CASARA, 2021, p. 41). A racionalidade presente no discurso neoliberal, embora defenda a redução da desigualdade, o foco maior está na atuação do mercado.

Portanto, ainda que existam estudos que afirmam que a distribuição ou redistribuição da renda sejam uma possível solução para erradicar a pobreza no mundo, é preciso considerar que “as decisões políticas devem ser tomadas a partir da premissa de que a liberdade econômica do mercado é a condição de prosperidade da população” (CASARA, 2021, p. 41). O Estado assume um papel de controle social, que se legitima politicamente em prol do mercado a partir de uma institucionalização jurídica que formaliza a sociedade como modelo empresarial.

Dessa forma, de acordo com Chamayou (2020), a empresa pode ser considerada um poder prescritivo, que em todo tempo dita regras de funcionamento

de um estabelecimento e, embora não sejam leis, elas são cumpridas como se fossem, seguem à risca as regras impostas por seus governadores, ou seja, os donos de grandes empreendimentos regem e regulamentam regras que exercem autoridade para os trabalhadores, que passam a ser “governados por regras produzidas pelos negócios” (CHAMAYOU, 2020, p. 119). “Essas regras determinam, para cada um, onde ele deve trabalhar, o que deve fazer, quem vai lhe dar ordens, a quem ele vai dar ordens, suas promoções, sua disciplina, o montante de seus rendimentos, o período e a duração de suas férias.” (CHAMAYOU, 2020, p. 121). Para o autor, o Estado se apresenta como privado, que governa a sociedade a partir da lógica do mercado e com foco na individualidade. Logo, se vivemos em uma sociedade que fixa regras o tempo todo, que assume um “poder prescritivo” (CHAMAYOU, 2020, p. 120), que dita como viver nesse campo ideológico de poder, a ideia de distribuição de renda não advém de uma singeleza, mas de uma estratégia de mercado.

III. É POSSÍVEL ERRADICAR A POBREZA NO CAPITALISMO?

Diversos fatores contribuíram no aparecimento de índices de desigualdade e exclusão no Brasil. Entre as principais, estão a falta de planejamento, que inviabilizou recursos e infraestrutura insuficientes para garantir a qualidade de vida da população; o pagamento de juros da dívida externa e a incapacidade de implantar um processo de crescimento econômico para elevar os índices de redistribuição de renda e das riquezas nacionais. As cifras apresentadas por Demo (2002) indicam a discrepância que há no Brasil em relação à renda, considerando que a educação é o passo inicial para repensar essa lógica de pobreza no mundo. Embora, na maioria das vezes, a educação esteja atrelada a uma requalificação profissional, no que lhe concerne, deslegitima a criticidade que ela pode oferecer; não basta garantir uma renda mínima ou aumentar a renda, visto que, como afirma Paulo Freire, a educação deveria ser exercida como prática da liberdade, logo, o ensino é um fator importante para repensar a pobreza. Por exemplo: o analfabeto pode ser "educado" ou alfabetizado, no sentido amplo da palavra, aprendendo a refletir sobre sua própria realidade, o que iria contribuir para a sua libertação em detrimento da opressão social. Isto é, por meio da educação, e de maneira coletiva, o indivíduo deve tomar consciência de sua condição histórica, assumir o controle de sua trajetória e

conhecer sua capacidade de transformar o mundo. É tendo acesso à informação que o cidadão saberá reivindicar os seus direitos.

O processo de aprendizagem, de acordo com Freire (2017), implica que os educandos sejam sujeitos da construção e reconstrução do saber reconstruído, sendo o papel do educador, nesse processo, de não o domesticar e nem de memorizar; ao contrário, há uma relação entre o que é estudado e o contexto social em que estão inseridos, ou seja, para o autor, quando a escola desconecta o aprendizado do aluno da sua vivência este se revela como um intelectual memorizador. Estamos inseridos em um contexto educacional que se coloca cada vez mais distante da realidade do educando, e a falta de nexos entre o mundo real e o que se aprende tem gerado dicotomias entre o que o sujeito consegue compreender sobre seu papel no mundo. Para tanto, uma das formas de superar a pobreza política é a educação que emancipa, que gera escolhas. Para Freire (2002, p. 30): “o professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo”. Sendo assim, é facultada ao sujeito a construção e reconstrução do seu saber, incluindo-lhe ferramentas que contribuam para uma crítica consistente, e não reproduzir mecanicamente o que é ensinado.

A pobreza é parte estrutural do capitalismo, ela toca no âmago da existência humana; por sua ideologia, favoritismo, desigualdade, um grupo de pessoas representa a ‘interface’ do capital e suas riquezas, enquanto a maioria está exposta à degradação social da condição humana, exploração do trabalho, supremacia empresarial e desigualdade. Ou seja, um conjunto de pessoas representam o capital e suas riquezas, enquanto a maioria está exposta à degradação social da condição humana. Para Demo, existe apropriação elitista das oportunidades e serviços na sociedade, gerando disputas entre os grupos que menos possuem acesso a eles, mesmo sendo os que mais trabalham para mantê-los.

Pobreza não é miséria pura e simples, mas aquela impingida, discriminatória, ou, mais que tudo, aquela da maioria em função do enriquecimento da minoria. Pobre é sobretudo quem faz a riqueza do outro, sem dela participar. Pobreza, em sua essência, é discriminação, injustiça” (DEMO, 2006, p. 05).

Essa classe desprovida pelo capital é a ralé brasileira, como diria Souza (2009, p. 21):

Ele constitui também uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação.

Logo, a 'ralé' brasileira, para o autor, é a parcela da sociedade que vive por gerações em condições precárias, social e politicamente; essa classe social é esquecida enquanto grupo social e lembrada como um conjunto de pessoas vulneráveis, carentes ou perigosas, há uma individualização dos pobres e segregação das desigualdades provocadas pelo capital. Esse grupo é visto como um problema social, porém, não é considerado que são eles que mantêm a roda da economia girando para favorecer os mais ricos.

Esse favoritismo está presente na meritocracia brasileira, ao compreender a 'ralé' brasileira apenas como sujeitos individuais, gerando uma interpretação estratificada do processo produtivo neoliberal, o que resulta em um pensamento meritocrático, ou seja, que o próprio esforço é o único necessário para se ascender socialmente, isso dentro de uma perspectiva de conquista a bens materiais (casas, emprego melhor, uma boa faculdade e o pior de todos uma boa posição social, entre outros), onde dificilmente é abordado o mérito político.

Como afirma Jessé Souza (2009), independente de um determinado sujeito se 'destacar' na produção de um determinado serviço, há uma falsa compreensão de justiça e igualdade, no qual afirma ser mais que 'justo' que o mesmo sujeito receba mais que os demais que fazem parte do mesmo processo produtivo. Além de excluir todo o trabalho-base que levou esse sujeito a 'se destacar', esquece que o capitalismo estratificou todo o processo de produção, logo necessitamos uns dos outros para conseguir executar determinada atividade. O que referenciamos neste ponto, é que ninguém consegue atingir um alto patamar sozinho, por sua própria força ou vontade e determinação. Logo, quando individualizamos a pobreza esquecemos de analisar que ninguém se empobrece sozinho, há uma série de fatores que geram isso. Nas considerações de Souza (2009), a meritocracia é um problema que pode afetar gerações:

O que vai ser chamado de "mérito individual" mais tarde e legitimar todo tipo de privilégio não é um milagre que "cai do céu", mas é produzido por heranças afetivas de "culturas de classe" distintas, passadas de pais para filhos. A ignorância, ingênua ou dolosa, desse fato fundamental é a causa

de todas as ilusões do debate público brasileiro sobre a desigualdade e suas causas e as formas de combatê-la. (SOUZA, 2009, p. 23).

Outra questão enunciada por alguns pensadores, acerca do enfrentamento à desigualdade social, seria por meio de uma redistribuição de renda, contudo não é tão fácil assim, afinal quando há esse entendimento reforçamos a superioridade da elite brasileira frente à maioria desfavorecida da população, e consideramos que apenas dividir proporcionalmente a renda seria o suficiente. No entanto, Demo (2002) traz uma boa análise ao julgar que não é tão simples como parece:

Entretanto, mesmo reconhecendo esta dinâmica complexa, os autores seguiam raciocínio linear vulgar, quando pretendiam calcular o volume de recursos necessário para erradicar a indigência e a pobreza. Partiam logo de suposição incrivelmente gratuita: “que o Estado disponha da capacidade de identificar todos os indivíduos da população pobre e possa transferir, como focalização perfeita e calibragem precisa entre as famílias, os recursos estritamente necessários para que todos esses indivíduos pobres obtenham a renda equivalente ao valor da linha de pobreza” (Barros/Henriques/Mendonça, 2000:20). Não só se escamoteia aí truque técnico dos mais bisonhos (basta calcular bem), como sobretudo se desconhece o contexto dialético das relações entre Estado, sociedade e economia, bem como da própria dinâmica do Estado, sobretudo capitalista periférico. Daí segue uma das maiores balelas deste tipo de estudo: para erradicar a pobreza, bastaria transferir anualmente cerca de R\$ 6 bilhões (2% da renda das famílias) para acabar com a indigência, e R\$ 29 bilhões (7% da renda das famílias) para erradicar a pobreza. Lembravam-se ainda que seria mister agregar mais alguns custos de administração e focalização, certamente revelando o incômodo de uma proposta simples demais para ser verdadeira. (DEMO, 2002, p. 80).

A solução redistributiva parece simples e factível para uma avaliação superficial da desigualdade, contudo, temos um país que desde sua gênese na história capitalista não se preocupou em fazer tal redistribuição, logo, seria agora então a solução para tal desigualdade de renda? A questão que Demo (2002) debate acerca do cálculo de distribuição de renda, presente nas políticas sociais e assistencialistas brasileiras, é que, existem argumentos que compreendem a riqueza e a desigualdade de renda como fator que gerou as crises econômicas. Portanto, nesses argumentos, a solução para acabar com a desigualdade de renda seria a redistribuição da mesma, porém, como descreve o autor, os recursos não são permanentes, ainda mais se a própria população que irá receber o recurso não prosseguir girando economicamente no sistema neoliberal, ou seja, as pessoas que receberem a tal distribuição da renda, para não retornarem ao estado de miséria inicial, precisam continuar gerando mais renda para si. Percebe-se, assim, que esse cálculo distributivo parece ser infactível, porque a parte população que irá receber tal recurso, não é detentora da sua própria produção, conseqüentemente, eles não

produzem para si; portanto, como um grupo que não produz para si, poderia dar continuidade a transferência de renda feita pelo Estado?

Deste modo, a pobreza tem um aspecto diferente da desigualdade, “pobreza é desgarrada da desigualdade, embora esta seja causa daquela. Por isso, a pobreza pode ser “definitivamente erradicada”, enquanto desigualdade apenas reduzida” (DEMO, 2002, p. 81). Logo, distribuir não seria a única solução para acabar com a pobreza e nem eliminar a desigualdade, até porque a ideia de eliminar a desigualdade está baseada em um conceito de igualdade superficial, desconsiderando a pluralidade humana, tema para outro debate. O que está posto aqui, nesta temática, é que a pobreza não é só questão de renda, mas também questão política, conforme define Demo:

Parece-me abusivo o reducionismo deste tipo de raciocínio, que apenas banaliza a gravidade da questão. Desconhece a trama política que está por trás da realidade, como se fosse o caso “transferir” renda dos mais ricos para os mais pobres. Se a sociedade fosse linear como os cálculos, bastaria transferir de lá para cá, levando-se ainda em conta que o montante em jogo é uma mixaria. Tomando a sério a complexidade da realidade histórica na qual vivemos, se fosse, por hipótese sonsa, possível transferir renda, o problema, nem de longe, estaria sanado, porque esta transferência não tocaria o cerne da questão, que é a pobreza política: uma vez consumidos os recursos, precisaríamos do mesmo montante de novo. (DEMO, 2002, p. 85).

Para tanto, podemos inferir, de acordo com Demo (2006) que a pobreza é um fenômeno histórico-estrutural que se manifesta tanto nas estruturas sociais, quanto no contexto histórico. O autor considera que em todos os períodos da história, as sociedades apresentaram desigualdade, em suas palavras: “Há que distinguir, pois, entre aquela desigualdade dita estrutural, que sempre reaparece, e aquela dita histórica, imposta na respectiva sociedade e, por isso, erradicável” (DEMO, 2006, p. 15). Desta forma, em linhas gerais, a redistribuição de renda implica em ir à raiz da desigualdade e reduzir de forma contundente, na qual pobres, embora permaneçam relativamente pobres, possam viver com dignidade e qualidade de vida.

Se a pobreza está diretamente relacionada com a questão sócio-histórica, podemos compreender a importância da participação social como elemento que gera mais dignidade aos menos favorecidos. Em uma sociedade política e capitalista o desencontro desigual se dá pelo fato de os pobres serem detentores da força de trabalho e não receberem suficiente para terem uma vida digna, ou seja, eles geram maior parte da renda para os ricos e acabam ficando as minguas. Nesse quesito, entra a pobreza política, de acordo com Demo (2006, p. 19): “aparece a pobreza

política, como estigma de pessoas e sociedades que não conseguem tomar o destino em suas mãos; na condição de massa de manobra, não fazem história própria, fazendo parte secundária da história dos outros”. Para tanto, a dificuldade de as pessoas compreenderem quem são, faz com que sejam manipuladas por aqueles que compreendem o que são. A participação política está ligada a esse fator, isto é, quando compreendemos nosso ser social, conforme apontado por Demo:

Estamos habituados a ver pobreza como carência material, no plano do **ter**: é pobre quem não tem renda, emprego, habitação, alimentos, etc. Esta dimensão é crucial e não poderia, em momento algum, ser secundarizada. Mas a dinâmica da pobreza não se restringe à esfera material do **ter**. Avança na esfera do **ser** e, possivelmente, alcança aí intensidades ainda mais comprometedoras. Mais drástico do que não **ter** mínimos materiais para sobreviver é não **ser** nada na vida. (DEMO, 2006, p. 20).

Nesse quesito, o próprio neoliberalismo propõe a desigualdade, ele se apresenta para além de “a uma teoria, a uma política, a um modo de governar ou a uma ideologia, mas que representa o seu núcleo fundamental” (CASARA, 2021, p. 59). Conforme explicita o autor, o neoliberalismo pode ser considerado a razão do mundo, o fundador de uma cultura social, econômica, intelectual, que permite ao capital se inserir e legitimar em todas as esferas da vida, de modo a condicionar o mundo inteiro. Portanto, não é possível falar de pobreza apenas sobre um viés econômico, como apresentamos ao longo deste debate, a cultura capitalista está enraizada no ser humano, não é sobre ter, é sobre quem somos e quem estamos nos tornando.

CAPÍTULO 03

Este capítulo, trata sobre a análise dos dados levantados na pesquisa, compreendendo que essa pesquisa é de multicoleta de dados, ou seja, serão apresentados dados quantitativos com foco na qualidade dos dados apresentados no decorrer desse estudo.

I. DELINEAMENTO DA PESQUISA

Problema da Pesquisa

· De que maneira a pobreza política afeta a sobrevivência das mulheres, moradoras da periferia Estrutural, especificamente as da comunidade Santa Luzia?

Objetivos

Objetivo Geral

· Analisar como a pobreza política afeta a sobrevivência das mulheres, moradoras da periferia Estrutural, especificamente as da comunidade Santa Luzia.

Objetivos Específicos

- Analisar como a pobreza política interfere na construção da autonomia dessas mulheres;
- Pesquisar quais são os tipos de relação de exploração que essas mulheres estão sujeitas;
- Compreender quais as dificuldades que elas têm de se emancipar politicamente;
- Entender até que ponto as mulheres conseguem se desvincular do que as oprimem politicamente.

Considerações Éticas

As questões éticas foram consideradas em todas as etapas do estudo, especialmente, na relação com os sujeitos envolvidos no estudo, dentro do que determina a Resolução nº196/1996, do Conselho Nacional de Saúde, e principalmente a Resolução nº510/2016, que estabelece os parâmetros para revisão ética de pesquisas das Ciências Humanas e Sociais. Neste sentido, entre os cuidados éticos, vale destacar que o estudo garantiu o sigilo e anonimato,

afiançando que os respondentes não fossem identificados. A participação dos sujeitos se deu de forma livre e voluntária. No momento da realização das entrevistas, foi apresentado aos participantes da pesquisa, seus objetivos, e a forma de participação. Antes de iniciar a entrevista, as participantes receberam informações sobre a participação voluntária e a possibilidade de desistência em qualquer momento da pesquisa. Só participaram da entrevista aquelas que compreenderam os procedimentos e objetivos da pesquisa e aceitaram participar após assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

II. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Portanto, as informações concernentes à comunidade Santa Luzia foram obtidas, em sua maioria, privilegiando-se a oralidade durante os trabalhos de campo, a partir de entrevistas semiestruturadas, visto que se trata tanto de questões fechadas como de questões abertas. A amostragem resultante na pesquisa não tem intenção de ser representativa da população do setor Santa Luzia, mais sim, buscar contemplar um grupo específico da comunidade moradora, incluindo, então, mulheres, chefes de família, com filhos pequenos, representantes de lares matrifocais, residentes do local, que, a partir de suas próprias trajetórias individuais e sociais, podem lançar luz sobre a trajetória de formação e consolidação do que significa viver neste território, bem como sobre os aspectos que constituem a sua história contemporânea.

Para a realização das entrevistas virtuais, foi feita uma seleção de 08 mulheres que moram no local, por meio de um questionário com perguntas semiestruturadas, visando conhecer a sua história de vida de forma mais ampla e profunda. A seleção se iniciou a partir do contato com pessoas que a pesquisadora já conhece e possui vínculo. Para esse grupo, privilegiou-se o acompanhamento que a pesquisadora já tinha com essas mulheres em seu cotidiano antes da elaboração desse estudo, a fim de propiciar um debate acerca dos temas: emancipação, sobrevivência e pobreza. O objetivo foi compreender como a pobreza política afeta a sobrevivência dessas mulheres no setor de chácara Santa Luzia, a partir da compreensão sobre a temática pobreza proposto por Demo (2006). A escolha das 08 mulheres e do território a ser estudado foi feita a partir da aproximação que a

pesquisadora tem com o local e pelos trabalhos desenvolvidos anteriormente, que gerou essa aproximação às famílias.

III. REFERENCIAL METODOLÓGICO

Esta pesquisa se propõe analisar a maneira que as moradoras da periferia Estrutural, especificamente as da comunidade Santa Luzia, sobrevivem nesse território. Esta pesquisa é intensa de caráter dialético, portanto, parte de um estudo empírico, situado no âmbito das pesquisas qualitativas, a fim de compreender o que representa morar na chácara Santa Luzia, a partir do olhar das residentes do local. Configura-se como essencialmente qualitativo, enquanto busca compreender fenômenos e dinâmicas sociais complexas multifacetadas, conforme nos aponta Gray (2012). A metodologia utilizada adota como referência o pesquisador Paulo Freire, que utiliza a alfabetização para pensar a emancipação política, dividida em três etapas: A primeira, constitui a investigação, onde apresenta a centralidade dos temas de debate entre o educando e o educador; a segunda é a tematização, buscando o seu significado social, tomando assim consciência do mundo vivido pelos educandos; e, por último, a problematização, que visa a superação da investigação a partir de uma visão crítica da realidade.

Para esse método de pesquisa, é preciso ter uma análise sócio-histórica, a interpretação/reinterpretação dos dados, conforme Demo (2001) apresenta a partir da perspectiva de Thompson. Ou seja, essa pesquisa possibilitou ir a fundo, em busca do que não está posto visivelmente. Para isso, foram realizadas entrevistas com questões semiestruturadas, o mesmo partiu de uma pesquisa participante, a fim de identificar de forma profunda o discurso apresentado pelas moradoras do local. De acordo com Demo (2001), a análise qualitativa parte de uma observação ampla, entre os detalhes é possível identificar respostas às questões apresentadas pela pesquisadora:

O analista qualitativo observa tudo, o que é ou não dito: os gestos, o olhar, o balançar da cabeça, o meneio do corpo, o vaivém das mãos, a cara de quem fala ou deixa de falar, porque tudo pode estar imbuído de sentido e expressar mais do que a própria fala. Pois a comunicação humana é feita de sutilezas, não de grosserias. Por isso é impossível reduzir o entrevistado a objeto. (DEMO, 2001, p. 34).

Conforme descreve Demo (2001), a pesquisa qualitativa procura entender o outro, onde se buscam sinais que complementem a interpretação, ou seja, parte da

cultura, história, e outros, para compreender o entrevistado. Para o autor, “a melhor maneira de ser ‘objetivo’ [...] não é deturpando a imiscção subjetiva natural, mas respeitando sua dinâmica e, assim, controlando de modo menos deturpante o processo de captação” (DEMO, 2001, p. 33).

A matriz de julgamento e análise dos resultados foi elaborada a partir de uma ordenação das variáveis encontradas, resultado do processo de identificação e estudo das categorias analíticas. Todas as informações coletadas foram sistematizadas, classificadas e analisadas com referência à produção teórica sobre a temática. A operacionalização da análise seguiu os passos descritos em conformidade com o proposto por Minayo (1994): 1) ordenação dos dados – transcrição e releitura do material sistematizado e organização das informações a partir do levantamento bibliográfico; 2) classificação dos dados – exercício de relação entre o definido no referencial teórico, o objeto de pesquisa e o que foi identificado na realidade concreta, de onde emergem as categorias analíticas e empíricas; 3) análise final – corresponde a um movimento contínuo entre o empírico e o teórico, e vice-versa, para fazer do caos aparente das informações, revelações da sua especificidade, a partir da técnica de análise de conteúdo, tendo como marco referencial a pedagogia da autonomia, proposto por Paulo Freire (2017), tendo em vista as três etapas constitutivas para analisar a educação, sendo a investigação, tematização e, por conseguinte, a problematização.

Esta pesquisa, então, apresenta as seguintes etapas metodológicas: 1. Levantamentos e análise bibliográfica sobre as temáticas de pobreza, pobreza política, educação, mulheres pobres; a revisão da literatura, presente no debate concernente ao tema que embasou a análise dos resultados que foram obtidos com a pesquisa empírica. 2. A pesquisa qualitativa, focada na análise do discurso da linguagem, presente nas entrevistas virtuais, a fim de obter uma melhor contextualização histórica da realidade que essas mulheres pobres estão inseridas. 3. As entrevistas: foram realizadas entrevistas online com 08 mulheres, selecionadas a partir do vínculo com a pesquisadora, esta foi uma forma de mapear a realidade e toda a dinâmica que elas estão inseridas e ter uma maior abertura nas respostas durante as entrevistas. 4. Análise qualitativa dos dados conforme descreve Popper (1993), avaliação dos resultados da pesquisa dependerá de um processo de elaboração teórica cuidadosa pela pesquisadora, pois o projeto reconhece que tal

ponderação depende diretamente do marco teórico e conceitual a ser utilizado pela pesquisadora na fase de análise dos dados:

Essa pesquisa contou com o método de pesquisa qualitativa a partir da análise da conversação, isto é, parte da interpretação linguística para corresponder um resultado. Conforme aponta Demo:

Análise da conversação- refere-se ao estudo das instâncias da interação linguística nas situações concretas em que elas ocorrem, para captar como estão organizadas e, nessa organização, apontar características sistemáticas ou estruturais; a fala não apenas revela certa ordem de estruturação, como também produz uma ordem em seu campo de interação; nesse sentido, a análise da conversação pode ser aproximada da etnometodologia, interessada nas propriedades ordenadoras e nas realizações contínuas das práticas sociais cotidianas (*op. cit.*, p. 372); podem aparecer modos interessantes de como as pessoas introduzem suas falas, tomam a palavra, são interrompidas, mudam de assunto. e assim por diante. (DEMO, 200, p. 40).

A opção pela comunidade Santa Luzia para a realização da pesquisa foi feita não somente a partir das reflexões em torno do assunto pobreza política, mas também, por outras questões de ordem mais prática, por ser um território que há conhecidos e residentes e pela trajetória de atuação e vivência da pesquisadora no setor, facilitando a entrada na comunidade e no acesso às pessoas que fizeram parte do público-alvo para realização da pesquisa.

IV. A QUALIDADE POLÍTICA DA ANÁLISE DE DADOS

Compreende-se que para determinados lugares, cidades, comunidades, bairros ou países, existem um montante de assimilações por características, sendo culturais, sociais, naturais, ou de fins comerciais como, por exemplo, cidades que apresentam maior infraestrutura que outras, como símbolo de uma cidade desenvolvida pelo capital; em contraponto, existem outros lugares que são carregados de uma simbologia de rejeição, onde podem ter um agrupamento de pessoas em situação de exclusão socioeconômica e espacial, afinal, nem todos têm direito à cidade. De acordo com Barros (2010), isso se dá pelo fato de que as cidades se apresentarem geograficamente como desiguais; o capitalismo, em sua esfera, promove essa disparidade ao tencionar a divisão social dos indivíduos entre pessoas com alto poder aquisitivo, em oposto às pessoas com baixos recursos, elas em sua maioria ficam alocadas em territórios à margem desse cenário elitizado. Na sociedade contemporânea, esses espaços periféricos ou marginalizados são

interpretados com uma série de pré-conceitos, taxados quase sempre como lugares de, entre outras coisas, pobreza, violência e perigo.

Existe um percentual significativo de comunidades que vivenciam a estigmatização e o preconceito geográfico em seu cotidiano; esse estigma, na maioria das vezes, é interpretado como um fator problema, considerado como um lugar perigoso, violento, sujo, entre outras coisas que lhe são atribuídas. Isso se dá pelo fato de que estamos mergulhados em um contexto de desigualdades sociais; a cidade não foi planejada para todos, e muito menos para as pessoas que vivem em setores excluídos socialmente. Conforme aponta Souza (2009, p.15): “Elas formam o núcleo mesmo da “violência simbólica” — aquele tipo de violência que não “aparece” como violência —, que torna possível a naturalização de uma desigualdade social abissal como a brasileira”. E assim, a exclusão se legitima:

[...] As cidades sempre foram lugares de desenvolvimento geográficos desiguais (às vezes de um tipo totalmente benevolente e entusiasmante), mas as diferenças agora proliferam e se intensificam de maneiras negativas, até mesmo patológicas, que inevitavelmente semeiam tensão civil. A luta contemporânea de absorver o mais-valor durante a fase frenética de construção da cidade (basta observar o horizonte das cidades de Xangai, Mumbai, São Paulo, Cidade do México) contrasta dramaticamente com o desenvolvimento de um planeta onde as favelas proliferam. (HARVEY, 2009, p. 16).

É nesse cenário onde as cidades e sociedades capitalistas reforçam seus padrões, valores e estratificam as relações sociais por meio das relações de poder, que se inserem nas periferias brasileiras. O setor de chácara Santa Luzia, apresenta tais questões de estratificação, exclusão e desigualdade social. Foi em meados de 1960 até o período atual que marcou o surgimento da cidade. Junto com a construção de Brasília, surge a Estrutural, um local que, popularmente, era conhecido como lixão da Estrutural, pelo fato de receber todos os resíduos resultantes de atividades domésticas, comerciais, industriais etc. da capital. Nesse cenário, foi se reconstruindo uma cidade, a partir dos catadores de materiais recicláveis, que ao invés de residirem distantes do seu local de trabalho, foram se agrupando ao redor do “lixão”, resistindo às tentativas de desocupação, até que houvesse a projeção urbanística do local, que o transformou em uma região possível de morar com infraestrutura básica, fruto dos processos de participação social e luta coletiva frente às disputas de poder. Para tanto, os moradores da cidade foram alvos de inúmeras tentativas de despejo de suas casas; contudo, a força coletiva promoveu, após aproximadamente 50 anos de resistência, a legalização do local, em

2012 por meio do Decreto nº 33.781, que trouxe respostas positivas aos moradores acerca do acesso a direitos, bens e serviços.

Atualmente, a cidade é parte de uma das regiões administrativas de Brasília, nomeada como SCIA/Estrutural, e seu território, até o presente momento, é demarcado por setores regularizados e irregulares, onde se encontra o setor de chácara Santa Luzia, este setor faz parte de uma das regiões administrativas de Brasília, a Estrutural, conforme apresenta Souza:

Dentro da Cidade Estrutural existe o Setor de Chácara Santa Luzia, surgiu junto à invasão da Cidade Estrutural em meados de 1960, por um grupo populacional que se apropriou da área, que antes era considerada rural. De acordo com o Censo de 2010, os dados realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), classifica o Setor de Chácara dentro da Cidade Estrutural, como Aglomerado Subnormal ou Favela. (SOUZA, 2015, p. 33).

O setor de chácara Santa Luzia tem uma longa trajetória: entre apropriação e desapropriação das terras, o local permanece resistindo às ameaças governamentais e suas promessas em anos eletivos, desde então, aproximadamente 50 anos que esse local existe e resiste. Já foram inúmeras tentativas de soluções urbanísticas, contudo, nenhuma foi capaz de gerar à comunidade local, soluções de melhoria ou resposta à cidade. Entre vielas pequenas e esburacadas, esgoto a céu aberto, casas de madeirites reutilizáveis, ligações de água e energia clandestinas, que a Santa Luzia foi formada. Não apenas disso, mas, principalmente por mulheres, chefes de família, com filhos menores de idade, representantes de lares matrifocais, público-alvo no qual essa pesquisa se projetou a analisar.

Estima-se que nesse setor tenham mais de 12.000 famílias, embora não exista um levantamento de dados preciso sobre a quantidade de pessoas que vivem no setor. É perceptível que seja uns dos maiores setores irregulares da cidade Estrutural. Existem famílias que moram em Santa Luzia desde o início, ou seja, são aproximadamente 50 anos vivendo todos os processos de discussão sobre a cidade, se permanecem ou não ali. Aos olhos do Estado, a terra é um local de reserva ambiental, em contrapartida, para os grandes empresários, uma área nobre de ser usada para grandes investimentos, contudo, para essas mulheres, uma forma de sobrevivência da família. Embora essa pesquisa não tenha intenção de representar o montante geral de todas as mulheres que sobrevivem nesse território, por meio de uma análise *stricto sensu*, pretende-se, com um olhar cuidadoso e aprofundado

sobre a realidade na qual as entrevistadas estão sujeitas, analisar de que maneira a pobreza política afeta a sobrevivência das mulheres, moradoras da periferia Estrutural, especificamente as da comunidade Santa Luzia. Para tanto, essa pesquisa tem ênfase em uma análise mista, isto é, uma combinação de dados quantitativos com dados qualitativos, contudo o que será debruçado neste estudo são os dados qualitativos, que permitem ponderar questões mais subjetivas acerca da temática da pesquisa.

A pesquisa qualitativa também formaliza, mas procura preservar a realidade acima do método. Falo de "informação qualitativa" no sentido de que buscamos na realidade informação - "dados" - sobre ela, de sorte que a possamos manipular cientificamente, permitindo tanto sua melhor compreensão, quanto, sobretudo, condições de intervenção e mudança. Em vez da informação pretensamente "objetiva", da qual não se poderia duvidar, vou privilegiar aqui a informação interpretativa, da qual é necessário sempre duvidar e que precisa ser refeita. Esse tipo de dado é sobretudo "construído", não apenas "colhido". Entendo a pesquisa como diálogo inteligente e crítico com a realidade, tomando como referência que o sujeito nunca dá conta da realidade e que o objeto é sempre também um objeto-sujeito. (DEMO, 2001, p.10).

A ênfase na abordagem qualitativa se dá por compreender que em uma pesquisa participativa é importante uma construção profunda e objetiva dos dados, à medida que busca as conexões intrínsecas entre as relações sociais, de forma a expressar um todo, conforme define Demo (2001, p. 22), "é participativa porque transforma objetos em sujeitos, à medida que reconhece em cada parte da autonomia para fazer o todo e dele divergir". Com intuito de obter alternativas para os resultados da pesquisa, ampliar a capacidade de ponderar, a despeito de, não seja a única estratégia para o método de investigação participativo, é uma possibilidade de gerar respostas mais precisas e que possam politizar a realidade (DEMO, 2001). A autonomia nesse processo, é parte fundante do mesmo, essa pesquisa tem como intuito enfatizar a importância de o sujeito ter controle sobre a própria história, a fim de não ser massa de manobra, isto não se refere apenas no campo político participativo, mas também em todos os campos e universos que o ser humano está inserido: academia, trabalho, família, sociedade etc. O campo de pesquisa não poderia ser diferente, e só é possível construir essa autonomia à medida que conhecemos as ferramentas, abordagens metodológicas, e quais as limitações que a mesma possui, tendo em mente que nenhum método é a resposta final de uma análise de dados, é apenas o meio.

Portanto, é na escrita deste estudo que a pesquisadora se propõe a “sair da caixinha”, cautelosamente, e vislumbrar a autonomia investigativa na partilha dos resultados coletados ao longo da pesquisa. Vale destacar que nenhum método pressupõe neutralidade¹³, embora seja uma grande defesa de alguns cientistas mais modernos, entende-se que o cientista é o sujeito e a realidade observada é objeto (DEMO, 2001). Ou seja:

Assim, os instrumentos de captação nem de longe são escolhidos inocentemente, como se não tivessem pelas costas uma história própria, pretensões de interferência na realidade, manipulações mais ou menos explícitas da realidade e compromissos ideológicos. Neutralidade é golpe de quem se vende por neutro e supina ingenuidade em quem nisso acredita. Por outro lado, a condição hermenêutica da comunicação humana impede procedimentos neutros, porque as correlações de força de fundo cultural e histórico sempre emergem e, por vezes, se impõem como determinantes da comunicação, mais que a pretensão de comunicar. (DEMO, 2001, p. 25).

Portanto, entendendo a importância da “qualidade política” (DEMO, 2001), da análise de dados e que esse cenário é um campo de disputa, presente na análise do discurso, é necessário reconhecer a não neutralidade da ciência, e sim seu empenho em demonstrar a realidade como está posta, embora, seja um compromisso metodológico vislumbrar a realidade e analisar em sua completude, é um desafio, uma vez que não seja possível apreender os fatos em sua totalidade, outra porque somos sujeitos e construídos a partir de uma história, cada pessoa tem seu olhar sobre a realidade, que parte do seu contexto social e político vivido. Para tanto, são analisadas partes da realidade, conforme nossa capacidade de abrangência, construção societária do mundo, por sermos seres limitados e fazermos parte desse contexto, não seria possível avaliar o todo, isto é, não conseguimos absorver o todo porque não o vemos em sua completude. Embora o cientista tenha como esforço notório, apresentar a realidade com informações que mais se aproximam do real, a fim de, cuidadosamente, não descaracterizar os processos, (DEMO, 2001) pondera:

Ao final das contas, é forçoso reconhecer que, se soubéssemos objetivamente o que é a realidade, não necessitaríamos da ciência. Esta tem diante de si meta essencial é impossível: essencial, porque é fundamental para o ser humano dar conta da realidade, sobretudo para

¹³Ao isolar a ciência da esfera valorativa, a tese da neutralidade, primeiro, coloca a ciência fora do alcance de questionamentos em termos de valores sociais sendo essa a implicação mais relevante de um ponto de vista interno à cultura ocidental e, segundo, permite que a ciência seja posta como um valor universal o que é relevante especialmente no que se refere às relações da cultura ocidental com outras culturas. OLIVEIRA, 2008, p. 98).

erigir projetos de história própria, ainda que isto implique - talvez mais que tudo - disparates colonizadores; impossível, porque, sendo parte do todo, não temos como dar conta do todo. Não podemos ver a realidade estritamente de fora porque somos parte dela. Não é viável sair da própria pele para nos vermos de fora. (DEMO, 2001, p. 26).

Tendo em vista essa discussão em torno da não neutralidade do sujeito presente na pesquisa, que é possível compreender que na pesquisa qualitativa, “Não conseguimos nos comunicar sem sermos parte do processo comunicativo, como sujeito e como sujeito-objeto”, (DEMO, 2001, p. 30). Uma vez que o processo de comunicação em falas revela o que está implícito, não se faz possível compreender expressamente o que o outro quis dizer, logo, nesse cenário de tentativa de explicar as dificuldades apresentadas na pesquisa científica, a pesquisa qualitativa busca a “argumentação consensual¹⁴”, algo que a entrevista com questões abertas mostra como vantagens em obter determinados resultados, ainda mais se a pesquisa tiver uma análise que em uma resposta fechada não consiga abarcar as informações variáveis, em sua maioria complexas de responder de forma objetiva – sim ou não. Na entrevista aberta é possível repetir a questão de diversas formas, até que haja um entendimento por parte do objeto de forma que ele consiga gerar respostas com mais detalhes e informações.

A informação qualitativa é, assim, comunicativamente trabalhada e retrabalhada, para que duas condições sejam satisfeitas: do ponto de vista do entrevistado, ter a confiança de que se expressou como queria; do ponto de vista do entrevistador, ter a confiança de que obteve o que procurava ou de que realizou a proposta. Nem sempre encontra-se o que se busca, mas é possível pelo menos armar as condições mais favoráveis para tanto, também para evitar "inventar" o dado que se quer, colocando na boca do entrevistado o que o analista quer ouvir. Nesse sentido, a presença da manipulação da comunicação é pública e notória. O que se discute não é mais se manipulação existe ou não, mas como a reduzimos e como a controlamos melhor. (DEMO, 2001, p. 31-32).

Portanto, analisar a pobreza política de mulheres pobres foi um desafio para esta pesquisa, entendendo todas as questões mencionadas acima, a abordagem qualitativa foi a que mais se expressou conveniente para esse estudo, uma vez que permitiu em diálogo com as entrevistadas e um aprofundamento acerca da sua trajetória de vida, além de permitir, enquanto sujeito-objeto, uma amplitude nas respostas, trazendo possibilidades de reconstruir as questões durante o processo

¹⁴ A informação qualitativa não busca ser neutra ou objetiva, mas permeável à argumentação consensual crítica, dentro de meio termo sempre difícil de exarar: num extremo estará o questionamento de tudo, sem que nada fique de pé; no outro, a crença fácil em tudo sem atinar para o implícito e o contraditório. (DEMO, 2001, p. 30)

até que as participantes conseguissem compreender, a partir da sua visão de mundo, sobre as questões apresentadas. Nesse processo de diálogo, ambas – pesquisadora e participante – conseguissem chegar a um coeficiente similar nas respostas, a fim de obter uma flexibilidade na captação dos resultados.

V. PÚBLICO-ALVO DA PESQUISA

O público-alvo desta pesquisa é formado por mulheres, representantes de lares matrifocais, chefes de família, com filhos menores de idade; são composições familiares cada vez mais comuns na sociedade. Essa figura materna que sustenta os filhos e mantém o lar sozinha, se decorre por diversos fatores: elas vivem em seu cotidiano, reflexo de várias questões sociais, contudo, intensificam a pobreza quando há ausência do cônjuge, companheiro ou genitor, porque lhe sobrevém uma sobrecarga, principalmente na contribuição do provento para a família. Na cultura moral brasileira, a mulher é a principal responsável pelo cuidado dos filhos e da casa, nesse cenário assumem padrões de hierarquia social, “o homem, o chefe da família, é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar”, enquanto a mulher é responsável pela manutenção da “unidade do grupo” (SARTI, 1995, p. 43). Os padrões aos quais estão inseridas numa construção social patriarcal, quando estes se beneficiam desse modelo social que pré-determinam as funções entre os gêneros, dá à mulher o maior encargo com o cuidado da família, afastando o homem do seu papel de responsabilidade com os membros desse grupo, gerando uma deficiência no complemento da formação do lar, educação dos filhos, provisão da renda, partilhas de cuidados, sobretudo, domésticos e em sua sobrevivência, (DEMO, 2003).

Nesse quesito, as mulheres que “rompem” com esse padrão, estão sujeitas à diversas críticas sociais, porque o casamento se apresenta como um *status* social respeitável; porém, para as classes mais pobres, esse ideal familiar se torna bem distante, não apenas pela insuficiência de renda, uma vez que para as sociedades latino-americanas, as quais têm em comum o legado da “conquista sexual, dos contatos inter-raciais informais, da escravidão, da marginalização indígena e da pobreza e exclusão generalizados na população”, (THERBORN, 2006, p. 240). O casamento é um modelo importado para um povo que não possuía essa forma de união sexual e formação de domicílios como o único padrão. Outra questão é que os

casamentos eram considerados oficiais quando registrados pela igreja católica, desde o período colonial, logo, para as famílias que eram escravas ou para seus descendentes, esse processo se tornou inacessível. Além de não serem estimulados pelos senhores e pela própria igreja, à “legalização” do casal ao *status* social, os escravos não permaneciam no mesmo território por longos períodos, tendo uma residência volátil, sendo assim, o casamento era algo que se apresentava fortemente para as elites, que o tratavam como mero fator econômico¹⁵.

Percebe-se, então, que a existência de lares matrifocais não é um fator atual, é um conjunto de estruturas reais familiares que vêm desde a antiguidade e que, ao longo da história, foram alvos de mudanças:

Entre as mudanças, destacam-se o aumento dos seus níveis de escolarização e participação no mercado de trabalho nas últimas décadas, reduzindo significativamente o modelo de provedor único (e masculino). Tais mudanças, associadas a outras transformações, particularmente de ordem demográfica, e a aspectos relacionados à subjetividade das mulheres – bem traduzidos pelo ideário em torno da emancipação feminina –, permitem constatar ainda um elevado crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres. (MACEDO, 2008, p. 392).

É preciso considerar que as transformações societárias são marcos que também mudaram o conceito e a estrutura familiar ao longo da história, tendo em vista o processo de globalização, reestruturação produtiva, redefinição do papel do Estado perante a sociedade, precarização das garantias trabalhistas e direitos sociais etc. Essas mudanças sociais resultam em heterogeneidade da família, visto que a diversidade dos arranjos também é resultado de novas formas de vínculos e outras possibilidades de convivência; o próprio capital influenciou nesse quesito, uma vez que mais membros da família se viram obrigados e se inserir no mercado de trabalho precocemente, de forma a contribuir com o sustento da família, alterando a ideia do homem como único provedor do lar.

Diante da redução do poder econômico do homem, pela crise do mercado de trabalho, modificou-se o seu nível de responsabilidade e autoridade, o que, entre outros fatores, vem aumentando a ocorrência da violência intrafamiliar e tornando cada vez mais anacrônica a persistente divisão tradicional do trabalho doméstico, a qual perpétua a sobrecarga das mulheres – particularmente num momento em que cresce significativamente sua participação como trabalhadora remunerada e, conseqüentemente,

¹⁵ O casamento implicava em muitos interesses materiais, como herança e administração dos bens do casal, entre quais estava o dote, por isso, entre as famílias de posses, o casamento era considerado como um negócio e, secundariamente, como um assunto sentimental (ABRANTES, 2010, p. 25).

como co-provedora ou chefe de família com provisão exclusiva. (MACEDO, 2008, p. 392).

Existem diversas falas do contexto social que legitimam essa construção patriarcal em relação às mulheres, que tendem a justificar que elas são capazes de superar tais questões, desvalidando a contribuição do cônjuge neste processo. Embora saibamos que existem, de fato, inúmeras mulheres que foram e são parte de lares matrifocais, que conseguiram e/ou estão superando a ausência do cônjuge nesse cenário, é importante enfatizar que tudo se torna mais complexo e difícil para elas. Contudo, não procuramos deslegitimar a sua superação e dedicação, mas salientar que esse *déficit* gera uma sobrecarga à família em vários sentidos (financeiro, psicológico, social, moral, educacional, político). Para tanto, as mulheres que fazem parte desse grupo, que vivem de maneira precarizada, mesmo com condições educacionais superiores aos homens, se submetem às situações reguladas pelo mercado liberal de modo a conseguir a sobrevivência da família, e, como consequência desse caminho, elas se tornam, em sua maioria, pobres politicamente.

Quanto à mulher responsável por domicílio, indica problemática ainda mais drástica, porque coloca sobre os ombros da mulher sozinha o ônus de sustentar uma família em todos os sentidos. Em certo ângulo, aparece neste fenômeno uma face também positiva, à medida que a mulher já não depende do homem para nada, nem mesmo para manter sua família. Em outros sentidos, porém, a pobreza pode ser intensificada de modo alarmante, tendo em vista que, para dizer o mínimo, continua valendo que o trabalho feminino é menos remunerado que o masculino, tornando a luta pela sobrevivência uma guerra horrível. (DEMO; 2003, p. 51, 52).

Portanto, apresentam-se dados mais específicos que apontam a mulher chefe de família na sociedade. Macedo (2008) trouxe em um estudo acerca da temática sobre chefia feminina. A pesquisadora discute acerca dos novos arranjos familiares que tiveram seu marco em meados da década de 1980 e 1990, trazendo ao cenário brasileiro a “desconstrução do olhar sobre as formas de organização familiar no Brasil, o que implicava a crítica à generalização do modelo das classes dominantes da família patriarcal” (MACEDO, 2008, p. 393). Contudo, são inúmeros fatores que podem gerar as famílias chefiadas por mulheres, tais como mulheres viúvas, separadas, que ficaram encarregadas do cuidado com os filhos; mães solteiras; mulheres que vivem com outros parentes ou agregados familiares e aquelas que assumiram o cargo de provedora do lar. Nesse sentido, os dados levantados pelo

PNAD, entre 2001 a 2009, considerou um aumento percentual de 27% para 35% de famílias chefiadas por mulheres, conforme o instituto:

Esse tipo de família muitas vezes é examinado quando se quer compreender o fenômeno da precarização da vida das mulheres e, ainda, a feminização da pobreza. Isso porque, em muitos casos não se pode considerar como “vantagem” o fato de mais mulheres serem consideradas responsáveis por suas famílias e a ausência do cônjuge, especialmente no caso de haver crianças menores a serem sustentadas, o que faz com que a renda feminina seja, por vezes, insuficiente e coloca essas mulheres em situação de maior fragilidade. Entre 2001 e 2009, a proporção desse tipo de família não se alterou muito no Brasil, chegando, de acordo com a última PNAD, a 17,3% dos arranjos. (PNAD, 2010, p. 21).

O que está posto que mesmo diante da diversidade de motivos que levam as mulheres se tornarem chefes de família é possível notar que há uma sobrecarga desse lar em função de apenas uma pessoa, encarregada de suprir as necessidades da família, ainda mais se essa mulher for a única responsável por esse lar sem a contribuição do cônjuge e/ou pais das crianças. Essa desresponsabilização dos pais leva a precarização da família, uma vez que na cultura brasileira, o empenho da família se debruça a mulher, o próprio Estado reforça essa moral cultural diante da mulher, percebe-se isso em dois cenários, sendo nos programas de transferências de renda que em sua maioria são destinados à mulher, ou seja, o cartão ou meio para receber o recurso se encontra no nome dela, e outro, são nas certidões de nascimentos, é possível perceber a ausência do nome do pai, contudo é difícil ver registros serem feitos sem o nome da mãe. Embora nos últimos anos, tenham sido implementadas algumas leis para forçar o comprometimento do pai ao cuidado com as crianças, seja com pensões alimentícias ou guarda compartilhada, estamos longe do ideal que possa aliviar o fardo dessas mulheres, isso porque compreendemos que a pobreza não é apenas ausência de renda, logo as intervenções sobre esse cenário são mais profundas do que imaginamos, é necessário ir à raiz do problema.

Outros dados importantes, são os apresentados pelo IBGE, em uma análise feita em 2000, identificou que existem mais de 11 milhões de mulheres brasileiras são chefes de família, em seus diversos arranjos, seja vivendo sós, com ou sem cônjuge, com ou sem filhos, essas mulheres têm variados graus de escolaridade e obtêm rendimentos mensais diferenciados. Ao estreitar essa análise para o grupo de mulheres mapeando os domicílios sob responsabilidade feminina que apresentassem maior precariedade, foi possível perceber que naquele ano existiam, no Brasil, 2.705.091 mulheres responsáveis por seu domicílio, conforme apresenta a tabela a seguir:

Tabela 2 - Mulheres responsáveis por domicílios que viviam com filhos de qualquer idade ou que viviam com pelo menos um filho de 14 anos e sem cônjuge, em valores absolutos e relativos. Brasil e Grandes Regiões - 2000

Brasil e Grandes Regiões	Mulheres responsáveis por domicílios				
	Total	Vivendo com filhos			
		De qualquer idade		Com pelo menos um filho de até 14 anos e sem cônjuge	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Brasil	11.160.635	7.655.047	68,6	2.705.091	24,2
Norte	642.837	505.815	78,7	193.147	30,0
Nordeste	2.951.995	2.125.706	72,0	780.475	26,4
Sudeste	5.174.868	3.448.761	66,6	1.156.670	22,4
Sul	1.628.105	1.033.444	63,5	370.451	22,8
Centro Oeste	762.830	541.321	71,0	204.348	26,8

Fonte: Censo Demográfico 2000

Nota: Domicílios particulares permanentes

Os dados acima apresentam um levantamento feito pelo Censo demográfico em 2000, onde foram mapeadas as mulheres por domicílios que viviam com filhos até 14 anos sob sua guarda e sem cônjuge nas grandes regiões brasileiras, para tanto é possível perceber que, nesse período, os domicílios em responsabilidade feminina representavam 24,2%, ou seja, aproximadamente 6% do total de domicílios no Brasil no ano de 2000. Desse percentual total nota-se que as regiões Sudeste (22,4%) e Nordeste (26,4%), apresentam a maior parte dessas mulheres, em números absolutos descritos em 1.937.145 famílias.

Ao deparar com os dados apresentados anteriormente sobre o percentual de rendimentos *per capita*, dados apresentados no Capítulo 02 desta pesquisa, nota-se que os piores rendimentos se encontram nas regiões Norte e Nordeste, visto que são dados levantados em 2019, um espaço de tempo de 19 anos entre os dados analisados nesse momento. O que é ávido descrever, que se nos dados apresentados na tabela acima revelam que maior parte das mulheres chefes de família se apresentam em segundo lugar na região Nordeste, com o entrelaçamento desse mesmo dado com uma análise mais atual, dos rendimentos *per capita*, apresentados pelo IBGE em 2019, que revelam, também, maior parte das famílias que vivem na região Nordeste recebem o pior rendimento por pessoa. É possível notar que após 19 anos, o quadro dessas mulheres que são chefes de domicílios sem a presença do cônjuge e vivem em maior precariedade, naquilo que se refere às condições de vida e à estrutura familiar, não tiveram mudanças significativas, isto diante de dados quantitativos, sem descrever a qualidade desses mesmos dados.

Ou seja, a pobreza permaneceu, ou até mesmo se intensificou após quase 20 anos de análise.

Portanto, a pobreza das mulheres que são chefes de família se perdura por anos, e com o passar desses se intensifica, além de receberem salários inferiores, elas são as principais provedoras de seus lares, são várias décadas que as mulheres representam 35% das famílias como a principal responsável pela casa, embora esses arranjos familiares demonstrem heterogeneidade nos dados, há algo que permanece evidente, ser chefe de família na presença de um cônjuge tem significado bastante distinto de ser chefe de família somente na presença de filhos pequenos, por exemplo. Embora a análise qualitativa desses dados revele a pobreza absoluta que essas mulheres se encontram, é possível perceber que essa pobreza pode ser intensificada quando avaliada sobre a sua politicidade, ou seja, além de serem consideradas pobres economicamente, se descrevem como pobres politicamente.

VI. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

Em dados metodológicos que essa pesquisa apresenta, foram feitas 08 entrevistas virtuais pela plataforma *Microsoft Teams*, devido ao contexto de COVID 19, com questões semiabertas para mulheres chefes de família, sem cônjuge, com filhos pequenos. A pesquisadora escolheu as participantes segundo seu nível de proximidade e vivência; todas as entrevistas tiveram termos de consentimentos livre e esclarecido, conforme a resolução CNS 466/2012, e as participantes autorizaram a gravação, uma vez que as entrevistas foram virtuais, justificado pelo contexto de pandemia. A ideia inicial era entrevistá-las presencialmente e acompanhar um grupo focal com 04 participantes durante 05 encontros, para averiguar se a compreensão acerca da temática da pesquisa, pobreza política, sofreria alguma variação notável ao ser discutida em grupos, considerando que, essas mulheres vivem em um mesmo território e se conhecem fora do ambiente da pesquisa, além disso, apresentam pontos em comum em suas histórias, para tanto a proposta era esperar alguma evolução positiva neste sentido. Na prática, houve uma mudança significativa na coleta de dados, uma vez que vivenciamos um contexto pandêmico de COVID19. Desta forma, os grupos foram suprimidos e quantidade de entrevistas

reduzidas, uma vez que o contato virtual se torna mais distante que o presencial e a dificuldade no acesso à informatização também foi outro fator de relevância para o mesmo.

A realização das entrevistas mostrou-se tarefa árdua, não por conta das participantes, propriamente, mas da dificuldade no acesso a um local para realização das entrevistas, já que, em sua maioria, possuía dificuldades seja no acesso à internet, um espaço próprio em seus lares, que garantisse sigilo em suas respostas, ou por não possuir um aparelho adequado que suportasse o aplicativo para a entrevista. Além disso, em casa e com a presença dos filhos pequenos poderia haver divisão entre as atenções no ato da entrevista. Uma vez que as questões apresentadas pela pesquisadora, embora fossem perguntas simples, demandariam concentração, análise de suas histórias e da sociedade para as respostas. Além de ser um tema delicado de se falar com mulheres que vivenciam o estado de pobreza, a dificuldade de expressar a opinião sobre si, é um dilema comum com pessoas pobres, transparece como notável pobreza política a dificuldade de tomar seu destino nas mãos e desenvolver a autonomia, principalmente sobre analisar seu passado.

Para a metodologia, foram utilizados dados quantitativos e qualitativos, embora o foco principal de análise seja qualitativo, tendo como objetivo averiguar a criticidade e subjetividade (ou sua falta) das participantes. Tendo a interpretação e a hermenêutica como base de análise para interpretar a comunicação humana (DEMO, 2001), foi possível se debruçar nas informações qualitativas e traçar dados fundamentais para compreender a realidade das mulheres chefes de família, moradoras da Estrutural. As entrevistas foram vistas e revistas, sempre que necessário, para preservar o sentido de profundidade intensa da comunicação, em particular, permitir que as informações obtidas em suas falas pudessem, de fato, descrever a veracidade de suas histórias de maneira adequada. As entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2021, embora sua preparação teórica e metodológica date do ano posterior. É importante frisar que os dados não pretendem gerar uma representatividade, por não se tratar de amostra estatística *stricto sensu*. Buscamos apenas levantar alguns traços que vemos como “exemplares” das mulheres chefes de família, à medida que o levantamento respeitou regras fundamentais da pesquisa qualitativa, em especial o contato, embora virtual, foi

sistemático e intenso com as entrevistadas o que levantou uma profundidade do olhar sobre suas histórias e memórias.

VII. DESCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

Foram realizadas 08 entrevistas de profundidade, tendo como critério de escolha as mulheres que se enquadraram com características do público alvo dessa pesquisa, preferindo a proximidade da pesquisadora com essas mulheres. O objetivo foi aprofundar o entendimento da pobreza política delas, apresentadas em pesquisas anteriores descritas por Demo (2003), que avaliou a pobreza política de empregadas domésticas, o que fora constatada na trajetória dessa pesquisa alguns de seus dados que foram relevantes para análise. Privilegiando o diálogo, de cunho hermenêutico, priorizando a análise do conteúdo a partir das respostas das entrevistadas. Pretendeu-se adentrar um pouco a partir da subjetividade e intimidade das 08 chefes de família. O conteúdo do questionário foi apresentado em quatro partes: na primeira constam dados mais gerais sobre idade, cor, estado civil e escolarização; na segunda, questiona-se sobre os rendimentos da família e as condições socioeconômicas; na terceira, destaca-se a história de vida, moradia e contexto familiar e, por último, pretendeu analisar a compreensão sobre pobreza e desigualdade social, tendo em vista a conjuntura brasileira especificamente a realidade apresentada na Cidade Estrutural.

VIII. ANÁLISE PRELIMINAR DO PÚBLICO ALVO

As 08 entrevistadas estavam na faixa de 25 a 45 anos de idade, em sua maioria concentradas na casa dos 30 (trinta)anos. Todas eram procedentes do Norte ou Nordeste, com predominância de Maranhão, Piauí e Bahia, oriundas quase todas da área rural, vieram a Brasília em busca de melhoria e oportunidade para a família. No que diz a respeito da escolaridade, três conseguiram terminar o ensino médio, porém, fora da idade escolar, cinco possuem o ensino fundamental incompleto. daquelas que concluíram o ensino médio, duas iniciaram o ensino superior, apenas uma permaneceu; a que se mantém no ensino posterior, justifica-se por ter obtido uma bolsa de estudos, além de conseguir conciliar o cuidado dos filhos com o trabalho. Comparando-se com a trajetória de vida dessas mulheres, em sua maioria seguiram o ciclo escolar familiar, isto é, quando questionada sobre o nível de

instrução dos pais, a maioria respondeu terem apenas o ensino primário (05), eram poucos os que chegaram ao ensino médio (01), ainda havia alguns que eram analfabetos (02). Percebe-se que a baixa escolarização é um dos entraves para as famílias pobres que, por vezes, perdura por gerações. As que romperam com o ciclo e chegaram pelo menos iniciar o ensino superior, são mulheres que após vários anos conseguiram se reinserir na jornada da educação, frutos de bolsas de estudos e programas educacionais. As que não prosseguiram com os estudos, quando questionadas sobre a razão, responderam que tiveram que iniciar no mercado de trabalho ainda na infância, o que demarca trabalho infantil, elas se inseriram nesse meio através das próprias mães, que trabalhavam nas casas de seus patrões e por vezes incluíam suas filhas ao trabalho doméstico de forma a receber um bônus financeiro para contribuir nas despesas da casa.

Além de vivenciarem o trabalho infantil, essas mulheres também tiveram gravidez na adolescência, 06 delas engravidaram entre 15 e 18 anos, apenas duas tiveram filhos após a maioridade, logo, seguindo o ciclo familiar, tiveram que assumir seu próprio núcleo familiar ainda adolescentes, se responsabilizando sozinhas pelo cuidado dos filhos, uma vez que todas responderam não ter o apoio dos pais na criação dos filhos. Embora tenham respondido que sentiram falta desse suporte, declaram não sentir falta da ajuda de um companheiro, atualmente. Contudo, quando iniciaram no universo da maternidade, vivenciaram dificuldades na educação, uma vez que quando questionadas sobre como os pais dos seus filhos poderiam contribuir na criação dos filhos, houve respostas semelhantes: declaram a importância dos pais na educação, em compartilhar a vivência no cotidiano; a contribuição financeira foi um dos fatores irrelevantes, pois demonstraram que sentem mais falta no compartilhar das responsabilidades educativas. É imprescindível destacar, que essas mulheres, a maioria com mais de três filhos e com trajetória de vida semelhantes a das suas mães, vivenciam a ausência da paternidade por muito tempo, tanto em sua infância, quanto na dos filhos, embora não evidenciam a necessidade de apoio financeiro, é nítido que tiveram por anos que fazer malabarismos para conseguir garantir a sobrevivência da família, levando a naturalização de suas realidades, podemos observar no relato de uma das participantes da pesquisa:

Não, se eu disser para você que sinto, eu não, porque na verdade, sempre trabalhei para manter eles, desde quando fui viúva, desde o pai da M. e do

F. que eu tive um relacionamento sério, de um ano mais ou menos, e depois veio o J., que vivemos 15 anos e morando juntos, não mudou em nada, sempre eu, sempre eu, então eu não sinto falta, então é coisa que até hoje eu faço só, é difícil, é, a gente criar filhos sozinha, mas eu tento dar o melhor. (RELATO DA PARTICIPANTE 06, 2021).

Ainda sobre as dificuldades em criar os filhos, a maioria das mulheres relataram que um dos obstáculos está em conciliar o trabalho e a criação dos filhos, sobretudo, quando estão fora da idade escolar porque não possuem recurso financeiro suficiente para manter em uma creche ou terceirizar o cuidado. Outra necessidade, declarada por elas, é a ausência do apoio emocional e psicológico dos pais para com os filhos, logo percebe-se que há uma sobrecarga da família, quando não há a participação do cônjuge em seu cotidiano.

A despeito da economia da família, segue a tabela abaixo da situação laboral e recebimentos de apoios financeiros:

Tabela 3 – Situação laboral e apoios financeiros

Situação Laboral		Apoios financeiros	
Dona de casa	02	Bolsa Família	06
Empregada assalariada sem carteira assinada	02	Auxílio emergencial	07
Trabalhadora por conta própria	04	Apoio de ONG's	08

A situação socioeconômica é precária, conforme apresenta a tabela acima, todas recebiam menos que um salário mínimo mensal, e a maioria dependiam dos benefícios do governo ou apoios de organizações sociais. Ao serem perguntadas sobre para quem é destinado os benefícios sociais, as respostas foram comuns, isto é, para pessoas em situação de vulnerabilidade social; todas recebem algum tipo de apoio do governo e também de organizações sociais, ou seja, elas entendem o motivo de fazerem parte dos programas de transferência de renda, mas, não se consideram pobres. Demo (1999, p. 03) afirma estas situações no trecho: “Por isso se diz: mais grave do que passar fome é não saber que a fome é inventada e imposta, podendo-se mudar esta história, desde que o pobre se torne sujeito capaz de história própria”. Para tanto, quando questionadas se porventura não recebessem os benefícios, o que mudaria? todas responderam que faria uma grande diferença; entre as respostas estão: faltaria o complemento para comprar as coisas em casa,

teriam que ampliar a jornada de trabalho, teriam maior dificuldade em se organizar com as despesas da família, iriam ter dificuldade de garantir o gás de cozinha, isso porque elas relataram poder contar com esse recurso pela assiduidade no pagamento por parte do governo, o que facilita a organização financeira.

De certa forma, para as mulheres que são as principais provedoras de sua casa, que dividem entre cuidar dos filhos e trabalhar, os benefícios sociais contribuem para que elas consigam organizar-se minimamente em prol da sobrevivência da família, ao passo que as acomodam diante da pobreza que estão inseridas: estratégia criada pelo neoliberalismo que as mantém como subalternas e excluídas, silenciam suas vozes e mentes, retiram sua autonomia com um simples benefício. Nenhuma entrevistada possuía carteira assinada. Quatro trabalhavam por conta própria, duas estavam desempregadas e duas trabalhavam metade do dia e recebiam R\$500,00. Os motivos para tanto díspares: Duas declararam ter crises depressivas; devido a pandemia da COVID-19¹⁶, uma precisou sair do trabalho, as autônomas (04) tiveram uma redução considerável dos clientes e, por conseguinte, nas finanças; duas, que tinham um trabalho fixo, tiveram diminuição em sua jornada de trabalho para uma parte do dia, o que ocasionou a restrição de metade do salário. Para tanto, é preciso salientar que, para além da situação de pobreza que elas vivenciam por anos, o contexto de pandemia intensificou ainda mais a situação de vida dessas mulheres, tornando a sobrevivência ainda mais desafiadora.

Os arranjos laborais, para as mulheres chefes de família, se mostraram árduos durante esse período de pandemia, pois essas e outras mulheres ocupam vagas de trabalhos não essenciais, como doméstica, manicures, vendedoras, cabeleireiras, autônomas, entre outros, tiveram uma perda significativa, seja por demissão, redução da carga horária e do salário e/ou clientes, algo que atingiu todo o mundo, conforme aponta a Organização Internacional do Trabalho - OIT (2021, p. 07), no Relatório do diretor-geral apresentado na Conferência Internacional do Trabalho em Genebra: “33 milhões de pessoas ficaram desempregadas; enquanto muitas outras – 81 milhões – deixaram os mercados de trabalho e tornaram-se

¹⁶ A **pandemia de COVID-19**, também conhecida como **pandemia de coronavírus**, é uma pandemia em curso de doença por coronavírus 2019 (COVID-19), uma doença respiratória causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Essa decisão buscou aprimorar a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus. Saiba mais em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>.

inativas”. Consequentemente, a falta de empregos afeta diretamente a população mais pobre. No Brasil, agravou a desigualdade de renda e intensificou a pobreza, o impacto econômico provocado pela Covid-19 atingiu fortemente os pobres e não os ricos, que sentiram poucas mudanças.

O estudo da FGV Social, investigou sobre a renda média dos brasileiros na pandemia, para além do problema da desigualdade. E os números confirmaram que houve sim queda significativa na renda do trabalho da população. 20,1% foi o tamanho da queda na renda média da população brasileira no segundo trimestre de 2020, na comparação com os três primeiros meses do ano. Com isso, a queda de renda da população alcançou diferentes níveis. Os 10% mais ricos também tiveram perdas nos rendimentos, mas não tão substanciais como a população de menor renda que foi duramente atingida. (GEMAQUE, 2021, p. 01).

Passamos por diversas “ondas” de crise da pandemia, ainda estamos nesse contexto. O trabalho teve que se rearranjar, uma nova forma de lidar com o vírus obrigou a população a reorganizar suas atividades, a vacina foi essencial nesse processo, contudo, quem tem dinheiro soube se reinventar com voracidade; para o pobre, que já não lhe eram dadas condições antes mesmo da situação de COVID-19, tiveram que lutar em prol da própria sobrevivência. A desigualdade colocou alguns indivíduos em condições estruturalmente mais vantajosas do que outros. Para as mulheres chefes de famílias, inseridas nesse despenho, foi um desafio, driblar a tripla jornada de trabalho (casa, cuidados dos filhos e trabalho remunerado), os filhos já não poderiam frequentar as escolas, tudo fechou: mercados, escolas, creches, organizações sociais e outros. Se antes elas se viam desafiadas a conciliar o trabalho com o cuidado dos filhos, na pandemia se mostrou uma tarefa penosa. Para as participantes da pesquisa, o que contribuiu para que ficassem em casa e não passassem fome, foram a distribuição de cestas básicas por organizações sociais e o auxílio emergencial aliado com o Bolsa Família, o fato de viverem em “moradias próprias”, foi benéfico, uma vez que tinha menos uma despesa, com o aluguel, embora houvesse muitas outras questões, principalmente a escassez de água e a irregularidade da energia, que eram providos por meios clandestinos, pois as mesmas residem em território irregular.

IX. HISTÓRIA DE VIDA

Quanto à vivência no território Santa Luzia, 07 delas vivem mais de 08 anos no local, apenas uma vive há dois anos. Os motivos que as levaram viverem no

território foi a falta de condições financeiras para residir em um outro local, junto com a dificuldade de pagar um aluguel, ou seja, para elas é melhor viver na Santa Luzia, do que ter que destinar o pouco recurso a um arrendamento, algo típico de pessoas pobres, se alocar em locais que conseguem sobreviver. Na maioria das vezes, esses lugares são precários e com baixa infraestrutura. Quando questionadas sobre como é viver na Santa Luzia, é evidente em seus relatos a dificuldade que vivenciam em seu cotidiano, pois o local é desassistido pelo Estado, por se tratar de uma área irregular, não há saneamento básico, as moradias são precárias, vivem em constante falta de água e quedas na rede elétrica, famílias numerosas, com mais de 10 membros dividem um espaço inapropriado e por vezes pequeno, sem contar com a insegurança alimentar, o trabalho infantil, violência doméstica e outras questões sociais que estão presentes no cotidiano dessas mulheres. Algumas chegaram a citar violências discriminatórias pelas quais já haviam passado por morar no território, tais como barreiras para admissão em emprego e desrespeito no local de trabalho, rejeição no consumo de bens alimentícios; embora houvesse reconhecimento, não decorria qualquer proposta de confronto articulado. Em suas falas se torna evidente a adversidade que lhe sobrevém, sem dar conta da pobreza econômica também se legitima a pobreza política:

É sobreviver, a gente mora lá porque precisa, a gente não tem dignidade de viver na SL. A gente não tem uma água, a gente não tem uma energia, e a gente queria ter isso, porque todo mundo quer dignidade para viver, a gente não tem saneamento básico, então eu falo que a gente sobrevive. (RELATO DA PARTICIPANTE 05, 2021).

Eu já moro aqui há 11 anos, mas morar na SL é matar um leão todo dia, é muita poeira, quando não é poeira é lama, é a falta de água, é a falta de saneamento básico, é às vezes falta de respeito das pessoas, com quem a gente convive, é um querendo passar por cima do outro, para conseguir alguma coisa, aqui não é fácil não, tem que ter sangue no olho. (RELATO DA PARTICIPANTE 06, 2021).

As dificuldades que giram em torno dessas mulheres se apresentam desde a infância, viveram uma vida particularmente dura, em comparação com a vida dos pais, estas teriam tido condição melhor, porém quando houve a presença do cônjuge em algum momento de suas histórias, elas relatam ser mais denso, ou seja, ao invés de ter a contribuição dos pais das crianças, na maioria das vezes dividiam forças, pois o quadro de violência doméstica se apresentou fortemente em seus relatos, excepcionalmente para uma participante que declarou ter tido uma grande contribuição do seu companheiro durante o período que esteve junto, isso para o pai

do seu primeiro filho, o que foi diferente nos demais casamentos. Todas as entrevistadas já imaginaram suas vidas de outra forma, como se apresenta no quadro abaixo:

Tabela 4 - Mudança de vida das 08 entrevistadas

Tipos de mudanças	Alegações	Casos
Moradia digna	Saneamento básico, acesso a água, luz, uma casa que comporte toda a família, com boas estruturas físicas.	03
Ter estudado	Ter uma boa posição no mercado de trabalho.	05
Trabalho	Uma profissão que gere um bom retorno financeiro.	02
Outros	A presença do cônjuge.	01

Ter estudado foi o fator que mais marcou a entrevista, as participantes destacaram, em diversos momentos durante a entrevista, os estudos. Quando questionadas sobre a importância dos estudos, o que mudariam no percurso de suas vidas caso fosse possível e se pudessem voltar ao passado o que fariam de diferente, todas responderam dar continuidade aos estudos. É perceptível que os estudos, na visão das participantes, é um dos caminhos para a mudança de vida, ou seja, elas acreditam que se a pessoa possui uma boa escolarização possa ter uma vida melhor, por conseguinte, elas tentam transmitir isso aos filhos, embora de fato a educação possa mudar o futuro de um sujeito, só é possível quando este consegue ter o destino em suas mãos (DEMO, 2003), de forma a ter uma educação que gere autonomia e criticidade, a educação é um dos caminhos para libertação da pobreza (FREIRE, 2017), sobretudo a política. Porém, no capitalismo a educação tem tomado um caminho distante da libertação, ela vai em direção a obtenção de lucro, de gerar mais trabalhadores ao mercado de trabalho, de maneira a capacitar e não criticar, na mentalidade do pobre ter estudos equivale a ocupar uma boa posição no emprego, uma mentalidade gerida pela cultura capitalista da concorrência e deslegitimação do ser humano, pois sabemos que não basta ter estudos e continuar pobre politicamente. Como bem define Casara:

Diante da valorização econômica da ignorância, o homem ignorante é ressignificado e passa a ser percebido como o tipo ideal de cidadão: aquela pessoa que se caracteriza pela simplicidade, com que todos podem se identificar. A educação e a cultura, por sua vez, começam a ser tratadas como ameaças que precisam ser afastadas. Instaura-se, assim, um novo

modo de governo, mais simples, eficaz e barato: o governo para e pela ignorância. (CASARA, 2021, p. 104).

Em segundo lugar, destaca-se a necessidade de uma moradia digna, ou seja, morar em um local com acesso a infraestrutura básica, como água potável, energia de qualidade e uma casa com estrutura física adequada para os moradores, um direito básico para todo cidadão. No entanto, para essas mulheres, passam como sonho de uma vida melhor, é drástico perceber que pessoas em situações tão hostis clamem por direitos básicos que deveriam ser garantidos pelo Estado. A busca das 08 entrevistadas, particularmente das 03 que citaram objetivamente querer um local melhor, faz parte da luta pela sobrevivência a que elas estão expostas; como principais provedoras do seu lar, ter uma casa com o básico para se morar faz parte da sua luta cotidiana. E por último, destaca-se a importância de um trabalho bem remunerado, o que interliga os três anseios de mudanças em suas vidas, isto é, com uma boa qualificação profissional (estudos) é possível obter um emprego com uma boa remuneração e conseqüentemente ter uma moradia digna para sua família; embora pareça um sonho simples, existe um grande percalço nesse trajeto. Apenas uma das entrevistadas, relatou sentir falta do cônjuge, uma vez que declarou ter tido uma boa convivência ao lado do mesmo, de forma que a sobrevivência da família era partilhada, tirando sobre seu ombro a missão de única provedora do lar.

De todos os modos, ficou evidente a rotina de sofrimento intenso das entrevistadas pela vida afora. Entrelaçaram-se aí, duas perspectivas antagônicas: o desejo de mudar a trajetória de vida no passado e a dificuldade de prosseguir diante da estagnação social atual que revela como horizonte fechado pela frente. É nítida a repetição dos ciclos de vida, uma vez que 06 delas já provinham de famílias chefiadas por mulheres, as histórias de suas mães se assinalam em seus caminhos, ausência do pai marcada pelo abandono ou morte precoce, esses homens foram invisíveis em suas memórias. Além do mais, duas das entrevistadas possuem netos e, quando questionadas se há similaridade em suas histórias, elas julgaram que sim, embora para uma delas as filhas tenham avançado nos estudos, elas vivenciaram uma gravidez precoce e a separação do cônjuge, as colocando na mesma direção que a mãe, como principais provedoras de seus filhos. Percebe-se que as famílias chefiadas por mulheres passam por dificuldades maiores, seja porque existe só um provedor do sustento familiar, ou porque falta o suporte masculino, ou porque as mulheres têm dificuldades ainda maiores de inserir-se no mercado, ou porque

sofrem discriminações por terem filhos, não podendo ausentar-se de casa por tempo integral. A tristeza em suas falas, durante a entrevista, repercute as dificuldades enfrentadas, não apenas pelas 08 entrevistadas, mas por todas as mulheres que estão inseridas nesse contexto: prover a família é para além do meio financeiro, é no desenvolvimento, suporte psicológico, emocional, educativo e outros, é um desafio constante em meio às adversidades presentes no percurso de vida delas.

X. POBREZA POLÍTICA E SOBREVIVÊNCIA

Quanto vale sobreviver nesse mundo perverso? Para o capitalismo, a obtenção de lucro; para o pobre, a vida; é por isso que a pobreza é tão avassaladora, até onde o capital iria em prol do lucro? Percebemos que ele é capaz de ir até o âmago da existência humana para se legitimar e fortalecer, a pobreza econômica é apenas uma das estratégias, afinal, como é perceptível para as mulheres entrevistadas, no Brasil existem mais pobres que ricos, embora a falta de politicidade não as permitam compreender de forma crítica o que as oprimem. Durante toda construção dessa pesquisa, um dos objetivos é gerar a compreensão de que ser pobre não se limita a insuficiência de renda, que a pobreza política é “substancialmente, um processo de segregação social, exclusão forjada e mantida, prepotência e supremacia de uns poucos sobre muitos.” (DEMO, 2021, p. 01). Na trajetória de vida das entrevistadas, é perceptível a exclusão social que elas estão inseridas, porém as mesmas não percebem isso, embora tenham sido questionadas sobre o que compreendem por desigualdade social, havia um certo desentendimento sobre a temática; para algumas, desigualdades sociais se assemelha a discriminação e/ou preconceito, como podemos ver no quadro abaixo:

Tabela 5 - Levantamento sobre desigualdade social por parte das 08 entrevistadas

Compreensão sobre desigualdade social
Para a sociedade, desigualdade social é quando você tem, por exemplo, um milhão na conta e eu tenho um real, mas para mim a desigualdade social está no tratamento, não a questão financeira. Hoje eu ainda sofro mesmo não sendo nascida em Brasília eu sofro discriminação quando eu estou em determinado ambiente a pessoa tem uma percepção sobre mim. Porque para a sociedade a Estrutural é versus a desigualdade social, econômica e tudo mais, então acho que desigualdade é um tratamento.
É a própria população que provoca isso, pelo fato de as pessoas quererem se aproveitar das pessoas, que ao invés de tirar proveito bom, tira um proveito bom, mas para si próprio

não para ajudar o próximo.
Sim, eu acho que sim, eu acho que é na distribuição de oportunidades de dinheiro, no Brasil, tem muitas pessoas que por mais que trabalhe não consegue ter muitas coisas, porque tudo está muito caro e quem ganha pouco não consegue comprar ou ter, ainda mais se a família é grande.
Para mim, na minha mente, tem o pobre e o rico, desigualdade para mim é isso, tem o pobre e tem os de classe melhor e tem o pobre que depende do rico.
Acho que é a falta de respeito que muitas pessoas tem com gente que tem poucas condições de viver, é discriminação, né! e outras coisas mais aí, preconceito, né.
Desigualdade social é isso, uns tem demais e outros tem de menos, aqui mesmo na Estrutural tem desigualdade, assim, o povo fala mal da S.L. e a S.L. fala mal do povo, sendo que são um povo só, a Estrutural é um lugar só, só que acaba tendo esse preconceito, então isso já é uma desigualdade.
Duas não souberam responder

É perceptível que, no entendimento das entrevistadas, existam mais pessoas pobres que ricas no mundo, contudo, não há um aprofundamento sobre essa questão. Para elas, a falta de oportunidade e estudos é o que deixam as pessoas em situações financeiras ruins, esse discurso oculta a real intenção do capital, torná-las massa de manobra política, pois é evidente que pobreza não é só renda. Quando questionadas sobre o que entendem por desigualdade social, em suas respostas, como vimos na tabela acima, possuem clareza que vivenciam tal questão, contudo a percepção delas sobre a temática se retoma a discriminação social, uma vez que, 06 declararam passar por situações de discriminação social: elas alegam ter sofrido discriminação pelo fato de residirem na Santa Luzia, principalmente ao tentar se inserir no mercado de trabalho. Ainda que de fato seja um questionamento de boa parte dos moradores do setor, a discriminação é apenas um dos fatores que as afligem, o debate é muito mais profundo, exige um grande esforço mental e crítico para compreender o que está por trás da desigualdade social como proposta neoliberal, a pobreza é um caminho para manipular as pessoas, já que a supressão da educação é um dos sintomas da miséria, fator essencial para que o capitalismo se legitime:

Para a manutenção do capitalismo radicalizado pela racionalidade neoliberal é necessário que as pessoas pensem cada vez menos. A simplificação excessiva, o empobrecimento da linguagem, a mutação do simbólico e a correlata transformação de tudo e todos em objetos negociáveis são fenômenos que funcionam como uma verdadeira condição de possibilidade para naturalizar as diversas opressões (classe, gênero, raça, plasticidade etc.), conviver com as guerras e outras formas de destruição planejadas no interesse de grandes corporações, aceitar mortes evitáveis, remédios

caríssimos e prisões desnecessárias (daqueles que não interessam ao projeto neoliberal), enquanto lucros obscenos passam a justificar a pobreza extrema. (CASARA, 2021, p. 103).

É notória a contrariedade que as entrevistadas evidenciam em seus argumentos, uma vez que, quando interrogadas sobre para quem destina o Bolsa Família, em suas falas deixam claro que são para pessoas pobres, contudo, ao questionar se as mesmas se consideram pobres, elas refutam o argumento, todas assinalaram não ser pobres, pois em seu imaginário, ser pobre é ser uma pessoa ruim, sem amor para com o próximo, uma pessoa pobre de espírito¹⁷. É explícito tamanha ignorância, conforme define Casara (2021, p. 103): “é o estado de quem não tem conhecimento ou cultura: um desconhecimento por falta de estudo, experiência ou prática.”. Algo proveniente de pessoas pobres politicamente que não compreendem a realidade escamoteada que as rodeiam, que compram um discurso do capital, que consideram a pobreza por força divina, ou pior de tudo, por falta de esforço próprio, naturalizando a realidade, como se fosse comum deixar de estudar na infância, para trabalhar; o mais denso não é a evasão escolar em si, é apostar que se tivessem estudado, teriam uma vida melhor, uma educação que promove o capital, que manipula a mentalidade humana e reforça o papel do pobre.

O reconhecimento da pobreza política como problema mais agudo não pode redundar em menosprezo da pobreza material, não só porque não cabe inventar tal dicotomia, mas principalmente porque a pobreza material era dramática. É preciso compreender que a pobreza política se mostra em especial quando pessoas muito presas a dificuldades materiais básicas somente esperam soluções materiais. Não percebem o contexto político da pobreza e por isso não pleiteiam a devida transformação da sociedade como um todo. Esta perspectiva lembra a proposta sonsa da tecnocracia neoliberal de achar que pobreza se resolve com “repasse de renda” (Demo, 2003), como se renda fosse disponível e os ricos concordassem em tornar-se mais pobres em prol da sociedade. (DEMO, 2003, p. 134).

¹⁷ É mister citar Demo e sua explicação para pobreza política: É pobreza política a pobreza de espírito. É uma questão controversa, porque no Evangelho uma bem-aventurança é dada aos pobres de espírito, um tanto enigmaticamente. Usamos aqui no sentido negativo: pobreza de espírito como signo da mesquinha, arrogância, supremacia, prepotência. O senso comum desenvolveu inúmeras tiradas em torno da pobreza de espírito. Eis algumas: i) não há loteria que acabe com a pobreza de espírito; ii) a maior pobreza do ser humano não é a material, é a pobreza de espírito!; quando o espírito é pobre de sentimentos bons, não há dinheiro no mundo que engrandeça!; iii) as pessoas não são “pobres” pela forma como vivem; são “pobres” pela forma como pensam; iv) não espere atitudes nobres de pessoas pobres de espírito!; v) a pior pobreza é de espírito; vi) a necessidade de ostentação é a mais clara demonstração de pobreza de espírito!; vii) não há dinheiro no mundo que resolva a pobreza de espírito; viii) a pobreza de espírito é diretamente proporcional à necessidade que o indivíduo tem de demonstrar a sua riqueza material; ix) quanto mais rico for o homem, mais pobre é no espírito, uma vez ele não vê a dificuldade e sofrimento do próximo; x) há pessoas tão miseráveis que nem todo o dinheiro que possuem consegue salvar da pobreza ... de espírito! O lado talvez mais pertinente da pobreza de espírito é que se aplica aos ricos, especialmente. (Demo, 2021), saiba mais em: <http://pedrodemo.blogspot.com/2021/11/ensaio-709-pobreza-politica.html?q=educa%C3%A7%C3%A3o+e+pobreza+pol%C3%ADtica> .

É intencional que o neoliberalismo queira “um indivíduo incapaz de entender a importância da comunidade e de agir de acordo com o comum” (CASARA, 2021, p. 103), ele deseja que os sujeitos sejam individuais, se apartem da vida pública, sem conhecimento, de forma a não atrapalhar os negócios e seu processo de acumulação e obtenção de lucro. Para tanto, o que podemos colocar em questão são as políticas assistencialistas, que são usadas em troca de votos, sabemos que as políticas de transferência de renda são significativas na vida do pobre, mas não se tornam efetivas quando essas são trocadas por favor e, ao invés de contribuir para saída do estado de pobreza monetária, elas estabilizam o pobre, de forma a mantê-lo vivo e capaz de serem manipulados pelo sistema.

Nesse sentido, as entrevistas também buscaram compreender como essas mulheres percebem a pobreza, o que não é surpreendente, elas referem pobreza como circunstância da vida, o pior é enxergarem que o outro é pobre e não se verem como tal, para elas, ser pobre é passar fome, não ter onde morar ou o que vestir, duas delas vivenciaram tal condição e hoje se afirmam com uma boa condição de vida, é lastimável isso, porque ser pobre é muito mais que viver em condições de miséria, é não ter o destino em suas próprias mãos, é deixar o poder econômico decidir por sua vida e controlar sua mente ao ponto de manipular a existência, é ser domesticado. Além disso, as mulheres deixam evidente que dinheiro não é a causa dos problemas, mas também não afirmam qualquer criticidade sobre a sua realidade, incapaz de se perceberem enquanto sujeitas como um eventual aliado na construção e na manutenção da racionalidade neoliberal. O empobrecimento da linguagem gera dificuldade de se expressarem e argumentarem sobre suas histórias, fato que, na compreensão de mundo, as torna ignorantes, o que de certa forma é visto como vantagem para a sociedade atual, de acordo com Casara:

Grosso modo, a ignorância, até bem pouco tempo, era vista como uma negatividade. Mesmo as pessoas mais ignorantes procuravam fingir algum tipo de conhecimento diferenciado ou de erudição. Hoje, ao contrário, a ignorância passou a ser socialmente aceita a ponto de ser percebida como uma positividade e tratada como uma mercadoria. A ignorância tornou-se um estado de valor porque pode ser explorada tanto no plano econômico quanto no plano político. (CASARA, 2021, p. 104).

A sobrevivência é uma marca atenuante para elas que vivenciam, em suas trajetórias, a escassez do que é básico para se viver, que vendem seus votos em prol de um alimento, que não questionam seus direitos por se sentirem desprovidas demais para argumentar, que se contentam com uma cesta básica e apostam, na fé,

a mudança de vida, que têm suas vidas e mentes aprisionadas no meio em que vivem, essas mulheres vivenciam a pobreza por gerações, desde seus avós, pais e agora veem suas histórias se repetindo com suas filhas, é duro a vida de um pobre político, ausente de história própria, tuteladas pelo Estado e oprimidas pelo neoliberalismo.

Politicamente pobre é, em primeiro lugar, quem sequer consegue saber que é pobre. Eis o caso típico aqui. Essas mulheres viam-se pobres, mas não se “sabiam” pobres. Não tinham ainda desenvolvido suficiente consciência crítica de sua condição histórica. Predominava a percepção alienada de que tudo era normal. Em segundo lugar, esta falta de consciência impedia a noção de luta organizada coletiva, no sentido do controle democrático do Estado e do mercado, para que o bem comum prevaleça. Eram leões que lutavam sozinhas, perdidas no mundo, a sós com Deus (Sanchez, 2003). Estavam pressionadas por todos os lados: pelo mercado que as discrimina (Soares, 2002), pela sociedade que as olha com desconfiança, pelos homens que as vêem como esdrúxulas. Elas ainda apenas se defendem. Não descobriram que poderiam contra-atacar, desde que se organizem para tanto. (DEMO, 2003, p. 131).

Vimos o desafio que é para as mulheres chefes de família sobreviver, a situação de vulnerabilidade as coloca no lugar de pobres políticas. Mas é respeitável evidenciar a persistência que elas possuem, afinal assumir um lar, sem ajuda do cônjuge e com filhos pequenos é desafiador. Saber que além de ter responsabilidade própria existem, outras vidas que dependem delas. São mulheres que possuem determinação, mesmo diante de tantas adversidades, que fazem malabarismos em prol da sobrevivência da família, embora percebam alienação e a opressão que as rodeiam, é esperançosa a forma como desbravam a vida. Por vezes, suas histórias cruzadas em outras histórias, há subjetividade em cada uma, ser mãe em um mundo hostil, que responsabiliza as mulheres pelo cuidado dos filhos sem ao menos lhes dar condições para isso, é espinhoso.

Falar sobre pobreza para essas mulheres que lutam diariamente em prol da família, fatigante, porque não são as primeiras e nem serão as últimas a estarem em tal circunstância, os ciclos geracionais revelam isso, oriundas de famílias pobres econômico e politicamente, dão continuidade ao ciclo porque não lhe foram dadas condições de romper e mudar a história; a ignorância que é passada de geração a geração fortalece ainda mais o capital em seu controle social; a escola que deveria contribuir para tal benfeitoria, reforça o papel do capital e na maioria das vezes segrega e exclui os pobres. Não é possível culpá-las pelo empobrecimento político, mas também não podemos ter piedade por tal condição, isso as tornou vítimas e não empoderadas das suas histórias. É necessário compreender a realidade e intervir,

incentivando-as à participação política e coletiva, seria imprescindível políticas como educação, cultura, informação, e, sobretudo associativismo, acima de tudo, medidas que contribuam para que essas mulheres retomem o destino em suas mãos.

CAPÍTULO 04

I. POBREZA POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS - EDUCAÇÃO

A pobreza política surge em torno do amplo sentido da pobreza no mundo, já que nos discursos, sempre se retoma a insuficiência de renda; portanto, a politicidade da pobreza se torna fundamental para analisar o pobre. Destacamos ao longo desse trabalho diversas justificativas que legitimam a análise aprofundada sobre a temática, as entrevistas realizadas comprovaram a dificuldade que o pobre tem de se ver como tal, o processo de ignorância em detrimento da subalternidade, dependência de políticas assistencialistas e massa de manobra nas mãos do capital, revelam a situação latente que os pobres se encontram. É um desafio para a sociedade pensar em direitos humanos no século atual. Ainda mais na sociedade capitalista, que supõe a generalização do sujeito em um contexto individual, competitivo e de exploração, que vem acompanhado desde o liberalismo político e econômico. Tendo em vista essa análise, é necessário que haja um comprometimento com uma visão crítica e emancipatória dos direitos humanos, a fim de contrapor a necessidade do capital e contribuir para as necessidades humanas.

Os direitos humanos surgem a partir de um processo político e coletivo, como respostas às negligências sociais, uma conquista histórica, talvez seja um dos meios mais plausíveis na luta contra a pobreza política, porque a noção de direitos humanos surge a partir da consciência crítica na qual se projeta uma sociedade a partir do pensar, de maneira a reconstruir os erros cometidos no passado em direção a um futuro melhor, que engloba o bem comum e a qualidade de vida. Nesse sentido, os direitos humanos defendem uma educação que emancipa o sujeito, a fim de que ele consiga construir sua própria história, que gere autonomia e também promova a participação coletiva e política em torno da sociedade.

Contudo, para compreender a pobreza política, é preciso entender que ela é fruto da exclusão social, injustiça e imposição social, oriundas da cultura capitalista que provoca a discriminação, desigualdade e o controle social, com reflexos na educação, no emprego, da saúde e na habitação; que se apresenta na mente humana e se configura na subalternidade, escamoteando sua perversidade

dignificando o homem ao trabalho, o mercado passa a ser tratado como fundamento, como respostas as mazelas sociais, então tudo passa a girar em torno dele.

As ações sobre a sociedade e sobre os indivíduos têm por objetivo desenvolver a concorrência, adaptar os indivíduos a ela e domesticar as condutas. Para os neoliberais americanos, todos os domínios do mundo-da-vida remetem à ideia de empresa, isso porque toda atividade é assimilável a uma produção e é regida por um cálculo de rentabilidade. Para eles, então, deveria ser possível aplicar uma análise econômica, baseada em cálculos de interesse, a toda uma série de objetos que tradicionalmente se encontram desvinculados da lógica empresarial e de mercado, tais como a família, os casamentos, a educação dos filhos, a justiça, a criminalidade. As ações passariam a ser calculadas a partir da figura do homem econômico: aquele ente abstrato que representaria o indivíduo capaz de decidir de uma maneira previsível a partir de seus próprios interesses. (CASARA, 2021, p. 41-42).

Logo, tendo em vista a educação como um fator marcante, tanto para o capital se legitimar quanto para o pobre se perceber, produz uma ignorância social, como estratégia para manter a ordem vigente, tornando os pobres como massa de manobra. As políticas sociais de caráter clientelista, que favorece a troca de votos por interesse próprio, sistema educacional esgotado, tanto no sentido estrutural quanto no político, onde os professores, em sua maioria, repassam matérias desvinculadas com a realidade do aluno e vazias de criticidade, o aluno aprende a decorar; sobretudo, o descaso com os profissionais de educação que fazem malabarismos com poucos recursos, a precarização dos sindicatos e espaços coletivos, deterioração dos espaços culturais que contribuem para a participação popular, manipulação dos meios de comunicação, com o objetivo de promover o capital. As políticas sociais implicam no controle do pobre, que troca sua consciência crítica por uma cesta básica, dando-lhes o entendimento que a função do Estado é lhes servir. Para o Estado Tutelado (DEMO, 1995), os direitos humanos tem um papel fundamental na luta contra a hegemonia política.

Conforme afirma Herrera (2009, p. 91) “Uma estrutura ou ordem social estão condicionadas pela contínua interação entre as posições e as disposições”. Na perspectiva dos direitos humanos, a sociedade vive em relações e posições desiguais, tanto local como globalmente falando, para isso os direitos humanos têm uma proposta de relativizar ou equiparar essas posições desiguais existentes, isso se dá por meio de estratégias antagonistas que nos sirvam de guia ou metodologia para uma ação emancipadora. Essas estratégias que são afirmadas diante da ordem social hegemônica e contribuem para as situações de tensão social.

Os direitos humanos têm um papel importante para a sociedade, contudo é necessário que os críticos cumpram três condições, conforme apresenta Herrera (2009): A primeira, são as estratégias de reprodução das relações de força hegemônicas, ou seja, há uma desigualdade socioeconomicamente. Segundo, a hegemonia tende a reproduzir três ideias como a ordem social, sendo a eliminação de alternativas para melhora do quadro social, as obrigações morais referentes às posições e disposições e, finalmente, a construção de um aparato legal, normativo e estatal para que não haja mudança da ordem social e das posições e disposições. A terceira estratégia citada por Herrera (2009) trata sobre a necessidade da construção de sistemas de garantias jurídicas, políticas e econômicas da dita reprodução/dominação, que se apresentam como “cláusulas pétreas” que não admitem transformação.

Para que os direitos humanos, de fato, sirvam para toda a sociedade e humanidade é necessário que os críticos superem as abstrações que sustentam a teoria tradicional, que argumentem de forma a esclarecer as lutas pela dignidade em nosso mundo. A participação do pobre é essencial nesse processo, sendo um dos caminhos possíveis para que ele retome o destino em suas mãos. A formulação das políticas e programas sociais é realizada por técnicos e cientistas que estudam sobre a pobreza e tentam oferecer respostas às demandas sociais de fora para dentro, para o sistema é melhor que o pobre apenas receba auxílios e se contente com isso, porém quando ele participa gera incômodo ao Estado e aos doadores, porque ele se propõe a controlá-lo, uma vez que construir políticas sociais com sujeitos que se confrontam dialeticamente é muito mais complexo e demanda muito mais tempo que apenas impor, além do mais, pode contrariar o sistema. Conforme define Demo (1999, p. 03), “Na verdade, o sistema não teme um pobre com fome, mas teme um pobre que sabe pensar”. Por sua vez, a incapacidade do pobre ser elenco principal de sua história faz com que ele se torne figurante da história alheia.

Portanto, é imprescindível falar de educação no contexto de pobreza política e direitos humanos, a escola que gera autonomia e participação política dá aos pobres, condições de sair de tal situação. O artigo 26 da Declaração Universal de Direitos Humanos assegura a educação gratuita a todos, principalmente nos anos iniciais, indo mais adiante, ela afirma que a educação deve ser

orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades

fundamentais. A educação deve promover a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvar as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

É notória a potencialidade que a educação tem para a sociedade, ela promove consciência crítica e cidadania, mais valoroso ao pobre que bens materiais.

[...] O papel substancial da educação, em particular da educação básica, é o confronto com a pobreza política, no caso das maiorias excluídas, precisamente porque é impossível superar a pobreza sem o pobre. Ou seja, é impossível realizar confronto adequado com a pobreza se o pobre não conseguir saber criticamente que é pobre, e principalmente que é feito e mantido pobre. Podemos, por simplificação, reduzir esta competência à capacidade de saber pensar e de aprender a aprender, desde que se vincule a isto a mesma capacidade de intervir. [...]. (DEMO, 1999, p. 07).

Contudo, a aprendizagem oferece ao pobre a capacidade de fazer sua própria história e participar coletivamente da sociedade, pois ao fazer história própria também se constroem histórias coletivas. A educação tem um grande impacto formativo, como visto em debate, ela é potencialmente maior do que apenas capacitar profissionalmente, ou para aquisição material e barganha para competitividade e produtividade, embora ela não seja a salvadora da pátria, como saída da pobreza política, ela se mostra como um caminho possível. No contexto atual, a educação tem mais traços de instrucionismo do que de autonomia, pois ela é usada como meio para pleitear posições superiores, a respeito salarial, isso porque quando a educação é regida em prol do capital, o seu valor se resume no piso salarial e profissões bem sucedidas. Para tanto, o que a educação é capaz, transcende a economia, provê a qualidade formativa, oportunizando os processos autorais de aprendizagem (DEMO, 2015, 2018). A mudança de vida tanto esperada pelo pobre que anseia por ter concluído os estudos, conforme define Freire (2017), dá ao pobre a possibilidade de ler sua realidade, de compreender a pobreza que o escamoteia e, mais ainda, conseguir visualizar que a cultura capitalista quer que o mesmo viva em tais circunstâncias.

A educação pode tirar o pobre da comodidade, isto é, contribui para sua emancipação, quando este, primeiro, busca por mudança, logo a ferramenta primordial nessa busca chama-se educação aliado a outras políticas públicas fundamentais. Na perspectiva dos Direitos Humanos, a educação torna-se peça fundante, uma vez que é necessário que o sujeito tenha domínio sobre a própria história, seja consciente sobre o universo que está inserido e tenha crítica sobre esse meio. Por isso que a educação está em constante debate, em meio a cabo de

guerra, pois o neoliberalismo, em sua perspicácia, sabe que ela pode aprisionar ou libertar o oprimido e ainda mais, sabe a consequência que lhe custará a emancipação. A escola, por sua vez, que deveria ser o local para o pobre ir em busca de sua autonomia, vive em sucateamento, sua estrutura ou a falta dela afeta na relação de ensino-aprendizagem, são diversos obstáculos que surgem impedindo a relação do educando com o educador.

Iniciamos pela relação entre o aluno e o professor, que por diversas vezes, não se entranham na realidade que o aluno está inserido, um debate que surgiu em 1960, Freire (1997) aborda a questão da conscientização, ter conhecimento sobre a realidade como ação transformadora, por meio do diálogo horizontal, que exige a amorosidade e respeito aos seres humanos. Um termo muito utilizado por ele é a “dodicência”, ou seja, a capacidade do professor e alunos aprenderem entre si, um compartilhar de aprendizado. Freire compreende que os temas geradores podem ser um caminho para essa partilha de conhecimento e também traz uma aprendizagem significativa para o aluno, onde ele sentirá mais interesse em compreender acerca de um tema no qual faz parte da sua realidade; além disso, esses temas são capazes de nortear a questão científica e instrumentalizar o professor para o ensino. Logo, o autor, traz como metodologia de ensino, investir na realidade por meio da problematização e temática, que deveria ser usado até hoje, desde o ensino primário até o ensino superior, algo que é repensado a partir do contexto social. Além do mais, para ele não existe neutralidade, pois a educação acontece a partir da reflexão sobre a prática que é construída junto com os alunos e professores. Contudo, a modernidade tem tentando acabar com essa utopia capaz de transformar a sociedade, ajustando o indivíduo a uma realidade injusta. Para ele, não podemos nos conformar com uma educação que oprime e mais ainda, afastar-se da própria autonomia do pensamento, conforme define Demo:

É pobreza política abandonar o próprio saber pensar, deixando ser pensado por outros. A vassalagem é fenômeno conhecido na história humana, desde aquela imposta por mandantes prepotentes, até aquela aceita como tática de viver melhor à sombra e à sobra dos outros. Obediência pode ser virtude religiosa, também civil (filhos devem obediência aos pais), mas facilmente é subserviência, a ponto de se despir da personalidade própria, para gravitar em torno de alguém, na condição de satélite. Um dos problemas maiores com supremacistas é que não admitem ser contestados, criticados, divergidos, pois se consideram donos da verdade. No entanto, a virtude mais importante do saber pensar é questionar, fundado no autoquestionar. Diríamos que frequentamos a escola, entre outras razões, para aprender a pensar por si. Nunca pensamos só por si, porque esta autonomia seria doentia. Mas é importante desenvolver a habilidade de saber formular suas propostas e divergências, com base na autoridade do argumento (a força

sem força do melhor argumento) (DEMO, 2011). Professor é mediador; não causa a aprendizagem de fora, de cima, pois aprendizagem é autoria, de dentro. Há professores, porém, que se acham causadores da aprendizagem do aluno, submetendo-os à instrução mais autocrática. Não promovem o saber pensar, pois consideram que só professor sabe pensar. (DEMO, 2021, n.p)

Portanto, pensar em emancipação no contexto de mulheres, chefes de famílias, que são pobres politicamente, é trazer ao debate Freire, e suas ideias que norteiam, até os tempos atuais, a melhor maneira de se pensar educação de forma a intervir na pobreza. O pensador parte das relações humanas e da cultura para pensar educação, ou seja, não é possível fazer educação sem conhecer o educando, sem mapear cientificamente qual universo o mesmo está inserido. A educação se inicia no processo de compreensão das diversas culturas existentes e das realidades vividas, ela passa a ter mais sentido para a pessoa que aprende a partir do momento que ela se sente parte da leitura do mundo; portanto, é necessário mapear profundamente a realidade. E para além de mapear, inserir o pobre nesse contexto. Como parte dessa análise, o que ocorre é que na maioria das vezes, o pobre pode até ser inserido no debate acerca da sua circunstância, mas dificilmente é lhe dado autonomia para pensar e promover respostas que possam gerar mudanças significativas em seu contexto, eles, os pobres, acabam sendo utilizados como experimentos científicos, a fim de comprovar questões que os rodeiam e finda-se por isso, não há um segundo passo, uma intenção de contribuir de fato para sua trajetória.

Falar nessa pesquisa sobre a sobrevivência de mulheres pobres que moram na Santa Luzia/Estrutural, partiu primeiramente da relação que a pesquisadora tem com o território, pois é difícil se aprofundar em suas histórias sem ter um mínimo de relacionamento e conhecimento de suas realidades, e acima de tudo participar. Foram quase 05 anos de atuação no local, com elas e com seus filhos, promovido por meio de organizações sociais e vivência no próprio local, incluso a militância. Sem dúvidas, a educação era uma grande questão para essas mulheres e também para seus filhos, em uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso¹⁸ que tinha como objetivo analisar a evasão escolar dos menores que viviam no setor, teve

¹⁸O (NÃO) DIREITO À EDUCAÇÃO DA COMUNIDADE SANTA LUZIA/ CIDADE ESTRUTURAL. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título Bacharel em Serviço Social. Orientador: Prof. Dr. Evilasio da Silva Salvador, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17466/1/2016_KessyaSiqueiraDeSouza_tcc.pdf

como compreensão que a baixa escolaridade está interligada a falta de instrução dos pais e, por coincidência, ou até mesmo o ciclo de vida, as crianças e adolescentes deixavam a escola na mesma série que seus pais pararam. Atualmente, após quase 06 anos, analisar as trajetórias dessas mulheres e perceber que houveram poucas mudanças é lastimável, ainda mais com um olhar para a pobreza política, umas das mais densas pobreza que existem.

Logo, a educação sempre estará em debate, na maioria dos contextos de vulnerabilidade social, ela se apresenta como fator fundante para o sujeito. Contudo, não basta apenas afirmar que o pobre precisa estudar, se a escola não lhe oportunizar uma educação que emancipe e gere autonomia, que o motive e capacite para a vida, para a família, para a coletividade. Freire foi sábio ao relacionar a educação em três fatores primordiais, o educador, o educando, e a estrutura, no sentido de recursos humanos e físicos. Como define Demo:

É o que esperamos também da escola, em especial do que temos chamado de alfabetização, como projeto de vida, não dos três anos iniciais do EF previstos em lei. Por isso mesmo, alfabetização tem sido muito escrutinada e arguida, sob termos correlatos bem mais exigentes, como letramento, literacia, alfabetismo (SOARES, 2004): tomando alfabetismo como capacidade de entender e produzir texto, não apenas de decodificar letras e números, analfabetos funcionais seriam, no Brasil, 30% (INAF, 2018); adultos proficientes seriam apenas 12% (é o que resta da escola). Para termos este resultado, porém, teríamos que, como alega a BNCC (num ato falho, creio), “recriar a escola” (2018:462), mudar tudo de alto a baixo, para que se torne uma entidade de garantia do direito do estudante de aprender como autor. Possível é, porque temos escolas de qualidade reconhecida, também públicas, mas é um desafio descomunal, porque nos acomodamos no instrucionismo que nos devora. É cinismo desbragado presumir que, frequentando a escola que temos, estamos erigindo as condições suficientes de emancipação dos estudantes, porque mais facilmente ocorre o contrário. Os estudantes completam o EM em condições formativas muito precárias, não sabem matemática, não sabem língua portuguesa, não sabem estudar, pesquisar, elaborar... Ou seja, “não se formaram”, apenas foram “instruídos”, mal e porcamente. (DEMO, 2020, n.p).

As questões que a escola apresenta são perceptíveis: além dos diversos enfrentamentos que o pobre vivencia, a escola acaba sendo mais um desafio, permanecer nela até a conclusão do ensino básico é laborioso, ainda mais para as mulheres pobres, que, em sua maioria, tem histórico de gravidez precoce, e juntamente com a luta pela sobrevivência dos filhos pequenos, vem o abandono escolar. Porém, a escola ainda assim é de extrema importância para a vida de todos, é tão essencial que, na pesquisa, as mulheres relataram que gostariam de ter concluído seus estudos, com almejo de esperança de um futuro melhor, mas, também pode ser um embuste. Apostar na escola como uma política crucial capaz

de decidir pelo futuro das próximas gerações pode ser arriscado, como já dito, a educação por si só não transforma a realidade, outra questão que precisa ter em mente é que não é só a escola que precisa de mudança, o sistema como um todo, é preciso ir a raiz do problema. A escola deve ser capaz de fazer-se oportunidade (DEMO, 2020), de conceder autonomia e autoria sobre a própria história, ela tem muito a contribuir, mas, primeiro, é preciso mudar para depois promover a emancipação.

II. POBREZA POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS - EMANCIPAÇÃO

É importante enfatizar a emancipação como outro fator que contribui para superar a pobreza política, Freire (2017), em seu debate sobre pedagogia da autonomia já havia considerado a emancipação como parte da autonomia, quando o sujeito consegue ler a realidade, assim ocorre o processo de conscientização, o que deveria ser consequência de uma educação que liberta, ela vai de confronto ao auto criticidade, resultando no reconhecimento da subalternidade. Quando o assunto é educação e autonomia, Freire (2017) é um dos precursores nesse debate, um grande educador, que teve suas teorias como base da educação até os tempos atuais, embora ainda tenha muito que mudar, a escola foi projetada para ser contribuinte no aprendizado que transforma, ainda mais quando esta é voltada aos oprimidos. Busca-se incansavelmente a libertação dos excluídos, mas é possível discernir que o efeito coletivo contribui no pensamento em prol da coletividade, a fim de que o liberto não apenas individualize em seu processo e passe de oprimido a opressor, porque isso não é emancipar e sim outra forma de aprisionamento, se tornar tirano o submete a outro tipo de jugo, onde o mesmo deixa de ser denegado e passa a ser alienado ao poder, para tanto, compreende-se que existem dois tipos de emancipação, a do oprimido e do opressor, ambos precisam compreender a pobreza política que os crescem. Freire temia isso, sabia que a educação em sua potencialidade pode se tornar uma conquista em prol da coletividade ou uma alienação para controle social, uma linha tênue entre liberdade e a concupiscência.

Portanto, a escola é um campo de construção coletiva, onde o sujeito tem a possibilidade de emancipar na sua subjetividade, mas também de se desenvolver no campo objetivo e coletivo; a escola promove as relações sociais, porque nela existe uma diversidade de pessoas e contextos históricos vivenciando um mesmo fator, isto

é, se educar, adquirir conhecimento e se libertar. Contudo, a escola pública brasileira já se apresenta com uma série de desvantagens aos pobres, ademais, de todos os dispêndios que eles vivenciam em sua trajetória, uma porque acha que por serem pobres merecem qualquer escola e qualquer educação, outro porque o pobre precisa de algo que seja superior a ele, isto é, uma escola que eleve seu patamar a nível crítico, que consiga trabalhar as desigualdades presentes na sala de aula. Este é o embate político: entre oferecer uma escola que seja boa o suficiente para gerar autonomia ou uma escola que apenas cumpra um direito instituído, sem se importar como essa escola se desenvolve e em quais condições o corpo educacional (professores, diretores, educadores, alunos etc.) trabalha, como descreve Demo:

Esta argumentação toma a sério as necessidades dos marginalizados, reagindo frontalmente contra a tendência (“efeito de poder”) de oferecer a mesma escola para todos, como se isto tivesse os mesmos efeitos para todos. Sem falar que a escola privada é oferecida apenas a quem pode pagar (atende a 10% dos alunos brasileiros no ensino fundamental), a multidão que acessa a escola pública é muito diversificada, por conta da estratificação social marcada por fortíssima concentração da renda. (DEMO, 2015, ensaio 42, n.p.).

É um desafio para a educação pública, uma vez que dentro de uma escola existe uma diversidade de histórias e famílias inseridas em contextos diferentes, logo, não há como generalizar o aprendizado. “Não se pode, pois, tratar do mesmo jeito pessoas tão diferentes, porque isso só leva a aguçar a desigualdade.” (DEMO, 2015, n.p). Além dos diferentes níveis de alfabetização, em sua precariedade em termos de vocabulário, leitura e acesso à informação, se acresce a insegurança alimentar, violências nos contextos familiares e vulnerabilidade socioeconômica, são situações que estão dentro da escola, não é possível desvincular, é a realidade que os alunos estão inseridos, por isso a importância de mapear cientificamente qual universo que os educandos estão inseridos (FREIRE, 2017).

São discrepantes as desvantagens entre o pobre e o rico. No contexto de pandemia, as desigualdades se evidenciaram, além de se potencializarem, é o que expõe o relatório feito pelo *World Bank* em parceria com a UNESCO e o UNICEF, em dezembro de 2021, no qual apresentaram dados que revelaram a situação crítica que se encontra o cenário educacional, isto é, significou a perda de 14% do PIB global atual, como resultado do fechamento das escolas relacionadas com a pandemia COVID-19, em números, seriam 17 trilhões de dólares em ganhos ao longo da vida que deveriam ser destinados aos estudantes; são alarmantes os dados, somados às dificuldades antecedentes à crise sanitária, onde já haviam 50%

de crianças nos países de baixa e média renda em situação de pobreza de aprendizagem (*Ending Learning Poverty*). Atualmente, de acordo com a UNESCO, UNICEF e WB (2021), esse quadro pode piorar e atingir os 70%, em consequência aos fechamentos das escolas, as próprias instituições compreendem a dificuldade que é para a população pobre permanecer na escola, com a COVID/19 essa situação se intensifica, pois eles reconhecem que os programas de ensino a distância são ineficientes para assegurar a continuidade da aprendizagem durante o fechamento das escolas, ainda mais, que o retorno pode ser árduo para um número significativo de crianças, além do impacto na produtividade, rendimentos e bem-estar futuros desta geração de crianças e jovens, das suas famílias, e das economias mundiais, há uma grande perda na aprendizagem.

Dito isso em termos econômicos, mas o retrocesso político é muito pior. Não são 17 trilhões de dólares perdidos, como diz a UNESCO, UNICEF e WB, são inúmeras famílias e crianças com agravamento da educação em seus lares, que no futuro terão consequências drásticas, porque apenas o tempo, de fato, poderá estimar o tamanho da perda com a educação, sobretudo que a escola pública não tem nenhuma condição de retirar o atraso, agravado pela crise sanitária, sem contar com as dificuldades que as famílias enfrentam em suas particularidades que podem dificultar mais ainda o retorno a sala de aula. Percebe-se que a escola não está preparada para enfrentar tais questões:

Neste sentido, não é justo oferecer aos pobres “a mesma escola”, como se isso fosse princípio democrático, porque desconhecemos suas necessidades concretas causadas pelo atraso histórico-cultural. Concretamente, precisaríamos oferecer a escola de que ele precisa, ou seja, suficientemente profissional para saber lidar com o atraso, eliminando-o na primeira hora. A mesma refeição para o normal e o anêmico não funciona; esta precisa de uma bem reforçada e adequada. Pensava-se que a Escola de Tempo Integral fosse esta escola, mas, até hoje, não vingou, mesmo em sua mais recente ressurreição sob o nome de Escola Integral, porque acaba sendo, na modorra geral do nosso sistema de ensino, a mesma escola péssima esticada para oito horas. Para tornar-se trampolim emancipatório a Escola Integral precisa diferenciar-se astronômicamente, para poder oferecer aos pobres a chance necessária, não “a mesma” condição desigual. Com razão, duvida-se que o sistema público seja capaz disso; hoje podemos duvidar também se o privado seria capaz. Mas, mesmo com séries históricas tão combatidas do Ideb, a oferta pública ainda detém nossas esperanças. Precisamos reinventar esta escola, sob o signo de um “sistema de aprendizagem”, particularmente qualitativo para os mais pobres. (DEMO, 2015, ensaio 42, n.p).

A escola tem uma função importante nos processos emancipatórios, contudo o principal protagonista é o próprio pobre, a diferença de fazê-lo sujeito de sua vida e individualizá-lo está nas ferramentas estratégicas para seu desenvolvimento.

Individualizar significa colocá-lo como único e responsável pelo seu sucesso, por meritocracia, ausentando todas as questões ao redor que contribuem para sua formação. Torná-lo agente principal é dar subsídio para seu desenvolvimento, fazer-se oportunidade, a fim de que o mesmo consiga ler sua realidade, como diria Freire (2017), mesmo que tenham contribuição para seu processo de emancipação com intelectuais orgânicos, por exemplo, ele quem irá ter a palavra final, a consciência sobre sua história, sobretudo de forma autocrítica, nesse sentido, ele, aos poucos, vai deixando de ser subalterno.

Para tanto, a educação é uma das oportunidades, para o oprimido, um caminho que o aproxima da linguagem emancipatória, considere como acadêmica e formal, um linguajar com mais propriedade, entendimento e não pobre e vazio. Percebe-se que uma das maiores dificuldades do pobre é falar sobre si, é explanar o que lhe ocorre, saber descrever sua história, pois a dificuldade de encontrar palavras, que possam lhe gerar entendimento sobre o que fala e também dialogar com outro sobre o contexto que vive se resume a limitação do conhecimento. Por isso que uma pesquisa qualitativa acerca da temática pobreza é dispendiosa, tentar interpretar o que o pobre tenta comunicar, extrair de sua compreensão em meio a respostas dadas às entrevistas, de caráter argumentativo, que apresentam em sua maioria contestações vazias e alienadas, é laborioso. Ao contrário, ao apostar apenas nos dados quantitativos silencia essa etapa de comunicação entre o pesquisador e o oprimido, algo citado anteriormente. Como descreve Demo (2015, n.p), “‘Ler’ a realidade significa ‘contraler’ (DEMO, 1994), desconstruir a condição subalterna e reconstruir projeto próprio alternativo, para fazer-se autor, sujeito”. Por isso, dar voz ao sujeito oprimido é tão importante, pois, se o mesmo, não possui voz própria, alguém responde por ele, lhe tirando a oportunidade de ser sujeito da sua história.

Além disso, não é suficiente ter uma linguagem acadêmica é preciso ter a capacidade desconstrutiva e argumentativa, o confronto direto, feito pela ciência; os embates geram argumentações que podem fortalecer o colonialismo, eurocentrismo, machismo, racismo, entre outros (DEMO, 2015). Esse é o ato científico, argumentar, questionar, contrapor; os intelectuais orgânicos fazem parte desse processo, auxilia o pobre nesse desafio, como dito anteriormente, a pesquisa qualitativa favorece nesse quesito, por meio da pesquisa participante, pesquisa-ação, assim por diante, com o objetivo levantar os problemas, mas também as respostas para tais questões,

e nas soluções ter o pobre como principal agente. Recapitulando, protagonizar o pobre é um dos primeiros passos para elucidar o debate sobre pobreza política, porque concluímos que ela é avassaladora, que massacra o pobre retirando sua autonomia de conduzir a vida, o opressor se torna seu cabresto.

Somente o pobre pode mudar sua circunstância, não ele sozinho, mas como dito, como protagonista de si, por isso não é função da escola doutrinar e sim emancipar, dando ao sujeito capacidade da crítica e autocrítica, ou seja, desconstruir (crítica), mas, também, permanecer em constante desconstrução (autocrítica), é um processo de sucessivas mudanças, (DEMO, 2015). Após a reformulação e protagonização do pobre, seguimos para capacidade associativa, (DEMO, 2015), para que a crítica chegue ao coletivo, como os espaços de participação social e político (sindicatos, associações, movimentos sociais), a fim de proporcionar o enfrentamento ao capital, uma luta política, ideológica e de poder; esta é uma forma de tomada de posição da sociedade civil para bem operacionalizar o contexto no qual estão inseridos. Essa forma de participação se fez presente na *polis grega* em que todos aqueles que eram cidadãos comuns participavam na arena política, exceto crianças, mulheres e escravos. Para tanto, a participação social é fundamental para construção e preservação dos direitos sociais, da construção de cidadania e do fortalecimento da sociedade civil como parte do processo de democratização do Estado, tendo os espaços de debates e participação coletiva como promoção da justiça social, algo que será melhor explanado no tópico seguinte.

III. POBREZA POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS - PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ainda nesse debate sobre pobreza política e direitos humanos, colocamos em pauta a discussão sobre a função social do Estado, com origem do *Welfare State*, que sucede do Estado de Direitos, este que formaliza da Constituição Federal de 1988, um marco fundamental para a sociedade, pois a Constituição é consequência da participação social, posterior a isso vem a execução das Leis, sendo transformadas em políticas públicas para o bem estar social, onde entra a função do Estado Social, ele é importante para intervir nas desigualdades sociais promovidas pelo capital. Em lado oposto à economia, esse tipo de Estado promove a regulação do mercado neoliberal, uma vez que para o capital há uma rejeição de que exista

outro poder intervindo na sociedade que contrarie o controle econômico. Contudo, a importância do Estado, social e de direito, é ser um instrumento para exercício da cidadania, o que gera qualidade política para a sociedade.

Seria um bônus, socialmente descrevendo, se o Estado de fato exercesse o papel de construtor da cidadania, contudo, percebe-se que ele adotou um lado, sendo o da economia, onde a livre iniciativa econômica sobreescreve a regulação estatal. Conforme descreve Demo:

Em alguns países o welfare state avançou para ofertas universais públicas de política social, com destaque para educação e saúde, na expectativa de que educação e saúde não se comprem, nem se vendem; são bem comum. Sistemas educacionais e de saúde eram de acesso universal, vedada a presença da iniciativa privada, a não ser excepcionalmente, como em escolas religiosas ou Santas Casas, que, ao final, tinham gestão privada, mas eram, *stricto sensu*, entidades públicas. A oferta pública, por deter qualidade elevada, coibiu a oferta privada de maneira aparentemente natural, pois não faria sentido pagar uma oferta privada que não diferia da oferta pública. O welfare state ocorreu, contudo, numa ínfima ilha da fantasia na Europa Central e não foi acolhido nos Estados Unidos, em grande parte porque o neoliberalismo americano está entre os mais fundamentalistas do mundo: o mercado regula a sociedade e o Estado, não ao contrário. (DEMO, 2022, p. 01 - Ensaio 793).

Ao longo dos anos o Estado passou por vários debates, entendimentos e formulações. Como podemos observar: Hobbes (1979) defendia um Estado baseado no contrato social, um governo soberano absoluto, pois o autor parte do pressuposto de que o homem por si só não é bom e, para que um conjunto de homens e mulheres consigam viver em harmonia, é necessário que haja uma sociedade política, administrada pelo Estado, estabelecendo-se uma ordem moral. Para Locke (1994), o poder político inicia-se na condição natural do homem, no qual ele irá chamar de Estado da Natureza, onde os homens são livres e possuem consciência sobre suas ações e que os mesmos são capazes de estabelecer limites para si. O autor aponta que o homem tem a liberdade em si mesmo, de lhe fazer o bem, e essa liberdade acaba quando o mesmo começa a causar dano a própria vida ou de outrem. Isto é, há uma única lei no Estado de Natureza que é regido a todos os homens, zelar pela humanidade. Já para Durkheim (1983), o Estado é responsável por todo pensamento social, ele é quem conduz a coletividade da sociedade que tem como objetivo “prevenir certos maus efeitos da associação” (DURKHEIM, 1993, p. 48), isto é, o indivíduo ao nascer, pelo simples fato de existir, já possui direitos. E por fim, Marx, acreditava em um Estado que garantisse a cidadania, sendo o instrumento para a mesma, com foco nos trabalhadores onde a função do Estado

passaria a ser ditada pela classe operária e os bens econômicos seriam repartidos na mesma medida, apostando na igualdade da sociedade (DEMO, 2022).

O Estado passou por vários debates e alterações ao longo da história, e o foco dos autores partia sempre do Estado como principal gerenciador da sociedade, contudo, o que precisa ser compreendido é que o Estado é consequência, meio, e não causa, é a cidadania quem irá descrever a função do mesmo. Marx quase se aproximou desse objetivo, mas falhou quando apostou que o Estado¹⁹ quem deveria garantir a cidadania, o colocando como parte fundamental das relações sociais, mais ainda, o foco da cidadania para Marx se resumia à classe trabalhadora, capazes de serem representantes da sociedade, criando dessa forma uma ditadura do proletariado (DEMO, 2022). Quando há centralidade no Estado, ele pode ser usado pela sociedade e pela economia com estratégia de manipulação política e ideológica, ou seja, conforme aponta Demo:

Então, o Estado não é uma entidade superior, um garante ou fortaleza da sociedade mais necessitada, uma referência acima da sociedade, mas típica instrumentação a serviço da sociedade, ou seja, será usado pela parte da sociedade que sabe manipular o Estado, sobretudo a elite. Não é o que diz ser, pretende ser, bravateia ser, mas o que a cidadania organizada o faz ser e pretender. Assim como não cabe a hipostasia do mercado, não cabe a do Estado, porque, sendo ambas instrumentações por parte da cidadania organizada, é esta que os regula, não ao avesso. (DEMO, 2022, p. 02 - Ensaio 793).

A questão central é acreditar que o próprio Estado teria vocação por si, entendendo que o mesmo pode ser manipulado por uma parcela da população (burguesia), em prol dos seus interesses e em busca de privilégios, como afirma Demo (2022, p. 03): “A qualidade do Estado não vem dele, mas da cidadania organizada – a qualidade do Estado é aquela da cidadania organizada”. A depender de como a sociedade se organiza em prol dos seus direitos, ela pode gerar boas compensações para a população ou apenas privilégios para pequenos grupos, como podemos observar no caso da educação brasileira: as escolas sucateadas são destinadas aos pobres, isto é, a maior parte dos estudantes são de escolas públicas

¹⁹ Certamente, Marx foi estrito demais em sua visão do Estado: manter salário pequeno igual para todos; ocupar os postos públicos por eleição, podendo os funcionários, a todo momento, ser demitidos (deseleitos); constariam apenas as funções públicas estritamente necessárias ao bem comum; não poderia haver privilégios de qualquer sorte, reagindo frontalmente contra experiências vigentes de pequenas-burguesias encasteladas no Estado; não haveria exército permanente, substituído por milícias temporárias. A rigor, o Estado visualizado por Marx é menor que o Estado visualizado pelo neoliberalismo, embora as razões sejam diametralmente opostas. Marx insistiu em excesso na tecla da igualdade de todos, ignorando as diversidades. Com o olhar de hoje, não é viável pagar o mesmo salário para o Juiz e para o gari que limpa as ruas. (DEMO, 2022; p. 02 - Ensaio 793).

(82,6% - Inep/Censo Escolar 2021)²⁰. Nesse sentido, quem estuda o ensino básico em escola pública são, em sua maioria, classe baixa e média, exceto a universidade, que tem um grande renome e uma grande contradição, por ser uma instituição pública deveria ser acessada pelos pobres, contudo ela é composta majoritariamente por alunos que tiveram formação anterior em escolas privadas.

A elite brasileira vai demarcando seus espaços de privilégios na sociedade, usam das próprias conquistas sociais, que deveriam ser para o coletivo, em prol de si, reformulam o *status quo* para obter benefícios e vantagens. Aos pobres, nem sequer lhe são dadas oportunidades para questionar, uma vez que estes estão imersos na pobreza política e acreditam estar em tais circunstâncias por força divina, ou falta de esforço próprio, logo, para eles são destinadas políticas públicas sucateadas, como saúde e educação. A subalternidade os silencia e os acomodam com restos e migalhas dadas pela elite. O Estado, por sua vez, contribui para essa cidadania manipulada e assistida, que legitima o poderio da elite e seu massacre sobre os oprimidos. Como define Demo:

O Estado pode ser transformado em guardião do bem comum, não por vocação, mas se a isto for obrigado pela cidadania organizada. Todo Estado tem enorme chance de se corromper, começando pela concentração de poder e dificuldade extrema de controlar os mandantes, mas será menos corrupto se sentir o peso da cidadania todo dia. Partidos de esquerda que eventualmente chegam ao poder facilmente cedem à tentação, não havendo nenhum que seja imune a esta praga. A elite do funcionalismo público, sempre capaz de definir carreiras “essenciais” do Estado como merecedoras de altos salários e respectivos privilégios, ignorando o trabalhador comum, aquele de salário-mínimo do setor privado, mas também de serviços vistos como menos nobres na esfera pública, facilmente se instala no Estado como seu espólio, manipulando remunerações que conspurcam a lisura pública de um Estado que tem por função exclusiva servir à sociedade. (DEMO, 202, p. 03 - Ensaio 793).

A cidadania organizada seria um dos caminhos possíveis para repensar as relações sociais, que hoje é marcada pela exclusão do pobre, privilégios para os ricos. O neoliberalismo como centro das decisões e controle democrático, o Estado como controlador dos pobres, assistencialista, que favorece a elite e fortalece o capital. A educação seria outro caminho que o pobre tem de se emancipar e contrariar o cenário, ou seja, de refutar a elite opressora e o Estado manipulador, pois primeiro ele se liberta de sua miséria, por conseguinte o coletivo em completude da libertação promove a participação social como exercício da cidadania. O pobre

²⁰ Saiba mais em:

https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf Acesso 01 de setembro de 2022.

deixa de ser cômodo e apenas votar, passar a questionar, a impor e propor, um confronto de baixo para cima, gerando qualidade nas políticas públicas, de forma que não deixe apenas o Estado responsável por essa função se eximindo da responsabilidade de avaliar constantemente cada passo que ele dá.

Então, é hoje tese firmada que o bem-comum está na guarda do Estado. Foi enorme salto civilizatório, mas é sempre o caso manter a análise crítica dos riscos inerentes a este gesto que pode enfraquecer a cidadania organizada incisivamente, levando, por exemplo, a um Estado populista e assistencialista que promete erradicar a pobreza com assistências residuais, um golpe dramático que é parte de nossa Constituição (Art 3º, III). Consta como enfeite do “democratismo”, e penetra programas de transferência mínima (minimalista) de renda que alardeiam estarem erradicando a pobreza, quando não vão além de aliviar. Este efeito de alívio já é relevante para os pobres, pois se trata de assistência devida, mas nada tem a ver com erradicar a pobreza, que, se fosse tomado a sério, demandaria reinventar o sistema produtivo. Ao final, o efeito populista excede o efeito de alívio. (DEMO, 2022, p. 04 - Ensaio 793).

A participação social também é vista como outro contribuinte para a emancipação do pobre, pois é na coletividade que os sujeitos se constroem e reconstroem, uma oportunidade de ser questionado, de ouvir outras ideias, de contrapor, de conviver com a diversidade, pois só é possível traçar uma sociedade igualitária²¹ quando há pluralidade nos debates coletivos. Não é apostando nas frentes ideológicas (capitalismo e socialismo) que o oprimido se liberta, mas entendendo suas ineficiências e limitações, como descreve Demo (2022, p. 06) “Não é o caso postular um hiperestado ou um hipoestado, pois, sendo da ordem das instrumentações públicas, são meio para um fim”. Quem pode garantir a cidadania é o próprio cidadão, mas para isso ele precisa estar devidamente organizado, politizado e munido de informações, conhecimento (deve ser educado) e ter senso crítico e autocrítico; desta forma, se formula um Estado que gerencia os interesses coletivos por meio da qualidade formal e política da cidadania organizada.

A participação social, também, é uma das pautas e debates para os direitos humanos, através da cultura de direitos humanos e a articulação de políticas para a garantia dos direitos sociais, logo, as instâncias coletivas são canais de diálogo para os cidadãos. Além do mais, a democracia participativa é um direito fundamental da cidadania. Por fim, a participação, quando conduzida adequadamente, pode alcançar objetivos ainda maiores no sentido da construção da cidadania. O indivíduo participante, e o coletivo, terão oportunidade de aprender a responsabilizar-se pelos

²¹ Ao final, a referência mais relevante da discussão está no bem comum democrático e republicano, por indicar que a sociedade se compromete com a inclusão amplamente majoritária de todos, num contexto que mescla igualdade e diferença (igualitário). (DEMO, 2022, p. 06 - Ensaio 793).

destinos da sociedade, a usufruir e exercer seus direitos de cidadania e a se capacitar para exigir o respeito à sua opinião e processos de consultas públicas mais constantes.

CONCLUSÃO

Foi percorrido um grande caminho analítico para chegar até aqui, falar sobre pobreza política e sobrevivência, um olhar sobre as moradoras da cidade Estrutural foi um desafio, uma vez que a discussão girou em torno do que vem a ser pobreza no seu sentido político, isto é, um outro olhar para a pobreza, para além da insuficiência de renda é não ter o destino em suas próprias mãos, o que se apresenta como algo pior que a ausência de condições econômicas e materiais. Desafiador, porque no processo de construção da pesquisa há também um processo auto avaliativo por parte do pesquisador, isto é, dado como processo emancipatório, uma vez que em debates coletivos, na escrita e leituras individuais que se formula o pensamento crítico, base necessária para exercício da cidadania e domínio sobre a própria subjetividade, uma forma de reavaliar a leitura sobre o mundo e as frentes ideológicas (capitalismo e socialismo). Sobretudo, quando nos colocamos na condição de falar sobre o outro (mulheres pobres), é instigante.

Essa pesquisa foi iniciada com argumentações sobre a importância de ampliar o conceito de análise acerca da pobreza, e o quão potente é o foco na pobreza política, percebe-se que não basta apenas transferir renda ou redistribuir a economia, a raiz do problema é mais profunda, está associada a não saber sobre sua história, deixar outra pessoa conduzir seu destino. As condições que o pobre se sobrepõe para viver são lastimáveis, a subalternidade o coloca em posição totalmente desvantajosa na sociedade, mais ainda para as mulheres, que além de cuidarem dos filhos pequenos, ainda têm que garantir a sobrevivência da família, como as próprias participantes da pesquisa relataram, é fazer malabarismos ou “matar um leão” todos os dias em prol da sobrevivência, isso porque a preocupação dessas mulheres é sobre o que comer, vestir e onde dormir, as vezes pensa-se sobre ir à escola, quando isso ocorre, é consequência das políticas sociais que instituem a assiduidade escolar como contrapartida para recebimento dos benefícios, mal se tem tempo para pensar em sua trajetória, engolidas pela agitação suburbana do cuidado com casa, filhos e emprego retirando toda ociosidade e para além, ocupando seu tempo ao ponto de estabelecer prioridades; nesse caso, a participação social se torna plano secundário, ou seja, se der tempo é pleiteado debates com associações de moradores sobre o território onde vivem.

Estratégico do neoliberalismo, individualizar as pessoas em suas vidas corriqueiras a fim de que corram atrás de bens materiais e econômicos ao ponto de sobrar pouco tempo para compartilhar debates coletivos, há um distanciamento das relações sociais cotidianas, ou seja, dos espaços de mobilizações sociais. O trabalho, já é um grande exemplo dessa estratégia, uma vez que se estabeleceu normas de carga horária, em sua maioria são 8 horas líquidas, sem contar com a locomoção que podem acrescentar mais tempo. São diversas questões que geram o distanciamento dos sujeitos das construções coletivas, tema para um outro debate, o que se pretende salientar aqui, é que no contexto do pobre político a vida em si lhe gera poucas oportunidades para se libertar, a evasão escolar, trabalho infantil, gravidez precoce, insegurança alimentar, uma infinidade de outras questões sociais.

Para o capital, a pobreza política é benéfica, embora não seja algo exposto de forma evidente, nas entrelinhas percebe-se isso, porque outra questão avaliada na pesquisa foi a análise sobre a pobreza no mundo, o *World Bank* é uma das instituições financeiras mais potentes do mundo, ela destina um campo de análise sobre a pobreza no mundo, contudo o foco apresentado pelo banco é a pobreza relativa, comparando os pobres entre si e tendo como base a ausência de renda como parâmetro avaliativo. Embora o WB considere a pobreza em sua multidimensionalidade, as análises sempre se remetem à renda, primeiro, porque consideram pobres as pessoas que vivem com menos de 1,90 US\$ por dia, é lógico que pessoas que vivem com esse recurso ou menos estão em estado de extrema pobreza, mas, ser pobre é para além disso.

Outro debate que foi primordial para alcançar os objetivos propostos na pesquisa, foi o de entender como o neoliberalismo se usufrui das mazelas sociais em prol da autopromoção, a educação, ou melhor dizendo, o sucateamento dos espaços escolares e do corpo docente é um dos caminhos, isso porque a educação é uma das vias para emancipação, porém, atualmente se encontra em estado precário. Embora seja uma conquista social, ir à escola não é suficiente se o aluno não aprende, a libertação do pobre começa pelo aprendizado, contudo, se este apenas é instruído, como poderá se libertar? A resposta é simples: não é possível, ainda mais quando essa educação é voltada para o mercado laboral. Em diálogo com as entrevistadas da pesquisa, foi possível perceber a vontade que tinham em concluir pelo menos o ensino básico, elas acreditam que serem mais educadas lhes permitiriam estar em outras condições sociais. De fato, é possível que alcance tal

objetivo, mas continuariam sendo subalternas, caso contrário, a educação emancipadora poderia melhorar suas vidas isso para si e para toda geração posterior, onde a autonomia e a criticidade acompanhariam a reformulação de seu destino. A pedagogia da autonomia, proposta por Freire, é ir a confronto direto com o que as oprimem, é ir à raiz do problema e mudar a vida de várias pessoas, capaz de contribuir na transformação de ciclos geracionais. Educar-se não lhe salvará das mazelas do capital, mas dará subsídios para enfrentar e saber sobre suas artimanhas. O coletivo pode ser capaz de contrapor qualquer ideologia que tente o controle social e recriar outra sociedade a base da cidadania participativa.

Avançando um pouco sobre o que foi discutido até aqui, é importante salientar sobre a abordagem metodológica, uma vez que partiu da múltipla coleta de dados, sendo quantitativo com análise qualitativa; além dos dados fornecidos pelos institutos de pesquisa, o questionário foi a peça chave para legitimar a pobreza política de mulheres chefes de família. Analisar suas histórias de vida foi trabalhoso, primeiro pela dificuldade das participantes em falar sobre si, algo típico de quem é pobre político, algumas delas tinham respostas vazias e supérfluas, outras se escondiam na religiosidade para refutar suas condições de pobreza; chegando a um denominador comum, foi possível avaliar que a dificuldade que acompanhava as respostas era oriunda da ausência de compreensão sobre o que adentravam suas realidades, ou seja, a autonomia sobre suas histórias.

Primeiro, que elas não se enxergavam como pobres, isto porque, terem uma casa, ou seja, viverem em um território, embora irregular e sem infraestrutura, lhes colocavam em um lugar de privilégio, quando elas se comparavam com pessoas em situação de rua; para elas, ser pobre é não ter o que comer, vestir e onde morar, em seu imaginário por possuírem tais condições lhes permitia afirmar que não eram pobres. Segundo, porque ser pobre, além da ausência de bens materiais, citados acima, é ser uma pessoa hostil, orgulhosa, que só pensa em si, recai a compreensão de pobreza sobre o estado de espírito, ou seja, ser pobre de espírito, condições que elas afirmaram não ser. E por último, mal sabiam sobre o que seria a pobreza política, elas possuem uma pequena noção acerca da discriminação no mundo, contudo não conseguiram se aprofundar em tal debate, não conseguem se ver como sujeitas excluídas. É substancial a pobreza política que essas mulheres estão imersas.

Portanto, não poderia deixar de admirar as mulheres chefes de família, que mesmo imersas em pobreza política, são desbravadoras desse mundo árduo. Uma vez que elas, em sua maioria, vivenciam a luta pela sobrevivência por gerações, ou seja, nascem em lares de mulheres que são chefes de família, com ausência do pai para contribuir no cuidado com os filhos. Suas avós, mães, algumas chegaram a vivenciar isso em suas filhas, que continuam com o ciclo familiar. São tantos anos em busca do sustento da família, que se torna difícil enxergar outra vida além desta, isso porque, por anos, não lhe foram permitidos perceber outro tipo de vida a não ser a provisão do lar. É difícil saber o outro lado da história quando lhe mostram apenas uma face. Por isso, acredita-se na escola, esse espaço que, diante da escola de tempo integral, as crianças e adolescentes passam boa parte do tempo, pode ser usado para emancipar, precisa iniciar por uma pessoa, para quebrar os ciclos negativos geracionais. A educação em sua real potencialidade é capaz de gerar outro entendimento sobre a vida, de mostrar a outra face da moeda, de dar oportunidade de escolhas conscientes para os sujeitos.

E para concluir, é imprescindível que existam mais análises acerca da temática pobreza política, que se levantem dados sobre tal questão. Ela não deve ser avaliada como razão única, mas como complemento, capaz de ampliar e aprofundar os debates sobre a pobreza no fundo para, além disso, construir estratégias de enfrentamento da mesma. Parece ser uma afirmação ilusória, diante do mundo imerso na cultura neoliberal, mas é um caminho para acreditar em outro meio de se viver. Se há potencialidade na educação, emancipação e cidadania, há uma direção para mudar histórias.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **"O dote é a moça educada": mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República.** 2010. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 23-45, 2010.

ALVAREZ, S. E., DAGNINO, E., ESCOBAR, A. **O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos.** In: _____. *Cultura Política nos movimentos sociais latinoamericanos: novas leituras.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

BARROS, Ana Maria Leite de. **A Cidade Sob O Olhar Da Periferia: Aspectos Do Cotidiano Dos Moradores Do Morro Dos Alagoanos,** (dissertação). VITÓRIA; 2010;

CASARA, Rubens. **Contra a miséria neoliberal.** São Paulo: Autonomia Literária, 2021. 386 páginas.

CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável. Uma genealogia do liberalismo autoritário.** Tradução Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 432 páginas.

CHANCEL, Lucas; Thomas Piketty; Emmanuel Saez; Gabriel Zucman; *et al.* (2022), **World Inequality Report 2022**, World Inequality Lab. **Recensão por:** Inês Tavares, 2022. Disponível em: https://www.observatorio-dasdesigualdades.com/2022/04/19/world-inequality-report-2022-de-lucas-chancelthomas-piketty-emmanuel-saez-e-gabrielzucmancoord/?utm_source=rss&print=print Acesso 10 de setembro de 2022.

DEMO, Pedro. **Pesquisa E Informação Qualitativa: Aportes Metodológicos,** Papyrus, 2001.

_____. **Pobreza da Pobreza;** Universidade de Brasília; 2002.

_____. **Pobreza Política - A pobreza mais intensa da pobreza brasileira;** Universidade de Brasília; 2006.

_____. **Pobreza e Prosperidade Compartilhada; 2018.**

_____. **Dureza - Pobreza política de mulheres pobres.** Universidade de Brasília; 2003.

_____. **Cidadania tutelada e cidadania assistida -** Pedro Demo. Campinas - SP: Autores Associados, 1995.

_____. **Política Social, educação e cidadania -** Pedro Demo. Campinas - SP: Papyrus, 1994 - (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

_____. **Direitos Humanos e Educação - Pobreza política como desafio central.** Brasília, UnB, julho de 1999. Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/educar/textos/demo_direitos_humanos_e_educacao.pdf. Acesso 23 de agosto de 2022.

_____. **Ensaio 549 - Obviedades não óbvias da educação (12) - Educação não pode tudo.** 2020. Disponível em: <http://pedrodemo.blogspot.com/2020/12/ensaio-549-obviedades-nao-obvias-da.html?q=educa%C3%A7%C3%A3o>

_____. **Ensaio 42 - Emancipação.** 2015. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1yljhisnXir-IK18yAUUsFq9FT5FobKfMkNlBUfPfAVFY/pub?urp=gmail_link

_____. **Ensaio 709 - Pobreza política (Politicidade da pobreza) (2) - Algumas indicações mais rebuscadas da politicidade humana e da vida.** 2021. Disponível em: <http://pedrodemo.blogspot.com/2021/11/ensaio-709-pobreza-politica.html?q=educa%C3%A7%C3%A3o+e+pobreza+pol%C3%ADtica>

_____. **Ensaio 793 - Estado Social como Veículo para Direitos Iguais.** 2022.

DURKHEIM, É. **Lições de sociologia: a moral, o direito e o Estado.** São Paulo: EDUSP, 1983, (Quarta a nona lições, p. 39-98).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação - cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Ed UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** Ed Paz e Terra, Rio de Janeiro. 34ª Edição; 2002.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa/** Paulo Freire – 55º ed. – Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e terra. 2017.

_____. **Pedagogia da esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido /** Paulo Freire. – Notas: Ana Maria Araújo Freire Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GEMAQUE, Adrimauro. A pandemia agravou a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil, in **EcoDebate**, ISSN 2446-9394, 21/05/2021. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/05/21/a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-no-brasil/> , acesso dia 16 de agosto de 2022.

GRAMSCI, Antônio. **Civilização Brasileira.** Cadernos do cárcere. 2ª ed. Rio de Janeiro, Vol. 1, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAY, D. E. **Pesquisa no Mundo Real.** Porto Alegre, Penso, 2012.

HERRERA Flores, Joaquim. **A reinvenção dos direitos humanos.** / Joaquín Herrera Flores; tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. Disponível em:

[https://www.patriciamagno.com.br/wpcontent/uploads/2017/05/Areinven%
%a3o-dos-DH-_-Herrera-Flores.pdf](https://www.patriciamagno.com.br/wpcontent/uploads/2017/05/Areinven%c3%a7%c3%a3o-dos-DH-_-Herrera-Flores.pdf)

HOBBS, Thomas, 1588 – 1679 **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil**/ Thomas Hobbes de Malmesbury; tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. – 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

HEGEL, Georg W. F. **Fenomenologia do Espírito**, 4ªed., Petrópolis: Vozes, 2007.

IBGE. 2020. **Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2020**. IBGE, Rio de Janeiro - <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Vulnerabilidade, pobreza e a evolução no Distrito Federal por Flávio de Oliveira Gonçalves**. 2015, Ano 12. Edição 86, disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3240&catid=29&Itemid=34 Acesso 11 de maio de 2021.

LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou revolução. O neoliberalismo em chave estratégica**. São Paulo: Editora N-1 Edições, 2019. 208 p.

LOCKE. J. Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos. Ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Petrópolis: Vozes, 1994.

MACEDO, Márcia dos Santos; **Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza**. Caderno CRH [online]. 2008, v. 21, n. 53, pp. 385-399. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000200013>. Epub 13 Out 2008. ISSN 1983-8239. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000200013>. Acesso 21 de Abril 2022.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis:Vozes,1994.

MONASTA, Attilio; Antonio Gramsci/ Attilio Monasta; tradução: Paolo Nosella. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 154 p.: il. – (Coleção Educadores) Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7019-554-8 1. **Gramsci, Antônio, 1891-1937**. 2. Educação – Pensadores – História. I. Título.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, J. P. **Introdução ao método da teoria social**. Curso de Especialização em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 668-700.

NERI, Marcelo C. "**Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia**" (Marcelo Neri), Rio de Janeiro, RJ-2021 - FGV Social - 11 páginas. Disponível em: <https://cps.fgv.br/DesigualdadePandemia>, acesso dia 17 de agosto de 2022.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. **Neutralidade da ciência, desencantamento do mundo e controle da natureza**. *Scientiae Studia* [online]. 2008, v. 6, n. 1, pp. 97-116. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-31662008000100005>. Epub 06 Abr 2009. ISSN 2316-8994. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662008000100005>. Acesso 12 Abril 2022.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. Trabalho em tempos de COVID Relatório do diretor-geral Conferência Internacional do Trabalho, 109.^a sessão, Genebra, 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/--ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_795276.pdf, acesso dia 17 de agosto de 2022.

POPPER, K. **A lógica e a evolução da teoria científica**. In: POPPER, K. **A vida é aprendizagem: epistemologia evolutiva e sociedade aberta**. Lisboa: Edições 70, 2001. p. 17-34.

_____. **Introdução à Lógica Científica: Alguns Componentes Estruturais de uma Teoria da Experiência**. In: *A Lógica da Pesquisa Científica*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

PIKETTY Thomas. **O Capital do Século XXI**. Tradução De Monica Baumgarten De Bolle. Editora Intrínseca LTDA. Edição digital: 2014.

_____. **A Economia da Desigualdade**. Tradução de André Telles Revisão Técnica de Monica Baumgarten de Bolle. Editora Intrínseca LTDA. Edição digital: 2015.

PDAD, **Pesquisa Distrital por Amostra e Domicílio – SCIA/ Estrutural**. Companhia De Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN. Brasília, 2019.

PNAD, Primeiras análises: Investigando a chefia feminina de família – 2009.

Popper, K. (1993). **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix.

SARTI, Cynthia Andersen. **A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo**. Autores Associados, São Paulo, 1996.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive** / Jessé Souza; colaboradores André Grillo [et al.] — Belo Horizonte: Editora UFMG, (Humanitas), 2009.

_____. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro** / Jessé Souza. — Rio de Janeiro : LeYa, 288 p. 2018.

_____. **A gramática social da desigualdade brasileira**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. 2004, v. 19, n. 54 [Acessado 10 Setembro 2022], pp. 79-96. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S010269092004000100005>>. Epub 09 Maio 2007. ISSN 1806-9053. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000100005>.

SOUZA, Késsya Siqueira da Silva de. **O (não) direito à educação da comunidade Santa Luzia – Cidade Estrutural**. 2016. x, 55 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/17466> acesso 10 de setembro de 2022.

THERBORN, Goran. **Sexo e poder- A família no mundo 1900-2000**. São Paulo, Editora Contexto, 2006.

UNESCO, UNICEF, WORLD BANK. **The state of the global education crisis: A path to recovery**. A joint UNESCO, UNICEF, AND WORLD BANK REPORT. 2021. International Bank for Reconstruction and Development. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/416991638768297704/pdf/The-State-of-the-Global-Education-Crisis-A-Path-to-Recovery.pdf> . Acesso 27 de agosto de 2022.

WB. **Pobreza e Prosperidade Partilhada 2018: Juntar as Peças do Puzzle da Pobreza: Perguntas Frequentes**. The World Bank, informativo. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/research/brief/poverty-and-shared-prosperity-2018-piecing-together-the-poverty-puzzle-frequently-asked-questions> . Acesso 01 de abril de 2021.

WB. **Pobreza Extrema Mundial Continua a Baixar mas a Um Ritmo Mais Lento: Banco Mundial**. Comunicado à imprensa, 19 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2018/09/19/decline-of-global-extreme-poverty-continues-but-has-slowed-world-bank>. Acesso 01 de abril de 2021.

ZITKOSKI, Jaime José. 2004. **Educação popular e emancipação social: Convergências na proposta de Freire e Habermas**. In: Anais da 26ª Reunião Anual da ANPED, Caxambú.

APÊNDICES

INSTRUMENTAL DE PESQUISA

Pobreza Política e Sobrevivência: Um olhar para as mulheres moradoras da Estrutural

PARTICIPANTE

Entrevistadora: Késsya Siqueira Silva de Souza	
Orientador: Prof. Dr. Pedro Demo	
Horário da entrevista:	Data: ___/___/2021

Agradeço por ter aceitado responder essa entrevista.

Vamos começar falando um pouco sobre você...
1. Qual seu nome?
2. Qual sua idade?
3. Para você, qual a sua cor? a. <input type="checkbox"/> branca b. <input type="checkbox"/> preta c. <input type="checkbox"/> parda d. <input type="checkbox"/> amarela e. <input type="checkbox"/> indígena
4. Qual seu estado civil? a. <input type="checkbox"/> Casada / amasiada / vive junto; b. <input type="checkbox"/> Divorciada / separada / desquitada c. <input type="checkbox"/> Viúva d. <input type="checkbox"/> Solteira
5. Qual a importância do estudo para você?
6. Até que série escolar você completou com aprovação? a. <input type="checkbox"/> não estudou b. <input type="checkbox"/> não sabe informar c. <input type="checkbox"/> ensino fundamental: <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> 9 <input type="checkbox"/> não sabe d. <input type="checkbox"/> ensino médio: <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> não sabe

e. ensino superior incompleto completo

7. Porque parou de estudar ?

8. Seus pais estudaram até qual série? Caso não tenham concluído perguntar: Porque não concluíram?

Vamos falar um pouco sobre sua renda...

9. Você trabalha fora?

a. Sim

b. Não

b.1 dona de casa

b.2 aposentada

b.3 desempregada

9.1. Você é:

a. Trabalhadora doméstica

b. Empregada assalariada com carteira assinada

c. Empregada assalariada sem carteira assinada

d. Empregadora

e. Trabalhadora por conta própria

f. Trabalhadora não remunerada de membro da unidade domiciliar (trabalha em negócio familiar)

h. Outro. Qual? _____

10. Os pais dos seus filhos ajudam você na criação dos filhos?

10.1. Se não, como ele poderia ajudar?

10.2. Se sim, como ele ajuda?

11. Você sente falta da ajuda de um companheiro?

12. Qual a sua maior dificuldade em criar seus filhos?

13. Você recebe Bolsa Família?

a. Sim b. Não

13.1. Para quem é destinado o bolsa família?

13.2. Se você não tivesse o bolsa família, o que mudaria na sua vida?

14. Alguma vez você apoiou algum político em troca de algum favor ou benefício? Porquê

14.1. Ano que vem será eleições, você faria o mesmo novamente?

E agora, vamos falar um pouco sobre onde você mora e sua história

15. Há quanto tempo você vive em Santa Luzia?

15.1. Por que você mora em Santa Luzia?

15.2. O que é viver na Santa Luzia

16. Com qual idade você engravidou?

17. Você já imaginou sua vida de outra forma? Se sim, como ela seria?

18. Você possui netos? Se sim, você acha que a história das suas filhas ou filhos se parece com a sua história?
(Explicar com exemplos).

19. O que você mudaria no seu passado se pudesse?

Agora vamos falar um pouco sobre pobreza

20. O que é pobreza para você?

21. Porque as pessoas são pobres? O que deixam as pessoas pobres?

21.1. Você acredita que ser pobre é apenas não ter dinheiro? Porquê

21.2. Você acha que existe mais de uma forma de ser pobre?

22. Você acha que no Brasil existem mais ricos ou pobres?

23. Uma pessoa que não estudou pode ser considerada pobre? Se sim, porquê?

24. Você sabe o que é desigualdade social? Se sim, o que seria?
24.1. Você se inclui na sua resposta?

25. Você se considera pobre? Porquê?

26. **Se a resposta anterior for sim perguntar:** O que faria você não ser pobre?

27. Você acha que se tivesse mais dinheiro resolveria os problemas da sua vida? Porquê?

Agradecer a disponibilidade e a participação na pesquisa!

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu Késsya Siqueira da Silva de Souza, convido você para participar da Pesquisa “Pobreza Política e Sobrevivência: Um olhar para as mulheres moradoras da Estrutural” sob a responsabilidade da pesquisadora Késsya Siqueira, a qual pretende analisar como a pobreza política afetam a sobrevivência das mulheres, moradoras da periferia Estrutural, especificamente as da comunidade Santa Luzia.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de uma entrevista online pela plataforma Microsoft Teams, onde a entrevista será gravada, contudo seus dados e informações não serão divulgados, apenas a pesquisadora terá acesso. Você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. **Se depois de consentir sua participação e desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.** Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Késsya pelo e-mail *kessyassilva@gmail.com* ou pelo telefone (61) 9.8555-6039.

Consentimento Pós-Infomação

Eu, _____,
fui informada sobre o que a pesquisadora pretende pesquisar e a importância da minha colaboração como instrumento de estudo parte da pesquisa, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada, que posso sair quando quiser e terei sigilo em minha identidade.

Assinatura da participante

Data: ____/ ____/ 2021.